

*Contributos para uma candidatura à Rede Portuguesa de Museus: o
caso do Museu Municipal de Almeirim*

Marta Maria dos Santos Milheiro

Trabalho de Projecto de Mestrado em Museologia

Outubro, 2012

*Contributos para uma candidatura à Rede Portuguesa de Museus: o
caso do Museu Municipal de Almeirim*

Marta Maria dos Santos Milheiro

Trabalho de Projecto de Mestrado em Museologia

Outubro, 2012

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado sob a orientação científica de: Professora Doutora Maria Raquel Henriques da Silva e Doutor António Maia Nabais.

À minha família.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi fruto de um percurso académico e profissional, acompanhado de muitos obstáculos mas também de muitas vitórias, as quais não seriam possíveis se não estivessem sempre perto de mim, várias pessoas que merecem o meu agradecimento.

Agradeço à Câmara Municipal de Almeirim, por ter acreditado na minha capacidade em recuperar “As Memórias”. Sem esta oportunidade profissional este trabalho não seria de todo possível.

Aos meus orientadores, Professora Raquel Henriques da Silva pelos seus conselhos e orientações e ao Doutor António Nabais por me ter ensinado muito do que hoje sei do mundo real dos museus. Sempre foi um incentivo e um grande apoio nas mais diversas situações.

Agradeço às minhas amigas Joana Coimbra por todas as estadias em Lisboa, que possibilitaram o meu périplo pelas bibliotecas; à Joana Gouveia, por todas as viagens Almeirim-Lisboa e pelas profícuas conversas; à Áurea Maia, por me ter sempre incentivado a não desistir; à Rita Guerra e à Célia Gomes por todas as palavras amigas.

Uma palavra especial à minha Inês Oliveira, que por todos os meios, me ajudou tantas e tantas vezes a evoluir, pelas nossas intermináveis conversas e pelos seus sábios conselhos e sugestões. Obrigada pela tua paciência.

Um agradecimento também muito especial à minha amiga Joana Olivença pela sua disponibilidade e carinho. Obrigada Joaninha.

Agradeço à minha família, muito em especial, Pai, Mãe e Mana que sempre compreenderam esta ambição e me apoiaram, incentivando-me a não desistir. Aproveito também para pedir desculpa pelas minhas ausências e agradeço ao meu Pai e à minha Mãe pelos valores que sempre me transmitiram e que são os grandes pilares da minha vida.

A todos os meus amigos e colegas com quem fui partilhando os meus dilemas (você sabem quem são!) o meu agradecimento.

Chegou agora o momento de agradecer a alguém muito especial, ao meu marido, João, por suportar todos os meus estados de humor, da euforia à frustração, por ser o companheiro incondicional de todas as horas, de uma vida; por ter sempre acreditado

que este dia ia chegar; por acreditar em mim em todas as ocasiões. Contigo ao meu lado, tudo pareceu mais fácil. Obrigada!

CONTRIBUTOS PARA UMA CANDIDATURA À REDE PORTUGUESA DE MUSEUS: O CASO DO MUSEU MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Marta Maria dos Santos Milheiro

RESUMO

O reconhecimento histórico de Almeirim e a política vigente durante o período do Estado-Novo constituíram as razões fundamentais para a fundação do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim.

A partir da década de oitenta, o Museu permaneceu inactivo, designadamente pela extinção das Casas do Povo e pelo facto de não ter existido uma obrigação legal que remetesse a responsabilidade deste tipo de equipamentos culturais à entidade que veio assegurar as atribuições da antiga tutela, neste caso à Segurança Social.

Neste contexto, o acervo do Museu Etnográfico, cuja propriedade foi transferida em 2004 para a Câmara Municipal de Almeirim, despoletou uma necessidade institucional e da sociedade civil em recuperar o património por ele representado, lançando-se o desafio de concretizar um Museu Municipal, onde parte desse acervo fosse exposto e o restante preservado, segundo os parâmetros actuais da museologia.

Analisando efectivamente as razões que levaram à constituição desta nova unidade museológica, estas relacionam-se com as novas práticas surgidas durante do século XX e que vieram dar um novo fôlego ao panorâma museológico, tanto nacional, como internacional.

Os museus etnográficos que foram florescendo pelo país, durante o período da ditadura, encontraram nestes novos modelos o cenário ideal para se desenvolverem, pois no sentido em que foram criados, na noção de representatividade local, foram novamente recuperados, sob novas formas. Esta noção de museu do território em Almeirim assumiu a forma de Museu Municipal, que, como atrás se disse, veio a ser veículo de recuperação de uma identidade local/concelhia, um pouco desvanecida até aqui, encontrando principalmente na comunidade o seu princípio e o seu fim.

Esta noção de museu activo, que se “alimenta” da comunidade em que se insere, oferece outras potencialidades, nomeadamente ao nível da sua sustentabilidade e da sua gestão. Uma gestão de proximidade, alicerçada na sua entidade de tutela, neste caso autárquica, abre um conjunto de possibilidades de resposta às necessidades museológicas que dificilmente outro modelo proporcionaria.

Quando se fala na função social do museu e considerando todo o processo que levou à criação da Rede Portuguesa de Museus, relevando o seu papel certificador das entidades museológicas, equaciona-se a possibilidade de integração do Museu Municipal de Almeirim nesta Rede, por constituir um desafio no domínio do cumprimento do que são os seus objectivos através das funções museológicas preconizadas na Lei-quadro dos Museus Portugueses.

PALAVRAS-CHAVE: museus; património; Rede Portuguesa de Museus; gestão; autarquia.

THE REQUEST OF ADMISSION FOR THE PORTUGUESE MUSEUM NETWORK: CONTRIBUTIONS FOR THE ALMEIRIM CITY MUSEUM CASE

Marta Maria dos Santos Milheiro

ABSTRACT

The historical recognition of Almeirim and the policy of the “Estado Novo” dictatorial regime were the fundamental reasons for the institution of the Ethnographic Museum and the public association “Casa do Povo” of Almeirim.

The Museum remained inactive, since the eighties, mainly due to the “Casa do Povo” public association extinction and due to the inexistence of a legal requirement that transferred the liability to the new entity responsible for such cultural equipments, ensuring the duties of the former jurisdiction, in this case, Social Security.

In this context, the collection of the Ethnographic Museum, whose proprietorship was transferred in 2004 to the City Council of Almeirim, triggered an institutional and civil society necessity to rehabilitate the heritage it represents. The challenge was to materialize a City Museum, where parts of the collection were exhibited and parts were preserved, given current parameters of museology.

Analysing, effectively, the reasons behind the foundation of this new museum unit, these relate to new practices emerged in the twentieth century, which have given new impulse to museums reality, both national and international. The ethnographic museums that flourished around the country during the dictatorship years, found the ideal setting to develop in these new models, because the sense of their creation of notions of local representation, was recovered under new forms. This notion of territorial museum in Almeirim assumed the form of City Museum, which, as stated above, came to be a rehabilitating mean of local identity/city identity until now faded, finding its beginning and its end in the community.

This notion of active museum, feeding in its community, offers other possibilities, notably in terms of sustainability and management. A proximity management, based on its governing body, in this case local government, opens a range of possibilities for museum needs, which another model hardly provides.

Regarding the social function of the museum and considering the entire process leading to the creation of the Portuguese Network of Museums, emphasizing its certifying role of museums entities, it is considered the possibility of integration of the Almeirim City’s Museum in this network, by being challenging in its fields of compliance, its aims, through the museums functions outlined in the Portuguese Museum Law.

KEYWORDS: museums, heritage, Portuguese Museum Network, management, municipal authorities.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1 – A cidade de Almeirim.....	6
1.1 – Breve contextualização	6
1.1.1 – O passado proto-histórico	6
1.1.2 – A época romana	8
1.1.3 – A herança árabe	10
1.1.4 – Os séculos XV e XVI.....	13
1.1.5 – O desenvolvimento oitocentista	17
Capítulo 2 – Dos antecedentes do Museu Municipal de Almeirim	21
2.1 – Génese e antecedentes.....	21
2.1.2 – Os museus do Estado-Novo.....	22
2.1.3 – Os museus etnográficos e os museus das Casas do Povo.....	31
2.1.3.1 – O Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim	32
Capítulo 3 - Breve enquadramento teórico dos museus locais e da Nova Museologia como justificação para o novo projecto museológico de Almeirim	39
Capítulo 4 – O Museu Municipal de Almeirim.....	49
4.1 – O desmantelamento do antigo Museu e transferência do acervo para novas instalações	49
4.1.2 – Inventário e limpeza dos objectos.....	51
4.2 – Intenções do novo projecto museológico	51
4.3 – Concretização do projecto	53
4.3.1 – A equipa de projecto	53
4.4 – Fases de execução.....	54
4.5 – Caracterização geral.....	55
4.5.1 – Campo temático e acervo	55

4.5.1.2 – Acervo etnográfico	56
4.5.1.3 – Acervo arqueológico	56
4.5.1.4 – Acervo iconográfico	57
4.5.1.5 - Acervo documental	57
4.5.2 – Edifícios e envolvente	58
4.5.3 – Missão, vocação e objectivos.....	59
4.5.4 – Tutela e modelo de gestão	61
4.5.5 – Exposição de longa duração	61
4.5.5.1 – Condições museográficas.....	61
4.5.5.2 – Discurso expositivo	63
4.5.5.3 – Conteúdos informativos.....	66
Capítulo 5 – A Rede Portuguesa de Museus	67
5.1 – Enquadramento conceptual	67
5.2 – O modelo de rede em contexto museológico	69
5.3 – Uma primeira tentativa de enquadramento jurídico: o Documento APOM	71
5.4 – Base de acção: Inquérito aos Museus em Portugal de 1998-1999.....	74
5.5 – Modelo funcional.....	75
5.5.1 – A Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus	75
5.5.2 – O Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus: linhas de acção.....	76
5.6 – Base legal: a Lei-quadro dos Museus Portugueses	78
5.7 – O processo de credenciação da Rede Portuguesa de Museus	79
5.8 – A Rede Portuguesa de Museus: um balanço	80
5.8.1 – A questão das parcerias	81
Capítulo 6 – Projecto para candidatura à integração do Museu Municipal de Almeirim na rede Portuguesa de Museus.....	83

6.1 – O Museu Municipal de Almeirim na actualidade.....	83
6.2 – Razões para a candidatura à integração na Rede Portuguesa de Museus.....	84
6.3 – Identificação de prioridades para a elaboração da candidatura.....	86
6.3.1 – Plano de actividades: instrumento potenciador da função social do Museu.....	87
6.3.1.1 – Área: Estudo e Investigação.....	88
6.3.1.1.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades.....	88
6.3.1.2 – Área: Incorporação	89
6.3.1.2.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades	89
6.3.1.3 – Área: Inventário e Documentação.....	90
6.3.1.3.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades.....	90
6.3.1.4 – Área: Conservação e Restauro	91
6.3.1.4.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades.....	91
6.3.1.5 – Área: Segurança	92
6.3.1.5.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades.....	92
6.3.1.6 – Interpretação e exposição	93
6.3.1.6.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades.....	93
6.3.1.7 – Área: Educação	94
6.3.1.7.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades	95
.....	95
6.3.2 – Recursos humanos: instrumento fundamental da actividade museológica.....	95
Considerações Finais.....	99
Referências bibliográficas	103
Lista de Tabelas	116
Anexos	117

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido partiu essencialmente de um percurso profissional com cerca de sete anos ligado ao projecto do Museu Municipal de Almeirim.

No âmbito da nossa formação académica em História da Arte, apresentámos, em meados do ano de 2004, à Câmara Municipal de Almeirim, uma proposta de inventariação e estudo do acervo do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, projecto que seria aceite e iniciado no final desse mesmo ano.

Posteriormente, a frequência da parte curricular do Mestrado em Museologia, suscitada pela vontade de aprofundar conhecimentos na área, conduziu-nos à elaboração de um trabalho de projecto que tivesse como estudo de caso o Museu Municipal de Almeirim. Pretendemos uma investigação sobre a realidade museológica almeirinese ligada, no nosso entender, a novas práticas museológicas. Nesta abordagem, desenvolvemos uma percepção global sobre o Museu, no que respeitou à sua génese, enquadramento político, histórico e social.

O estudo que encetámos veio a revelar-se um desafio, sobretudo, porque nos exigiu que interpretássemos e construíssemos a história do Museu, que até aqui não se encontrava sistematizada. No seguimento desta investigação, apresentámos o novo projecto museológico e o seu papel na salvaguarda e divulgação do património almeirinese, que procura preservar tradições, vivências e memórias que subsistem nos objectos constituintes do acervo, maioritariamente de cariz etnográfico.

Por sua vez, durante o desenvolvimento do projecto em articulação com a frequência da componente académica, considerámos interessante do ponto de vista científico e dentro do campo amplo que é a museologia, o projecto de candidatura à Rede Portuguesa de Museus, como instrumento de reconhecimento das entidades museológicas. Nesta lógica e da nossa experiência profissional, entendemos que o Museu Municipal de Almeirim tem os recursos necessários para ser um museu da Rede, sendo por isso possível perspectivar um conjunto de acções sustentáveis no cumprimento das funções museológicas, face à difícil conjuntura económica e social que o país atravessa.

Objectivos

A concretização do projecto museológico suscitou-nos algumas questões que serviram de linhas orientadoras para a prossecução deste estudo, às quais tentámos responder:

- No campo da história da museologia, onde se enquadrou o antigo museu e para onde caminhou o novo projecto?
- Qual a viabilidade / sustentabilidade do Museu / que recursos?
- De que forma uma candidatura à Rede Portuguesa de Museus poderá melhorar o desempenho do Museu e obrigar a um esforço de gestão por parte da tutela?

Destes enunciados decorreram cinco objectivos que delineámos para a elaboração deste trabalho. Na medida em que o projecto teve a prioridade de construir uma visão consolidada do Museu Municipal de Almeirim, o primeiro objectivo pretendeu traçar o percurso histórico do Museu, necessário na preparação da candidatura à Rede.

O segundo objectivo consistiu em enquadrá-lo na disciplina museológica e nas suas práticas, identificando especificidades, como museu municipal e museu do território. Neste domínio, pretendeu-se avaliar a importância do Museu para a reconstrução da identidade local.

Num terceiro objectivo visámos apresentar o novo projecto museológico, nas suas diversas componentes, justificando as opções tomadas num quadro vasto de intenções e objectivos para esta entidade museal.

No que concerne ao quarto objectivo, este prendeu-se com a avaliação do quadro legal da museologia, dando especial ênfase aos instrumentos de regulação do panorama museológico nacional, compreendendo em especial o papel da Rede Portuguesa de Museus.

Por último, pretendemos relacionar o estudo de caso com o conjunto de premissas necessárias numa candidatura à Rede Portuguesa de Museus – sob muitos aspectos respondidas paulatinamente ao longo dos capítulos - numa perspectiva de museu sustentável.

Metodologia

Para a elaboração deste trabalho, a metodologia por nós adoptada foi o «estudo de caso» por permitir o aprofundamento de um determinado aspecto no contexto real.

Esta metodologia possibilitou o enquadramento teórico necessário ao desenvolvimento da investigação e a análise do projecto que serve de «estudo de caso». Os métodos utilizados para a recolha de informação foram a análise documental e a nossa própria experiência no âmbito do estudo de caso.

Assim, a primeira fase preconizou a selecção de bibliografia sobre as diversas temáticas. Centrámos-nos nos conceitos-chave para o desenvolvimento do trabalho: Almeirim, Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim; novas práticas museológicas, no conceito da Nova Museologia; Rede Portuguesa de Museus. Na abordagem ao novo projecto museológico munimo-nos essencialmente da nossa experiência profissional. Acompanhámos, também, a reflexão com fontes legislativas, pois revelaram-se fundamentais no entendimento legal do panorama museológico nacional.

Recorremos, também, sempre que pertinente, a um conjunto diverso de imagens, no sentido de criar situações de visualização/concretização do texto.

Organização do trabalho de projecto

Organizámos o trabalho de projecto em seis capítulos que optámos por dividir em subcapítulos, para um melhor entendimento dos assuntos tratados. No primeiro capítulo apresentámos a história de Almeirim, que pela sua complexidade, optámos por dividir em épocas.

No segundo capítulo, pretendemos preencher uma lacuna, elaborando a história do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, que nos permitiu ter uma visão global desta instituição, tanto ao nível local, como no contexto da política cultural do Estado Novo.

Tal como viémos a concluir, este tipo de museus etnográficos iriam assumir outras formas de preservação e divulgação do património, como tal, introduzimos no terceiro capítulo a temática da Nova Museologia, como justificação para os novos modelos.

No quarto capítulo, descrevemos o novo projecto que culminou sob a forma de Museu Municipal, enunciando aspectos que entendemos como justificativos para o surgimento de um novo núcleo museológico. Numa análise rigorosa, tanto quanto possível, descrevemos o processo de desmantelamento do antigo Museu; os procedimentos adoptados; as intenções do projecto; finalizando com a caracterização geral do Museu.

No capítulo 5, abordámos a temática da Rede Portuguesa de Museus como capítulo preparatório na lógica da eventual preparação da candidatura. A nossa exposição alicerçou-se no seu enquadramento conceptual e legislativo. Descrevemos igualmente todo o processo de implementação da Rede, avaliando o seu desempenho na situação museológica nacional.

Finalmente, o capítulo 6 foi dedicado às propostas para a concretização da candidatura, sobretudo no que diz respeito ao cumprimento das funções museológicas e aos recursos humanos necessários. Face aos recursos disponíveis e dentro de uma lógica de funcionamento em rede da própria tutela do Museu, procurámos nesta fase, elaborar propostas exequíveis que corroborassem a sustentabilidade do equipamento municipal.

Fontes consultadas

No âmbito da realização deste trabalho necessitámos cruzar diversas disciplinas – a museologia, a etnologia, a história – devido a especificidades do contexto museológico, que nos levaram à necessidade de procurar um enquadramento teórico e legal que nos permitisse interligar os diversos conceitos, numa perspectiva multidisciplinar.

Assim, procurámos autores de referência nas diferentes temáticas, para que a informação fosse objectiva e relevante no âmbito do que ia sendo tratado. A recolha bibliográfica contemplou essencialmente autores do século XX e início do século XXI.

Relativamente a Almeirim, consultámos algumas fontes de autores locais, com rigor científico, que nos auxiliaram no reconhecimento histórico do concelho. A ausência de um estudo sólido sobre o Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim levou-nos a consultar bibliografia muito específica, existente no fundo documental da

Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, em Almeirim, sobretudo em edições dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.

Para a área da museologia evocámos alguns documentos provenientes de organismos como o *International Council of Museums* (ICOM), ou de encontros (Mesa-Redonda de Santiago do Chile, 1972; Ateliers Internacionais da Nova Museologia, 1984 e 1985) que produziram documentação fundamental para o entendimento da museologia, tanto a nível nacional como internacional, que se repercutiram no pensamento museológico português. Citámos também autores fundamentais na definição destas novas abordagens museológicas, na tentativa de conferir rigor e objectividade na exposição das matérias.

A nossa consulta incluiu também fontes legislativas e documentos específicos sobre a Rede Portuguesa de Museus, sob a forma de actas de encontros, documentos não editados, tal como o Documento Programático da Rede.

Procedimentos adoptados

No que respeita aos autores estrangeiros citados, introduzimos traduções no corpo de texto, sendo que em nota de rodapé optámos por colocar a citação *ipsis verbis*, possibilitando ao leitor o contacto com a escrita original. Sempre que entendemos necessário disponibilizámos informações complementares e comentários acessórios ao texto principal em nota de rodapé.

A norma bibliográfica adoptada foi a de autor/ano (Norma de Harvard), para facilitar a sua localização na bibliografia referenciada no final do trabalho, onde estão contemplados os autores/documentos citados ao longo do texto. Sob a forma de anexos, foram colocadas imagens que confirmam o que vai sendo apresentado ao longo do texto, dado que todos os anexos estão referenciados no corpo do texto.

Capítulo 1 – A cidade de Almeirim

O contexto histórico, cultural e social em que se desenvolve uma instituição museológica justifica, muitas vezes a sua tipologia e o caso de Almeirim não é diferente. Tendo por base bibliografia de referência da história da cidade tivemos como contributos fundamentais para a sua síntese, os trabalhos de Eurico Henriques (Henriques, 1989; Pimenta e Henriques, 2012), Frazão de Vasconcelos (Vasconcelos, 1965), José Augusto Vermelho (Vermelho, 1935; Vermelho, 1950; Vermelho 1951; Vermelho, 1953; Vermelho, 1954; Vermelho 1955; Vermelho 1962; Vermelho 1978), Jorge Custódio e Elias Rodrigues (Custódio e Rodrigues, 1990; Custódio, 2002; Custódio 2008) e Sandra Silva (Silva, 2007). No que diz respeito ao enquadramento geral dos diferentes temas considerámos a obra de José Mattoso (Mattoso *[et al.]*, 1992) e Jorge Alarcão (Alarcão, *[et al.]*, 1990).

Dada a brevidade, mas não obstante o rigor que pretendemos que caracterizasse este Capítulo, o mesmo organizou-se em temas fundamentais, numa tentativa de sistematizar a informação segundo a relevância que cada período histórico teve no desenvolvimento e afirmação do Concelho. Assim, referimos cinco momentos fundamentais: o passado Proto-histórico; a Época Romana; a Herança Árabe; os séculos XV e XVI em Almeirim; e o Desenvolvimento oitocentista.

1.1 - Breve contextualização

1.1.1-O passado proto-histórico

Em Almeirim, comprovou-se a presença humana desde a época Paleolítica. As recolhas feitas em 1982, na zona hoje denominada de Benfica do Ribatejo, confirmam precisamente esta ocupação, bem como a existência de outros vestígios do Mesolítico, Epipaleolítico (relativo à Idade do Ferro), Neolítico e Romano. Todavia, as diversas acções de lavra empreendidas ao longo dos tempos foram tornando esses testemunhos cada vez mais raros.

O local arqueológico mais relevante para o Paleolítico Superior no Concelho situa-se na freguesia de Raposa, no qual foram encontrados materiais, nomeadamente líticos, que depois de analisados confirmaram esta ocupação. Da mesma forma, o sítio da Barreira Branca ou o Ribeiro de Vale de Peixe corroboraram este princípio, através

de acampamentos, justificados pela geografia do Concelho que não proporcionava a estes povos a possibilidade de encontrarem abrigo entre formações rochosas, sendo a sua ocupação considerada temporária (Silva, 2007: 19). Em 1982, abriu-se a importante descoberta da estação arqueológica da Azeitada e com ela revelou-se um espólio que deu a certeza, após investigação, da passagem de indivíduos do Mesolítico, Epipaleolítico, Neolítico e Romano - a *villa* romana da Azeitada surgiu no contexto da romanização da margem esquerda do Tejo (Quinteira, 1998: 151-183; Silva, 2007: 22). A estação arqueológica de Alto dos Cacos, tratada num recente estudo (Pimenta e Henriques, 2012), confirmou vestígios anteriores relativos ao Paleolítico Inferior, pois reconheceram-se entre o material ali recolhido “*as indústrias líticas Acheulenses sobre seixos de quartzito.*” (Pimenta e Henriques, 2012: 23). Ainda neste sítio, a passagem de indivíduos do Calcolítico é “*atestada por diversos elementos de pedra polida, machados e enxós em anfíbolite, elementos de mós manuais, artefactos em sílex, assim como pela presença de cerâmica manual.*” (Pimenta e Henriques, 2012: 25). A ocupação na Idade do Bronze do Alto dos Cacos não pôde ser provada, todavia, segundo estes autores,

“(...) tendo em conta a área de dispersão de materiais à superfície, aferida a partir dos recentes e exaustivos trabalhos de prospecção que aí podemos desenvolver, é possível supor uma considerável área ocupada de cerca de 2 hectares.(...) O conjunto cerâmico é dominado por cerâmicas manuais com tipologias do Bronze Final da Estremadura. Na análise das cerâmicas de produção manual, predominam os grandes contentores de armazenamento de colo alto e lábio simples, que deveriam servir para guardar os excedentes agrícolas e as taças carenadas com acabamento cuidado (...) estes apresentam bons paralelos em níveis da Idade do Bronze Final, na área de Alpiarça (Marques, 1972; Kalb e Höck, 1985), assim como outras estações contemporâneas do Vale do Tejo como o povoado da Tapada da Ajuda em Lisboa (Cardoso, 2004). (...) Peças similares são conhecidas na Meseta Espanhola nos grandes Oppida da Idade do Bronze de Las Cogotas (Zapatero e Sanchís, 1995: 213) (...) não podemos deixar de sublinhar que ele se insere numa malha de povoamento algo densa, devendo situar-se na esfera de influência do grande oppidum de Alto do Castelo, verdadeiro lugar central do povoamento em inícios do primeiro milénio a. C. na margem esquerda do Tejo.” (Pimenta e Henriques, 2012: 29-30)

No sentido de comprovar a presença das comunidades da Idade do Ferro no Vale do Tejo, retomámos o estudo sobre o Alto dos Cacos. Assim, salientou-se que a presença destes povos nesta zona encontrou-se também referenciada a partir de finais do século IX a.C. (Arruda, 2005). As influências destas comunidades notaram-se sobretudo

ao nível do conjunto de materiais encontrados, que denunciaram uma marca orientalizante, identificando-se

“(...) ânforas de importação, provenientes da área do estreito de Gibraltar, do Tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres (1995)” (Pimenta, 2012: 36) (...) Identificam-se igualmente grandes contentores de armazenamento de tipologia oriental, os designados Phitoi, decorados com pintura em bandas paralelas de tom vermelho e negro. A análise (...) permite aferir a sua importação (...) possivelmente da área de Cádiz” (Pimenta e Henriques, 2012: 36)

A referência de que efectivamente o sítio de Alto dos Cacos terá sido sistematicamente ocupado, sendo em consequência um antigo povoado pré-romano, enfatizou-se, precisamente, pela existência de um vasto espólio (artefactos líticos, numismáticos, cerâmica campaniense, lucernas,) descoberto *in situ* em 1981, reflexo de profundas transformações sofridas ao longo dos tempos (Pimenta e Henriques, 2012: 43-44).

1.1.2 - A época romana

Seguindo a lógica da sistemática ocupação de Alto dos Cacos e considerando que a sua ocupação terá tido o seu auge no século I a.C., (Pimenta e Henriques, 2012: 43) tão ou mais importante foi, sem dúvida, de salientar a presença romana na estação arqueológica de Vale de Tijolos, não por nela existirem algum tipo de edificações mas antes pelo achamento à superfície de *tegulae* e de *later*¹, bem como outros materiais de construção.

No território que é hoje Almeirim, terão permanecido acampamentos militares, pela sua localização estratégica, que se enquadrava numa importante via de passagem entre Mérida e Lisboa, que por sua vez acompanhava o rio, facilitador da mobilidade e comunicação. Tendo chegado à península em 219 a. C., o povo romano permaneceu em território peninsular durante séculos. Sabemos também que durante a primeira campanha militar romana o governador Décimo Júnio Bruto estabeleceu junto à cidade de *Scallabis* a sede da sua actividade, no Vale do Tejo, fortificou *Olisipo*, pretendendo tirar partido da via fluvial, no abastecimento dos seus exércitos. É importante salientar

¹ Trata-se de revestimentos de cobertura de edifícios e de solos de ocupação.

que esta fixação das fortificações no Vale do Tejo foi determinante no entendimento da extensão do domínio romano (Fabião, 1992: 217).

Assim, a estação arqueológica do Alto dos Cacos entende-se como um contributo fundamental na confirmação da romanização do Vale do Tejo, marcada por uma dinâmica militar. Os diversos materiais recolhidos, no início dos anos oitenta do século passado, assemelharam-se a outros de

“(...) produção itálica (...) datados entre o final da República e o reinado de Augusto. Este conjunto encontra estreitos paralelos em contextos habitacionais bem datados da antiga urbe de Scallabis (Arruda e Sousa, 2003). Entre os materiais provenientes de Alto dos Cacos, destaca-se uma extensa e diversificada colecção de ânforas, balizadas entre o século I a.C. e a primeira metade do século I d.C.” (Pimenta e Henriques, 2012:49)

A hipótese de que este local terá sido um acampamento militar pode ser justificado pelo facto de estar localizado de forma estratégica numa zona de ocupação pré-romana e romana. Sendo que a área descoberta dista cerca de 1,5 km de Almeirim, *Scallabis Praesidium Iulium*, seria o núcleo militar que presidia àquela dependência (Alarcão [et al.], 1990: 349). A importância do Concelho é evidenciada, assim, pela via que ligava *Augusta Emerita* (Mérida) a *Olisipo*, sendo aqui a maior e mais evidente referência à passagem de povos romanos. (Fabião, 1992: 256).

O facto de terem permanecido em território concelhio, tropas que corroboravam os desejos de conquista, incrementou as alterações estruturais que foram sentidas a diversos níveis e perpetuadas, ainda que sob outras formas, até à actualidade. Designadamente no período entre 125 e 80 a.C., entre as Campanhas de Décimo Júnio Bruto e o período de guerra com Sertório, o enorme fluxo da circulação de moeda é confirmado pelo achamento de alguns “tesouros” como lhes chama Alarcão, na região entre Idanha-a-Velha e Santarém. (Alarcão [et al.], 1990: 438). Também no concelho de Almeirim foram, em meados do século passado, encontrados diversos exemplares numismáticos, nomeadamente denários romanos. Todo o espólio que compõe a herança romana deixada no território nacional estão sistematicamente tratadas em bibliografia de referência que agora aqui não nos importa aprofundar.² A rede viária e o estabelecimento de *civitates* e *oppidum* foram marcantes na organização moderna do território, da mesma forma que se definiram termos como *colonia* e *municipium*. Muitas

² *Vd. Alarcão [et al.], 1990.*

são as influências históricas no âmbito da organização social e administrativa, das técnicas comerciais e agrícolas ou mesmo no surgimento de um novo tipo de sociedade, porém pensamos ter sido importante cingirmo-nos às que poderiam ser materializadas na história do Concelho, particularizando tanto quanto possível esta experiência romana para o território que é hoje o concelho de Almeirim.³

A complexa dinâmica do poder político do mundo antigo caracteriza-se por um constante atrofiamento das estruturas, pelo que relacionámos o fim da supremacia romana com um significativo desenvolvimento das cidades, que irá ser de certa forma uma das razões da decomposição do mundo romano. Da sua influência, apenas reconheceremos muito mais tarde.⁴

1.1.3 - A herança árabe

A decadência do mundo romano marca de certa forma, o início do mundo medieval. Do momento entre a entrada dos povos bárbaros na Península até à invasão árabe, contam-se cerca de 300 anos e foi o período em que se dá o

“(...) lento processo de desagregação das estruturas urbanas criadas pelos Romanos e de desmantelamento do sistema administrativo criado também por eles a partir das cidades. (...) Apesar de todo o seu prestígio, as instituições romanas não estavam adaptadas aos novos reinos. Foi necessário criar formas diferentes de organizar a sociedade e de exercer o poder político, cultural, social e económico.” (Torres, 1992: 337)

Nos princípios do século VIII, o poder muçulmano crescia no noroeste africano, na *“lógica e necessária extensão da conquista da África Setentrional.”* (Kennedy, 1999: 21) Nesta perspectiva, aproveitando o estado de decomposição da monarquia visigótica, os árabes (que incluem sírios, persas, egípcios e berberes), atravessaram o Estreito de Gibraltar, vindos das mais variadas partes, conquistaram e penetraram profundamente quase toda a Península Ibérica em 711. Tornaram-se senhores de um vasto território com cerca de 600 000 km², conquistado desde o sul para norte e, uma vez chegados ao centro de Espanha, expandiram-se para ocidente, apoderando-se do território que hoje é Portugal. Em 715, a ocupação estava praticamente concluída. Os

³ *Vd. Mattoso [et al.], 1992: 203-280.*

⁴ *Vd. Mattoso [et al.], 1992: 323-337.*

árabes não conseguiram, no entanto, dominar um pequeno grupo de cristãos das Astúrias, de onde iria partir a Reconquista. Os séculos que mediaram até à completa expulsão dos árabes, que se deu em 1492, foram dominados por uma longa luta armada. Os cristãos venceram o mundo islâmico devido à divisão interna deste, patente na fragmentação política que tornava frequentes as guerras civis árabes.

Os primeiros anos de dominação árabe na Península couberam aos Califas do Oriente formando-se mais tarde o califado Omíada (756-1031) - Período dos reis dissidentes. Assim, devido ao desmembramento do império do Islão e devido às lutas sanguinárias, que no Oriente começaram a travar-se entre as famílias rivais das duas poderosas seitas muçulmanas, *Omíadas e Abassíadas*, determinou-se a fuga para a Ibéria do Omíada Abderramão III, que logo foi reconhecido como soberano, pelo mundo árabe peninsular. Consolidada a conquista da Península e o domínio das cidades, foi fundada a dinastia Omíada, que a partir de Córdova levou a civilização do *Al-Andaluz* - nome dado à parte da Península Ibérica dominada pelos muçulmanos - a um elevado prestígio (Torres, 1992: 363).

A ocupação islâmica da alcáçova de Santarém (714) atestada nomeadamente pelos silos subterrâneos ali encontrados (Arruda [et al.], 2002: 81), vêm confirmar a existência de habitações daquele período. Esta ocupação insere-se na expansão islâmica do Vale do Tejo e deve ser nesta perspectiva que devemos considerar a herança árabe no concelho de Almeirim. A propósito da exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia em 2002, intitulada “De *Scallabis* a Santarém”, verificou-se que

“Tanto na Alcáçova, que se mantinha ocupada, como na área do planalto, as evidências arqueológicas da presença muçulmana resumem-se a estruturas escavadas na rocha (...). Continua, pois, a depender-se de outro tipo de documentação para reconstituir a imagem da cidade medieval.” (Arruda [et al.], 2002: 70).

Ver a ocupação do Vale do Tejo de forma abrangente, tem sido, na grande maioria das vezes a opção mais sensata, pois a sua ocupação foi feita de forma mais ou menos concertada, o que justifica partir-se de um enquadramento geral e que pode, em alguns casos ser atestado através de particularismos arqueológicos.

O domínio muçulmano pode também ser entendido como um reflexo da ocupação que a capital de distrito a que pertence o concelho de Almeirim teve dentro de um quadro muito mais complexo do que aqui será possível tratar. Terá sido no início do

século VIII que a ocupação muçulmana, durante a qual a capital era denominada *Shantarin*, cimenta a ali a sua vocação comercial, agrícola e administrativa.⁵ Por outro lado,

“A relação intrínseca entre a exploração agrícola de elevado rendimento e as obras hidráulicas que a viabilizassem, em compromisso com o regime do Tejo, ‘poderoso mas incontornável’ foi uma das mais importantes heranças culturais da civilização islâmica no al-Andaluz” (Custódio, 2002: 16)

As línguas islâmicas deixam marcas indeléveis na cultura portuguesa, conforme referido por Jorge Custódio, existiu todo um conjunto de conceitos assumidamente de origem árabe. O topónimo *Al-Meirim* está já definido desde o século X d.C. (Custódio, 2008: 15) e terá tido origem no conceito de paúl, pelo facto de se localizar num zona de lezíria facilmente inundável o que proporcionava aos terrenos uma excepcional fertilidade *“(...) porque as cheias ali deixavam o lodo e os nateiros, para as adubarem como ninguém, proporcionando-lhes uma ratio invulgar só conhecida no Nilo(...)* (Custódio, 2002: 16).

Os próprios servos agrícolas acabaram por tornar-se numa espécie de arrendatários e, de alguma forma, gozando até de certa independência. Houve, com a chegada do Islão, de forma geral, uma melhoria efectiva e significativa da qualidade de vida das populações Ibéricas. Como aspecto importante da cultura árabe tenhamos em conta que, o Islão, civilização urbana por excelência, irá ter na arquitectura e na caligrafia as suas formas artísticas supremas. Os primeiros anos de domínio muçulmano foram pois, de calma, conformação e mesmo de estabilização, por parte da população autóctone do ocidente peninsular, para com os seus novos senhores, após a desagregação final do Estado Visigótico. Sobre este aspecto será interessante abrirmos aqui um pequeno parêntesis para observarmos o que, por exemplo, acerca da cultura da oliveira, nos diz Orlando Ribeiro (1991):

“Da época muçulmana ficaram muitos testemunhos no vocabulário e na toponímia: zambujo, zambujeiro, zambujal, estes dois também nomes de lugar, como Azambuja, azeite, Azeitão (o olival), azeitona, safra, almanjarra, fanga (medida de capacidade para a azeitona), seira (?), almotolia (pequena vasilha de metal de boca estreita apenas utilizada para o azeite). Muitas palavras da mesma origem relativas ao pastoreio revelam talvez o nomadismo atávico dos muçulmanos; mas árabes e berberes também eram sedentários, as suas cidades, maiores e mais prósperas do que as cristãs, possuíam uma cintura de

⁵ *Vd. Mattoso [et al.], 1992: 363-437.*

culturas mimosas, onde a oliveira tinha lugar; os berberes montanheiros eram mestres na construção de socalcos e na arboricultura. Os livros árabes peninsulares de agricultura referem tanto a propagação espontânea pelo caroço como a plantação; num ano de grande seca transplantaram-se árvores da África para Península.” (p. 109)

As fortificações que, anteriormente, durante o período romano e visigótico, eram apenas locais de protecção dos povoados e a base para o lançamento de ofensivas e controlo das vias de comunicação, passaram, durante o domínio árabe a ser também locais tácticos de controlo e defesa do território. A localização da alcáçova era cuidadosamente escolhida, em locais elevados, de forma a dominar um vasto território circundante, possibilitando a sua defesa e, simultaneamente, servindo de base para o movimento de saída e recolha das hostes, que frequentemente partiam em incursões guerreiras. O castelo cristão foi inspirar-se, de forma directa e imediata, nessas fortificações árabes e o próprio termo alcáçova (*al-kasbah*) permaneceu na língua portuguesa, passando a denominar o reduto principal da fortificação.

Importante para a história do concelho de Almeirim é a sua proximidade à capital de distrito. A antiga povoação de Santarém, denominada de *Shantarin* foi uma dessas cidades fortificadas, constituindo, juntamente com Lisboa, um dos eixos fundamentais do mundo árabe, sendo que naquele caso a Medina nasceu no Alfange, junto ao rio e a sua cintura de muralhas abrigou os primeiros núcleos de pescadores e embarcações. Devido ao escarpado das encostas, nunca chegou, como no caso de Lisboa, a envolver a Alcáçova no mesmo espaço de protecção. Por outro lado, os vestígios materiais da presença árabe no concelho de Almeirim traduziram-se em descobertas avulsas, como moedas do período de ocupação muçulmana, sendo mais um motivo para que a herança árabe seja entendida antes num quadro muito mais complexo e vasto, noutras formas que não no domínio arqueológico, mas antes do ponto de vista tecnológico, administrativo e social para os quais fomos sugerindo bibliografia.

1.1.4 - Os séculos XV e XVI

O nosso percurso foi desde logo definido na tentativa de seleccionar o que dentro do quadro histórico do Concelho seria importante salientar para a construção da sua história. Assim, e deixando para trás um período para o qual pensamos ter já contribuído de forma genérica, detivemo-nos agora no momento da fundação da Vila, tendo em consideração a bibliografia mencionada no início deste Capítulo.

Nesta perspectiva, no âmbito do trabalho conjunto de Jorge Custódio e Elias Rodrigues (1990), a história de Almeirim, define-se em dois grandes períodos a partir deste momento. Segundo os autores,

“1.º Período de 1411-1640 – período de fundação e desenvolvimento do paço e da vila, bem como a criação das suas principais instituições religiosas políticas e sociais, factos que decorrem sobretudo durante a dinastia de Avis, mas que se prolongam ainda durante o período Filipino. A vila está sob alçada dos fenómenos sazonais do estacionamento da corte.

2.º Período de 1640-1821 – período de crise dos Paços Reais e consequentemente da vila que é afectada pelo afastamento da corte, degradando-se os Paços, ao ponto de serem extintos e ficarem sujeitos à demolição a Almeirim.” (p. 6).

Assim, com o ano de 1411, chega também o momento da expansão portuguesa, sendo que em Almeirim, D. João I inicia a construção de um palácio a partir de instalações de uma quinta régia. Mais uma vez, a proximidade e a operacionalidade de Almeirim relativamente à capital, foram os motivos mais que evidentes da sua escolha para a edificação de uns Paços Reais.⁶ É a partir do palácio que se desenvolve a vila realenga. As características de veraneio, a paixão pela caça e a instituição da Coutada de Almeirim, pela sua diversidade de fauna, estiveram também na origem dessa preferência (Silva, 2007: 26). A construção de uma estrutura daquela envergadura, exigiu uma exaustiva preparação dos terrenos e a deslocação de pessoas para satisfazerem a construção e a manutenção dos equipamentos. A posterior permanência da Corte em solo almeirinese, tal como nos é descrita em vários documentos da Chancelaria de D. João I, exigia que assim fosse, não só pela altura da instalação do palácio, mas também nos momentos seguintes. Existem todavia fontes mais precisas para o entendimento da circunstância privilegiada atribuída à vila de Almeirim, que complementarão esta nossa reflexão.⁷

Em 1440, deram-se por concluídas as obras de edificação dos Paço e em 1483, D. João II, filho de D. Afonso V e de D. Isabel, concedeu a Carta de Privilégios aos habitantes de Almeirim, sendo essa data apontada para a constituição efectiva do

⁶ Todavia, não existem fontes iconográficas e cartográficas suficientes para a reconstituição deste complexo, porém, Filipe III de Espanha encomendou ao Monteiro-Mor do Reino, em 1632, a descrição das coutadas de Almeirim, em que é descrita em pormenor. No mesmo documento é assinalado sem grande rigor o Paço de Almeirim, sendo esta a imagem mais antiga dos Paços. (Custódio e Rodrigues, 1990:8).

⁷ *Vd.* Lopes, 1983; Góis, 1909.

concelho. No documento definiram-se alguns privilégios que, porém, demoraram a ser postos em prática. Desses benefícios para a população, aponta-se o dever de Aposentadoria e a esse propósito o documento refere que, no tempo de D. João III, existiam cerca 4937 pessoas residentes na corte de Almeirim (Silva, 2007:28), embora nem todas se encontrassem permanentemente naquele local. Apesar da flutuação do número de residentes, o rei D. João II dispensou os almeirinenses daquela obrigação, pois reconheceu o enorme sacrifício que seria albergar toda aquela gente, ressaltando, todavia, esse direito para si e para a sua família.

Do património edificado que atesta a presença da corte no Concelho, fica-nos a referência do Convento de Nossa Senhora da Serra e do Paço da Ribeira de Muge. O aprofundamento das circunstâncias que levaram à fundação destes núcleos poderá ser estudado em bibliografia acessível e relativamente recente⁸.

Retomando novamente o tema do Paço Real em Almeirim importa-nos agora referir, que este foi palco de uma das mais problemáticas Cortes da nossa história. Em 1568, D. Sebastião decide residir em Almeirim, definindo o primeiro brasão da Vila: armas reais trespassadas pela seta de S. Sebastião, enviada pelo Papa em 1574.⁹ Em 1578, a comitiva portuguesa é derrotada a propósito da reconquista de Arzila, ficando o reino sem descendência pela morte de D. Sebastião.

Sem sucessor, são abertas as Cortes de Almeirim pelo Cardeal D. Henrique, em 11 de Janeiro de 1580, para decidir o problema da Sucessão. Nessas Cortes, Febo Moniz, como procurador do Povo de Lisboa, dirigiu-se com voz enérgica ao Cardeal D. Henrique: *“Entregue Vossa Alteza o Reino a um príncipe português e todos lhe*

⁸ *Vd. Silva, 2007; Custódio 2008 ; Cláudio, 2009.*

⁹ *“Quando a seta chegou a Portugal, em 1574, estava D. Sebastião em Almeirim e recebeu esta mensagem, ainda que simbólica, da protecção papal nas campanhas militares que ali preparava. Não faltam, nos livros oficiais daquele tempo, documentos assinados pelo Papa Gregório XIII que visavam contrariar o Rei dos seus ímpetos de conquista em África. Mas para o monarca, de quem também se presume alguma loucura, contavam mais as mensagens iconográficas e por isso fez a chegada da seta a Almeirim, episódio digno de registo, até nas ilustres Rimas Várias de Camões. A relíquia, chegada a Almeirim em cofre de prata, revestido de fina seda vermelha, assim descrita a caixa que a resguardava, pelo poeta maior da língua pátria, é saudada mais circunstancialmente do que se de gente se tratasse em cerimónia presidida pelo rei, nos Paços almeirinenses e orientada pelo orador Dr. António Pinheiro. Depois de benzida e louvada perante o povo, a mesma arca seguiu em procissão até Lisboa a fim de ser guardada no Mosteiro dos Jerónimos, símbolo maior da religiosidade da Dinastia de Avis. Pela importância que o acontecimento tem para o rei e povo da época, a seta de São Sebastião, passou a figurar, desde esse ano, nas armas da Vila de Almeirim. Em Almeirim o monarca preparou, também, a campanha de Alcácer Quibir que se viria a revelar desastrosa.” (Silva, 2007: 59).*

beijarão a mão.” (Veloso, 1933: 199 apud Silva, 2007: 62) Todavia, com a sua morte, não se encontrou solução para o problema e as Cortes foram dissolvidas, passando o reino a ser governado por Filipe II de Castela, dando-se início à Dinastia Filipina que iria durar até 1 de Dezembro de 1640.

O abandono progressivo da Vila não deverá ser entendido de forma isolada nem simplificada. Considerámos que a “*crise dos Paços*” (Custódio e Rodrigues, 1990: 6) tem vindo a ser justificada como o desfecho natural relacionado com o final da dinastia de Avis (Vermelho, 1955: 13). Antes de equacionarmos razões geográficas ou económicas, pensámos ser, de facto, mais correcto avaliar um ciclo que acaba, sendo que a falta de um estudo sistematizado sobre o assunto provoca alguma indefinição casuística. É certo que a presença real notou-se até ao início da dinastia de Bragança, todavia, esta será de uma forma muito mais esporádica. Estes acontecimentos avulsos relacionam esta Vila, à época, a uma forte vertente cultural, que é frequentemente reforçada na historiografia de José Vermelho, tanto pela impressão do Cancioneiro Geral ou pelas estreias de diversos autos de Gil Vicente: “*Gil vicente, Mestre Gil dos Aitos como então lhe chamavam, tornou-se indispensável à corte e para onde ela ia, arrastava-o consigo. Desta maneira se representavam em Almeirim, pela primeira vez, alguns dos seus admiráveis autos.*” (Vermelho, 1951: 30).

Tendo em conta o segundo momento enunciado por Jorge Custódio e Elias Rodrigues na definição da história de Almeirim, pensamos que é a partir deste propósito de sustentar a permanência da Corte e após a sua progressiva dispersão, que podemos entender a génese da Vila moderna. Os que ficaram definem-se num nova classe social, a dos comerciantes. Só no tempo de Filipe III, as terras voltaram a ser cobiçadas dando-se o aparecimento de uma nova fonte de rendimento: a vinha, que será uma referência para o concelho, bem como para a região.

Com o terramoto de 1755, o Paço é parcialmente destruído. Já com D. José não foram encontradas neste palácio as condições ideais para alojar a sua comitiva, pelo que se começou a dismantelar o edifício no sentido de se aproveitarem as partes mais belas e valiosas. Cite-se, como exemplo, o fogão de mármore incorporado no Palácio Real de Sintra em 1772. O Paço sofreu então danos importantes e a Capela Real acabou mesmo por ruir. Os nobres que aqui tinham património logo reagiram e procuraram que o Rei D. José I determinasse a recuperação dos edifícios afectados. Foi uma longa acção de tentativa de influência na Corte, que acabou por ter como efeito a decisão de o Rei vir

até Almeirim para verificar os estragos e, talvez com esta sua decisão, tentar impor o seu desejo de recuperar o Paço Real. Essa estadia do Rei D. José, no ano de 1767, veio a ser a última estadia da Corte, na Vila Real de Almeirim. Por um lado, a recuperação da baixa lisboeta foi a prioridade do Marquês do Pombal, por outro, os estragos do Paço de Salvaterra foram menores e, perante as limitações orçamentais, a recuperação do Paço de Almeirim foi preterida.

1.1.5 - O desenvolvimento oitocentista

Foi, então, com D. João VI, regente em nome de sua mãe, D. Maria I, que se determinou a demolição dos Paços, pois a sua recuperação seria muito dispendiosa, demorando esta tarefa vários anos. Em 1891, o pórtico é finalmente demolido.¹⁰

Citando mais um vez Custódio e Rodrigues (1990), existiu um terceiro momento relevante na definição histórica de Almeirim, o período compreendido entre 1821 e 1889, segundo os autores, foi uma

“(...) época de profundas transformações da propriedade e mutações económicas e sociais do seu hinterland¹¹. São acompanhadas pelo desaparecimento completo do Paço e da coutada que foram vendidas em hasta pública e aforadas a particulares, bem como da relativa mutação do espaço urbano que se adapta aos novos condicionalismos das relações sociais e produtivas.” (p. 6)

Finalmente os mesmo autores definem um quarto período entre 1889 – 1989 que se refere ao *“Crescimento e expansão de Almeirim à luz das novas funções que adquiriu no período anterior.”* (Custódio e Rodrigues, 1990: 7)

¹⁰ Apesar da decadência e posterior desaparecimento do edifício real, nos arredores da Vila de Almeirim, começaram a surgir o que podemos chamar de retiros de pessoas ilustres, que pelas características que enumerámos ao longo deste texto, escolheram a zona para aí residirem. Não sendo este o momento para nos alongarmos nesta temática, importa referir que de entre estes palácios se salienta a Quinta da Alorna, construída em 1723, quando D. Pedro de Almeida, Vice-Rei da Índia e primeiro Marquês de Alorna, comprou a Francisco Soares de Aragão o domínio útil do Casal de Vale de Nabais. Para finalizar o que aqui se referiu de importante acerca desta Quinta, salienta-se que ali permaneceu a Condessa de Assumar, Leonor de Almeida Portugal, a ilustre poetisa que assinava sob o nome de *Alcipe* (1750-1839). Com a morte da Marquesa de Alorna, nome pelo qual viria a poetisa a ser conhecida, decidiram as suas filhas vender a Quinta a José Dias Leite Sampaio, responsável pela dinâmica agrícola e pela produção vitivinícola e de azeite. Na Quinta da Alorna foi, então, plantado um enorme olival e instalado um lagar a vapor.

¹¹ Tradução da autora: área de influência.

Seguindo a metodologia adoptada ao longo deste estudo, falemos agora no início de oitocentos, enquadrando Almeirim no contexto da política nacional, definindo o mais importante sobre o Concelho, dado que no aprofundamento de aspectos que não sejam fundamentais para a sua caracterização, referiremos bibliografia de apoio.

Ora, no quadro do Vintismo, da Constituição de 1822 e da Revolução Liberal, Almeirim herdou a extinção das coutadas, dos impostos feudais e dos privilégios dos nobres, como aspectos fundamentais a referir. Estes pontos são fruto de um contexto bastante complexo que se insere num elaborado quadro de resistências e novas legitimidades que vão marcar todo o século XIX.¹² No seguimento das principais transformações económico-sociais inscreveram-se as alterações na propriedade e na organização estrutural do país, levadas a cabo pela extinção das ordens religiosas e da venda dos bens nacionais. Esta nova organização administrativa levou a que o Concelho se expanda, ou seja, a partir de 1836, Almeirim passou de uma freguesia para cinco: S. João Baptista, Santo António da Raposa, Benfica do Ribatejo, Muge e Alpiarça.

O Liberalismo facilmente penetrou no território concelhio, pelo contágio da tomada de Santarém em 1834, tanto na fase de preparação da mesma como *à posteriori*.¹³ Das transformações relevantes e que puderam ser consideradas determinantes no reconhecimento do Concelho como hoje se apresenta, referimos a criação de uma burguesia agrária que adquire os bens nacionais anteriormente referidos. Estas unidades ligam-se à exploração agrícola e à criação de gado, estabelecendo coudelarias. A industrialização que caracteriza as políticas liberais e que facilmente se espalha pelo Concelho, fez com que esta fosse uma zona pioneira na mecanização da agricultura, com a introdução de maquinaria agrícola, tal como ceifeiras mecânicas, debulhadoras e locomóveis. Nesta perspectiva, e marcadamente a partir da segunda metade do século XIX, industrializaram-se lagares de azeite, estabeleceram-se destilarias de aguardente vínica, sendo introduzida, em 1859, a primeira máquina a vapor no Concelho, na Quinta da Alorna. No seguimento das ideologias de desenvolvimento da Regeneração, incrementaram-se os transportes na margem direita e esquerda do Tejo, estabelecendo-se as linhas de caminho-de-ferro do Norte e Este, com a chegada do comboio a Santarém.

¹² *Vd. Mattoso [et al.] 1993.*

¹³ *Vd. Henriques, 1989.*

Por outro lado, a regularização do Tejo permite captar mais terrenos para a agricultura, fomentando o desenvolvimento de uma burguesia agrária liberal. O desenvolvimento das comunicações e o aproveitamento que se pretendia das vias fluviais levou a intervenções profundas no rio Tejo, relacionadas com as políticas liberais e as opções políticas desde meados do século XIX. Neste contexto, foi determinante o papel do Coronel Eng.º José Júlio Guerra¹⁴, que a este propósito fez a primeira planta topográfica de Almeirim, datada de 1855.

Assim, o liberalismo não originou directamente a divisão da propriedade e, muito pelo contrário, originou a sua concentração. Essas propriedades passaram a ser grandes explorações agrícolas, geridas por grandes lavradores, muitos deles descendentes de antigos nobres, outros da nova nobreza e outros ainda simplesmente homens de negócios, que no advento da produção empresarial agrícola pretendiam investir o seu dinheiro na actividade económica dominante.

Para descrever as condições de vida do Concelho salientámos a obra do médico Guilherme Tiago do Couto, a que outros autores chamam de *Topografias Médicas* e que foram efectivamente importantes para a caracterização do Concelho¹⁵. Não nos importa agora fazer uma descrição exaustiva destes estudos, importa sim sublinhar que foram importantes no entendimento do modo de vida dos almeirinsenses, do ponto de vista cultural, social e económico no século XIX.

Almeirim, naquela época, era um centro importante da lavoura ribatejana. A agricultura, por sua vez, era a actividade económica mais relevante e aquela que mais deveria ser fomentada e apoiada. A guerra civil, que terminara em 1834, tinha deixado Portugal na miséria, agora havia que alimentar o povo e dinamizar a economia. Almeirim foi, assim, um pólo de esperança para o desígnio de desenvolvimento

¹⁴ *Vd.* Guerra, 1861.

¹⁵ A *Breve Notícia de Almeirim*, de Guilherme Filipe Tiago do Couto, foi publicada numa edição da Associação de Defesa do Património Histórico-Cultural do Concelho de Almeirim, sendo a primeira monografia conhecida actualmente sobre a vila. Encontra-se manuscrita na Biblioteca Nacional, Secção dos Reservados, sendo um caderno de 47 páginas manuscritas pelo autor, em folhas de papel de 264X162mm, encadernadas e com capa de cartão. Para o autor, o caderno não pretendia ser um ensaio monográfico, fosse ele de natureza literária ou estadística, é antes de mais o registo do ponto de vista de um médico, que queria definir as causas que poderiam de alguma forma influenciar a saúde da população do concelho. Deixando transparecer uma análise meticulosa do assunto, acaba por fazer muito mais que isso.

económico e a vinha que então já se plantava e o seu principal instrumento. Na época da inauguração da Ponte D. Luís, em 1881, havia uma grave crise social provocada pela praga da Filoxera, que matava e empobrecia. Essa grave crise provocada pela praga, originou uma autêntica revolução social. A recuperação das vinhas de Almeirim provocou uma nova e mais forte onda de emigrantes que aqui encontravam trabalho e oportunidades. Muitos deles, chegados nessa altura, enriqueceram e passaram a constituir a nova elite social e económica.

Capítulo 2 – Dos antecedentes do Museu Municipal de Almeirim

A história do Museu Municipal de Almeirim não estava até ao momento da realização deste trabalho de projecto, sistematizada, existindo, todavia, fontes que permitiram traçar este percurso. Neste sentido, pretendemos neste Capítulo fazer o enquadramento histórico da instituição com base na investigação resultante da análise dessa documentação e na nossa experiência no âmbito da execução do novo projecto museológico desenvolvido.

2.1 – Génese e antecedentes

Contextualizar política e ideologicamente o caso de Almeirim mostrou-se de suma importância no entendimento da génese do Museu Etnográfico da Casa do Povo. Nesta perspectiva, ao longo deste Capítulo, tratámos a temática da política cultural do Estado Novo, dando particular destaque ao corporativismo e às suas iniciativas no domínio da etnografia. Para esta análise centrámo-nos nos trabalhos de Cristina Pimentel (2005), Jorge Ramos do Ó (1990; 1993), Sérgio Lira (1997; 2002) e Raquel Pereira Henriques (1990), a par de outros contributos, tais como Henrique Coutinho Gouveia (1985) e Fernando Rosas (1994). A escolha da bibliografia mencionada prendeu-se com a relevância com que é tratada a temática da política cultural seguida no período em questão, com forte incidência nas instituições museológicas, nomeadamente ao nível dos três primeiros autores. Raquel Pereira Henriques importou-nos no âmbito deste trabalho, por nos ter ajudado à compreensão de António Ferro, referência incontornável na caracterização das práticas culturais durante o Estado Novo. Na mesma perspectiva, assinalámos relativamente à biografia de António de Oliveira Salazar, a obra de Jorge Ramos do Ó. Henrique Coutinho Gouveia e Fernando Rosas deram-nos as bases para o enquadramento histórico da temática.

No que concerne ao Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim as fontes são escassas, circunscrevendo-se à obra de José Augusto Vermelho (Vermelho, 1935; Vermelho, 1950; Vermelho,1951; Vermelho,1952; Vermelho,1953; Vermelho,1954; Vermelho,1955; Vermelho,1960; Vermelho,1962; Vermelho,1968; Vermelho,1978) que seguimos no Subcapítulo sobre o assunto. Acresce que os documentos avulsos existentes na Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval em Almeirim e as imagens

que ilustram a obra do autor foram também fundamentais para o entendimento do discurso expositivo.

2.1.2 – Os museus do Estado-Novo

Para compreendermos alguns aspectos da política museológica do Estado Novo, salientamos o facto de esta ter sido fortemente ligada a uma ideologia corporativista, entendida como “*um sistema vertical de representação política e económica, determinado e regulado por um aparelho de estado centralizado.*” (Pimentel, 2005: 90). A mesma autora salienta, também, que este entendimento do corporativismo tem uma matriz na civilização romana antiga, sobreviveu na Idade Média, e foi recuperado pelos movimentos de reacção ao Iluminismo e às novas ideologias políticas, consequentes da Revolução Francesa. Esta ideologia assenta na afirmação da Nação como uma comunidade solidária, organizada em sectores ou corporações e definindo-lhes determinadas funções, controladas por uma ordem social, política e económica, profundamente autoritária e repressiva. (Pimentel, 2005: 91), sendo recuperado e operacionalizado “*no mundo ibero-latino*”, em Portugal, nomeadamente (Pimentel, 2005: 93).¹⁶

Segundo Fernando Rosas (1994), a doutrina corporativista portuguesa afastou-se da essência do corporativismo, o corporativismo de associação, que tornava o Estado o regulador do sistema, sendo este orientado pelos parceiros sociais e pelos diferentes sectores corporativamente organizados e não o contrário (p. 255). A interferência do Estado seria mínima resumindo-se à defesa, ordem e representação externa. Em Portugal, assistiu-se à desparlamentarização e corporativização do Estado, ao qual se imprimiram as nuances necessárias para que fossem o Governo e a Assembleia Nacional¹⁷ a controlarem o país.¹⁸

¹⁶ Citando a autora, Portugal era como uma “*república unitária e corporativa fundada na igualdade dos seus cidadãos (...) e na participação de todas as forças constituintes da nação na vida administrativa*” (Gallagher, 1983 apud Pimentel: 2005: 93-94).

¹⁷ *Vd. Mattoso [et al.], 1994: 270.*

¹⁸ Na sua essência, o corporativismo definiu-se pela organização da sociedade em corporações que assumiram o controlo de alguns aspectos da economia, retirando ao Estado a sua autonomia relativamente a esse campo. Aplicado ao caso português, este sistema adaptou-se aos propósitos do regime salazarista e

Tal como Ramos do Ó (1993) reforça, «*O regime nascente não autorizaria que o viessem a questionar de frente; para tanto concentrava o monopólio da força no Governo, esvaziando assim os poderes Legislativo e Judicial.*» (p. 7) O mesmo autor chama ao Estado, a partir dos anos trinta, o «*Estado Social e Corporativo.*» (Ó, R. do, 1993: 9) Nesta lógica, a sociedade ancorava a sua conduta na premissa “família”, cujo princípio de coesão e estancuidade se transpunha a outros modelos organizacionais, como as freguesias, os municípios, as corporações profissionais, isto é, o cidadão deixaria de actuar como tal, no exercício individual dos seus direitos e deveres, passando a funcionar em núcleos restritos, facilmente manipuláveis e incapazes de intervir eficazmente no domínio político. O que se pretendia era minimizar os riscos de mobilização cívica e a afirmação do indivíduo e exercer uma estratégia de controlo e “apaziguamento” social. (Ó, R. do, 1993: 10).

O Salazarismo justificou-se na moral e negou ser um regime ditatorial. Assim, “*o Estado Novo pretendeu uma construção política equidistante do liberalismo e do socialismo. Fabricou um acordo. Encetou então, a partir dele, o processo da sua própria legitimação.*” (Ó, R. do, 1993: 2) Nos discursos de Salazar, entendidos através do autor citado, a ideia reiterada é que de facto o líder defendia uma «*entidade moral*» que resultaria na ideia de Nação (Ó, R. do, 1993: 8). O Estado seria o garante da paz e coesão social que se inscrevia numa maior noção, a do «*paternalismo*» (Ó, R. do, 1993: 11). A ideologia deste período da história nacional afirmava como valores fundamentais “Deus, Pátria, Família e Trabalho”, premissas que deveriam “guiar” toda a conduta do cidadão e que tinham como principal objectivo restaurar o orgulho nacional, mitigado por toda a conjuntura anterior que serviu para o descrédito das instituições.¹⁹ (Lira, 2002: 232) Salazar²⁰ veio retirar o país dessa angústia, restaurar a ordem nacional e manter o país à margem da 2ª Guerra Mundial.

O corporativismo assumiu-se como o rosto da Ditadura e da proibição da actividade política democrática expressa na existência de partidos. A supressão das “liberdades fundamentais”²¹, a instituição de um “Estado policial”²², cujos instrumentos

o Estado controlou essas corporações, instaurando um sistema político estatal, cujos principais instrumentos foram os sindicatos nacionais e os grémios.

¹⁹ Desde o final da monarquia e durante a Iª República que o país fora palco de diversas disputas políticas.

²⁰ Vd. Ó, R. do, 1990.

²¹ Vd. Mattoso [et al.], 1994: 273.

foram a polícia política e a censura prévia, sobretudo, em todos os aspectos da vida social e individual, fizeram deste regime um Estado eminentemente totalitário²³ e autoritário ao serviço da ideologia salazarista. Aqueles «*instrumentos de dominação*», citando Ramos do Ó (1993) visaram sobretudo conferir um entendimento «*unilinear da realidade*» (p. 54). Fernando Rosas (1994) salientou, que o objectivo deste discurso ideológico simplista foi o de «*fornecer 'certezas' claras e incontroversas que legitimem e facilitem o direito de mandar, anulem e ilegitimem a veleidade de resistir, justificando e tornando aceitável, como as coisas da natureza, o dever de obedecer.*» (p. 292)

Tal como Salazar dizia, «*só existe o que se sabe que existe*» (Rosas, 1994: 292) e nesta perspectiva, era preciso impor “as grandes certezas” em todos os núcleos do quotidiano – a propaganda era imprescindível. Seria, não numa perspectiva individual e subjectiva, mas antes como uma imposição ideológica do Estado – “política do espírito”. O agente catalisador que tinha o poder de transformar e uniformizar a linguagem que deveria ser empreendida junto das massas, em perfeita articulação com o sistema de valores do poder, foi sem dúvida o SPN/SNI (Secretariado da Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação)²⁴. Na verdade, foi devido à acção multifacetada do SPN/SNI²⁵ que a vida nacional foi sendo modelada. As «*batalhas simbólicas*» (Ó, R. do, 1993: 22) que Salazar prometia na afirmação da ideologia, que deveria ser transposta para os aspectos da governação do país, abre caminho à

²² Vd. Mattoso [et al.], 1994: 275.

²³ Vd. Mattoso [et al.], 1994: 281.

²⁴ A criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) em 1933 prendeu-se sobretudo com o desempenho da propaganda estatal na modernidade, assumindo o seu controlo e centralizando em si os serviços inerentes a esta. Coordenou também a informação de todos os Ministérios. Agregada à Presidência do Conselho de Ministros procurou implementar os mecanismos necessários à ordem nacional, estabelecendo relações monopolizadoras da informação, no sentido de afirmar e alimentar a “política do espírito”. Em 1939, o Ministério do Interior delega no Secretariado da Propaganda Nacional a rubrica do Turismo, visto como um meio fundamental na promoção e divulgação do regime, integrando em 1940 o Conselho Nacional de Turismo. Consequentemente este organismo passou a controlar a acção dos jornalistas estrangeiros no país. Em 1944 com a reorganização do Secretariado da Propaganda Nacional, este passa a denominar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) abarcando os serviços de Turismo, Imprensa, Inspeção de Espectáculos – onde se incluíam o exercício da Censura, os Serviços de Exposições Nacionais e os Serviços de Radiodifusão. Na sua dependência foram ainda instituídos o Fundo do Cinema Nacional (1948) e o Fundo do Teatro Nacional (1950). No âmbito da acção turística desenvolvida, destacam-se a criação de duas Direcções de Serviço, a de Informação e a de Turismo, em 1960, que vêm incrementar os contactos com outros organismos turísticos. O SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo) extingue-se em 1968, sendo as suas competências transferidas para a Secretaria de Estado de Informação, Cultura Popular e Turismo, da Presidência do Conselho de Ministros.

²⁵ Secretariado da Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação.

institucionalização da Propaganda a que ele chama «(...) *sem rodeios (...) instrumento de Governo*» (Ó, R. do, 1993: 21). Responsável pela propaganda política, comunicação social, turismo e acção cultural, durante o regime do Estado Novo em Portugal, o SPN/SNI²⁶ desenvolveu uma acção importante na área das artes plásticas, do cinema, do teatro, da dança, da literatura, do folclore, da edição, etc. Foi António Ferro²⁷ o director do SPN/SNI²⁸, relevante personalidade na definição cultural do país nestes anos «*surge como a pessoa capaz de dar ao regime um conteúdo intelectual e de operar a transposição do espírito para o movimento político português.*» (Henriques, 1990: 36). Assim, o

“(...) director da Propaganda descobria outra forma da não-contemporaneidade. Os princípios da dissimulação dos conflitos e brechas sociais seriam facilmente visionados se se demonstrasse qualquer coisa como isto: os tempos mais remotos continuam a viver hoje nas comunidades mais antigas; o campesinato é o lugar por excelência do surgimento do antigo na actualidade. A missão da arte consistiria em idealizar as formas tradicionais da vida rural, fabricando portanto a realidade de um país preso a convenções estáveis. Ferro virou-se para as manifestações da cultura popular, o artesanato e o folclore. (...) a força, a simplicidade ou ingenuidade das criações da arte popular passaram a ser sobrevalorizadas não já em si mesmas mas enquanto tema e medida criativa. Todas as realizações do Secretariado passaram a existir nesta articulação.” (Ó, R. do, 1993: 207-208)

Analisando o nacionalismo como princípio fundamental nas realizações deste período, entendemos ter sido este um pilar imprescindível do Estado Novo.²⁹ A identidade do país alimentou-se na rusticidade e no isolamento, sendo que só a partir dos anos cinquenta, o país, ainda que de modo restrito, se começa a abrir às novas ideias de progresso (Ó, R. do, 1993: 67)³⁰.

²⁶ Secretariado da Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação.

²⁷ *Vd.* Henriques, 1990.

²⁸ Secretariado da Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação.

²⁹ O Nacionalismo em Portugal foi desenvolvido desde 1936 até praticamente ao final do regime, em 1974, essencialmente no ensino primário, pelos manuais escolares que se empenhavam em construir uma identidade nacional, contando às crianças os episódios mais marcantes da Nação, exacerbando-os e por vezes até ficcionando-os para que estes fossem melhor apreendidos. Foram instituídos livros oficiais, controlados pelo regime, cujos textos sobre os memoráveis acontecimentos eram organizados de forma cronológica, sem preocupações ao nível da sua sistematização ou explicação, exaltando as figuras heróicas desses episódios históricos, seguindo a política de dignificação e valorização do País, assim como a definição e proclamação de heróis nacionais. (Lira, 2002: 37-38)

³⁰ A este propósito podem-se referir como causas destas transformações a diminuição da população rural, pelo aumento da migração para as cidades, a insatisfação relativamente à guerra colonial e o surgimento de uma nova classe média, em virtude da transformação do contexto económico europeu que incrementa novas práticas culturais.

Entendemos pelo que Cristina Pimentel (2005) e Sérgio Lira (2000) estudaram, que a atenção dada aos museus e ao património cultural, por parte do Estado Novo foi também impregnada dos valores que fundamentaram a ideologia do regime. Essa estratégia cultural obedecia à construção do sistema de propaganda que pretendia uma verdade única e inquestionável, dado que a história não era uma construção, fruto da investigação, mas sim uma retórica nacionalista, mais uma vez ao serviço do regime (Lira, 2002: 233). O Estado Novo seleccionou as principais características da nação – ao nível da história, do território, das tradições – que serviram de base à propaganda. Para o Regime, o país tinha um passado que deveria ser motivo de orgulho e reconhecido internacionalmente. O território era considerado “*multi-continental*” (Lira, 2002: 233), pelas descobertas marítimas que davam ao país a legitimidade de considerar os territórios coloniais como seus. Ideologicamente, as divisões físicas não existiam e o território era uno e indivisível. Este sentido de povo descobridor, conquistador e colonizador, dotou o país do poder de se auto-proclamar e essa ideia de território global fazia com que as diferentes regiões fossem entendidas como partes distintas que se complementavam. Outro aspecto importante na transmissão dos valores da memória histórica nacional prendeu-se com o culto dos heróis nacionais, que eram vistos como motivos de orgulho e exaltação. Neste quadro de referências, o próprio Oliveira Salazar proclamava-se como o último herói nacional, que salvou Portugal da bancarrota. A história era apresentada como indiscutível e absoluta. A legitimação e obrigação que o Estado entendia ter em proteger a memória nacional, conduziram a uma intenção da preservação do património, sendo os objectos mostrados como tesouros, encerrados em “mausoléus”, ditos museus, que deveriam ser templos da memória nacional. (Lira, 2002: 239)

Ora tendo Portugal vivido cerca de quatro décadas sob a égide de uma ideologia nacionalista, não é de estranhar que os museus nessa época se tenham relacionado profundamente com esses propósitos. Apesar das medidas legislativas e da criação de museus regionais durante a Iª República, a acção dos museus sempre foi limitada pela falta de meios financeiros e humanos, pela falta de continuidade dos projectos, assim como quase ausência de articulação com outras instituições. Henrique Coutinho Gouveia (1985) afirma que será durante o período posterior que se definirá uma “*visão*

global destes problemas e uma capacidade de concretização, inexistentes no período anterior” (p. 171).³¹

Os diplomas legais definidas pelo regime remetem-nos sobretudo para o Decreto-lei n.º 20 985 de 7 de Março de 1932 respeitante às políticas dos museus e ao património cultural.³² Mais conhecida como a *Carta Orgânica dos Museus Portugueses*, extingue os conselhos de Arte e Arqueologia substituindo-os pelas Comissões Municipais de Arte e Arqueologia, formadas pelo director do museu de cada localidade e três vogais nomeados pelo Ministério de entre os sócios dos grupos de amigos dos museus da respectiva área geográfica (Lira, 1997). Este diploma legal enceta um maior envolvimento da Administração Central com os organismos locais, através das Comissões, onde se vão desenvolvendo estratégias de inculcação das ideologias do regime. Este sentido descentralizador, já verificado durante a Iª República, relaciona-se com a “regionalização” promovida pelo Estado Novo, que utilizava os museus e as exposições temporárias como instrumentos de propaganda política (Pimentel, 2005)³³.

Para Sérgio Lira (2002), a apresentação da história, pelos museus, as exposições da época e as temáticas da propaganda do regime assentavam numa construção inter-relacional em que os museus reconstituem a história e encerram em si mesmos uma dupla subjectividade, que o autor define como “*uma construção sobre uma*

³¹ O início da Ditadura Militar em 1926, sob governação de Óscar Carmona e a Revolução de Abril de 1974 marcam este período. Após a Revolução o poder é entregue à Junta de Salvação Nacional, sendo o General Spínola o primeiro Presidente da República.

³² No início do Estado Novo, nos anos vinte, o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) desempenhou um papel fundamental na dinamização museológica nacional, dado que o Decreto-lei n.º 20 985 concentra a sua organização no Conselho Superior de Belas-Artes que dependia no Ministério da Instrução Pública. Desta mudança de tutelas surge a organização dos museus em três tipos: os museus regionais onde se incluíam o MMNA, o Museu dos Coches e o Museu de Arte Contemporânea; os museus regionais com o Museu Machado de Castro (Coimbra), Museu Grão Vasco (Viseu), Museu de Aveiro, Museu de Évora, Museu de Bragança e Museu de Lamego); e finalmente um último grupo em que se incluíam os museus municipais, os tesouros de arte sacra e algumas outras colecções que revelassem valor artístico, histórico ou arqueológico. *Vd. Silva, 2002: 80.*

³³ Assumindo como referência a sistematização de Cristina Pimentel (2005) acerca do panorama museológico português (1833-1991), consideramos a Carta Orgânica dos Museus como um passo importante na reformulação da estrutura museológica nacional (relativa à Lei Republicana de 1911) (Pimentel, 2005: 50-68), que preconizava a constituição de uma rede cujos propósitos fossem a salvaguarda e a divulgação do património artístico e arqueológico nacional. (Pimentel, 2005: 121) Sendo ainda pouco clara no documento, a forma como se deveria organizar, incentivava-se à realização de acções que promovessem aquele tipo de atitude patrimonialista, sugerindo-se que em cada localidade, se organizassem comissões de protecção do património – comissões Municipais - que coordenariam as iniciativas. Dado que a bibliografia não nos oferece elementos suficientes para que se faça um balanço acerca deste quadro, consideramos aqueles organismos de eficácia duvidosa

construção”³⁴ (p. 229); são entendidos como uma cenografia ao serviço das ideologias vigentes e das suas específicas mensagens. Deste modo, a propaganda em si mesma foi como um instrumento de transmissão das opções políticas do regime e da sua organização, sendo que estas eram assentes sobretudo na história e na ideia de passado da nação.³⁵

Dentro do quadro das exposições temporárias deste período, instrumentos determinantes da propaganda, destacamos a I Exposição Colonial Portuguesa de 1934 (Palácio de Cristal do Porto) e a Exposição do Mundo Português em 1940 que vieram ancorar a dimensão etnográfica do espírito nacionalista. Dentro desta lógica, estas assentavam sobretudo na reconstituição de ambientes que serviam para contextualizar os objectos, que eram acompanhados de imagens, no tal ensaio cenográfico que atrás referimos. Pretendia-se que a exposição fosse comunicativa e compreensível por parte de quem a visitasse. (Gouveia, 1985: 147-184). A acção do SPN/SNI³⁶, na pessoa de António Ferro, marca o progresso

“(…) das artes plásticas, numa ‘cruzada nacional’ de ‘estímulo à vida do espírito’ para o qual Ferro contava, ‘antes de mais ninguém’, com a ‘gente nova, desempoeirada, de sangue na guelra’ desde que, como especificaria dois anos depois, mantivessem ‘um certo equilíbrio’ e não caíssem na ‘loucura das formas, na tela enigma’.” (Santos, 1995: 459)

Acrescenta ainda que *“os anos trinta foram a era da modernidade decorativa”* (Santos, 1995: 458).³⁷

³⁴ Tradução da autora. No original *“it is a construction about a construction.”* (Lira, 2002: 229).

³⁵ Jorge Ramos do Ó (1993) descreve o método utilizado para esta recuperação da memória colectiva nacional como um *“ressurgimento étnico”*, caracterizando-o como *“a defesa de uma arte moderna contemporânea”* e nacional, acrescenta (Ó, R. do, 1993: 211). No sentido de compreender como era feita esta imposição de ideologias, citamos do mesmo autor a expressão *“dominação legítima”* (Ó, R. do, 1993: 4) que preconizava uma antítese da coerção, como forma de levar o povo a obedecer aos conteúdos ideológicos voluntariamente. Seguindo esta abordagem sociológica e referindo novamente o autor, esta dominação poderia ser fundamentada por uma componente tradicional assente *“na crença quotidiana da santidade de tradições válidas desde tempos imemoriais e na legitimidade daqueles que por ela são chamados à autoridade”* (Cruz, 1989 apud Ó, R. do, 1993: 5). Da mesma forma, se justifica numa dominação de *“carácter carismático: assentando na entrega extra-quotidiana à santidade, heroicidade ou exemplaridade de uma pessoa, e nas ordenações por ela reveladas ou criadas (...) obedece-se ao chefe carismaticamente qualificado (...)”* (Ó, R. do, 1993: 5).

³⁶ Secretariado da Propaganda Nacional / Secretariado Nacional de Informação.

³⁷ A este propósito referimos a qualidade destas exposições, nomeadamente no domínio do *design* e das estratégias expositivas. Para um maior aprofundamento da temática salientamos: Pereira, 1995: 437-505.

Dentro da instrumentalização cultural operacionalizada pela propaganda, Sérgio Lira (2002) considerou, para além dos museus, as exposições temporárias tratando da sua importância no domínio da afirmação nacional, mas de forma menos evidente. Salientamos este tipo de exposições pelos temas que tratavam, tais como a arte, história e etnografia portuguesas, esta última bastante relevante no âmbito deste trabalho. Todos os objectos expostos eram considerados numa gramática nacionalista. Sérgio Lira (2002) diz-nos que,

*“(...) durante o Estado Novo museus e exposições temporárias foram o espelho do entendimento oficial do mundo. (...) Tal como a história foi vista como um conjunto de factos indiscutíveis, deveria ser possível reconstituir o passado através de um conjunto de documentos tangíveis. (...) Todavia, por trás das restritas regras do positivismo, o principal objectivo da história – para o Estado Novo – era retirar lições do passado. Como resultado, dos museus e exposições esperavam-se essas lições. O público dessas exposições recebiam como retorno essas mensagens e seria de esperar que aprendessem essa particular versão do passado. Os heróis do passado eram apresentados como exemplos a seguir e as suas acções eram entendidas modelos de comportamento. (...) Em consequência, a produção histórica – para o Estado Novo – era um processo imbuído de ideologia e os museus reflectiam isso mesmo.”*³⁸ (pp. 235-236)

O “estilo português” devia ser cimentado e nessa linha se inscreveu o Museu de Arte Popular.³⁹ Localizado em Lisboa e na dependência do SNI⁴⁰, este Museu foi uma “herança” formal do período aqui tratado, na sequência da Exposição do Mundo Português, já referida, aproveitando o pavilhão da “Vida Popular”. O Museu de Arte Popular foi então criado em 1944 e inaugurado em 1948, com a missão de ser uma

³⁸ Tradução da autora. No original: “*during the Estado Novo museums and temporary exhibitions were the mirror of the official understanding of the world. (...) As history was seen as a group of indisputable facts, it should be possible to reconstitute the past from a core of tangible documents. (...) beyond the strict rules of positivism, the main goal of history – for the Estado Novo – was to provide lessons from the past. As a result, museums and exhibitions were expected to make known those lessons. People who would go to museums or temporary exhibitions were the target of those messages and were expected to learn that particular version of the past. Heroes from the past were presented as examples to follow, and their deeds were considered models of good behavior. (...) The consequence is that producing history – for the Estado Novo – was a process imbued by ideology and museums reflected that.* (Lira 2002: 236-236).

³⁹ Para além do Museu de Arte Popular, o Estado novo criou mais dois museus fundamentais no final da década de 50: o Museu Nacional de Soares dos Reis, em 1940, a partir das colecções do Museu Portuense e o Museu de José Malhoa como o primeiro museu com um edifício construído para este propósito em Caldas da Rainha. Apesar de terem existido mais alguns projectos que não saíram do quadro das intenções, salienta-se a fraca consistência da legislação para o sector, que relativamente ao período antecessor (da I República) apenas veio possibilitar estágios para conservadores de museus.

⁴⁰ Secretariado Nacional de Informação.

síntese da identidade etnográfica nacional (Lira, 2002: 80), numa densa rede de execução e executores que lhe conferem o carácter relevante, à escala nacional.⁴¹ O discurso expositivo da Exposição do Mundo Português organizou-se por regiões administrativas, que eram distribuídas pelo pavilhão, tendo ficado este arranjo museográfico até aos anos noventa do século passado. De acordo com a ideologia do regime, pretendeu-se valorizar a grande diversidade da vida e cultura rurais na geografia portuguesa. A reconstituição do país dentro daquela exposição visou “*mostrar a nação portuguesa na sua grandiosidade através da sua cultura material*” (Lira, 2002:114).⁴² Era flagrante a mensagem da exposição: os objectos desprovidos de interpretações acessórias; legendas que apenas contemplavam a proveniência do objecto, outras raras vezes a sua datação e/ou o produtor ou doador, pois o valor do objecto serviu a ideologia que pretendeu controlar e manipular mentalidades e valores⁴³. Dentro do quadro museológico deste período, o Museu de Arte Popular assumiu um papel importante, como instrumento de propaganda do regime. (Lira, 2002: 79-124)

Assim, e por entendermos que as premissas fundamentais estão definidas para a continuação do desenvolvimento do projecto a que nos propomos, citamos Jorge Ramos do Ó, referindo-se à produção artística e às exposições temporárias também como instrumentos de Propaganda; esta afirmação parece resumir em boa parte a matriz dos museus portugueses durante o período tratado:

“Os rituais destinados a solidificar o sentimento nacional começaram a ser dominados por uma imagética que actualizava, refabricando e redimensionando, acontecimentos, objectos e personagens do passado. (...) destinava-se concretamente a dar ao povo uma série de ‘indicações, lições e avisos’ conducentes à interiorização da ‘unidade económica, política e espiritual’ pátria (...).” (Ó, R. do, 1993: 179-180)

⁴¹ Cottinelli Telmo foi o arquitecto responsável e muitos foram os intervenientes nesta exposição em que praticamente participaram todos os arquitectos e pintores modernos: «*Ao todo dezassete arquitectos, quarenta e três pintores-decoradores, cinco mil operários e mais de mil modeladores-estudadores ergueram (...) a ‘cidade efémera’*». (Pereira, 1995: 464)

⁴² Tradução da autora. No original “*The museum had a task to perform: showing the Portuguese nation in its best traditions through its material culture*”. (Lira, 2002: 114)

⁴³ Fazendo uma breve referência ao sistema educativo deste período, indissociável da política cultural aqui abordada, este era controlado pelo regime, também numa perspectiva nacionalista de forte cunho ideológico, centrando-se na exaltação dos valores nacionais, o passado histórico, o grande Império Colonial Português, a religião, a tradição, os costumes, o serviço à comunidade e à Pátria, a solidariedade humana numa perspectiva cristã, o apego à terra ensinando e difundindo a ideologia do Regime aos jovens. Tudo concorria para o “*propósito de fundamentar a justa natureza do Estado Novo*.” (Ó, R. do, 1993: 5)

2.1.3 – Os museus etnográficos e os museus das Casas do Povo

Legalmente, a estrutura corporativa do Estado Novo português teve a sua origem nos Decretos-lei n.ºs 23 050 e 23 051 de 23 de Setembro de 1933. (Pimentel, 2005: 122). Com o objectivo de bloquear as confrontações sociais e os seus instrumentos de afirmação, foi criado o Estatuto do Trabalho Nacional. Os Decretos-lei anteriormente mencionados tinham a função de regulamentar “*em pormenor as condições em que os trabalhadores urbanos e as organizações de trabalhadores se podiam formar e operar.*” (Pimentel, 2005: 122) Por sua vez, o Decreto-lei n.º 23 050 define para cada distrito Sindicatos Nacionais, que conduziram à fragmentação das zonas administrativas, minimizando assim o risco de conflito de classes.

Dentro desta lógica de controlo da classe trabalhadora e seguindo Cristina Pimentel (2005), as Casas do Povo assumiram um importante papel nas zonas rurais. Dos princípios económicos da nova Constituição, de Março de 1933, derivou a criação do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social e dentro deste, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência Social, que obrigava ao cumprimento das leis de protecção laborais e sociais. O impacto desta organização administrativa no país foi muito forte, traduzido, por exemplo, no ano de 1935, na criação de 141 Casas do Povo.⁴⁴ Os objectivos destes organismos eram, segundo o decreto n.º 23 051, “*assegurar uma acção instrutiva na esfera intelectual (...) através de escolas e pequenas bibliotecas*”, não existindo qualquer informação relativa aos museus. Não obstante, estas instituições descentralizadas, as Casas do Povo, foram instrumentos de criação de pequenos museus etnográficos, em conformidade com a recomendação do Subsecretário de Estado para as Corporações e Segurança Social. Em 1947, com as *Normas Gerais para a Organização dos Museus das Casas do Povo*, os directores das Casas do Povo ficam munidos de orientações mais específicas para a implementação daqueles núcleos. (Pimentel, 2005: 122-123)

Todavia, estes museus regionais sem apoios do governo central dependiam inevitavelmente das elites locais. Pode considerar-se, numa síntese simplificada, que aos museus nacionais e distritais, cabia preservar os objectos artísticos, históricos e arqueológicos e o trabalho científico que depois divulgavam às elites e aos outros

⁴⁴ Número este que haveria de subir para 625 em 1965 (Pimentel, 2005: 122).

museus. Por sua vez, aos museus rurais, era acometida a função de recolher objectos que remetessem para os diversos aspectos regionais e/ou locais. Neste sentido, citamos Capela e Silva através de Henrique Coutinho Gouveia (1985) a propósito dos museus das Casas do Povo: “*O museu rural é o índice da região, porque é o repositório de actividades, de costumes, e das características locais. Ali está tudo o que se relaciona com o povo: a arte, a utensilagem, de trabalhos, costumes e indumentária*” (p. 178). Assim, a vocação desta tipologia de museus regionais e locais seria desenvolver uma “*(...) acção pedagógica para com a população rural (...)*” (Gouveia, 1985: 178).

2.1.3.1 – O Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim

As propostas desta atitude cultural vieram trazer novo ânimo às Casas do Povo e dar à etnografia a possibilidade de uma nova afirmação.⁴⁵

Tal como mencionado nas *Normas Gerais para a Organização dos Museus das Casas do Povo* (1947), as colecções destas unidades museológicas deviam ser constituídas por tudo o que se relacionasse com o quotidiano, hábitos e tradições das populações dos seus territórios. É neste sentido, que se constitui o acervo do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, como se confirma a seguir:

“Mas, que as Casas do Povo não são, apenas, aqueles organismos de previdência e assistência, cuja acção se circunscreve, única e simplesmente, aos problemas de auxílio para com o seu associado trabalhador rural, têm-no demonstrado, - e bem, - quantas, no capítulo de acção cultural, têm desenvolvido ainda a sua actividade (...) Queremos referir-nos às Bibliotecas e Museus rurais e etnográficos, que se vêm criando e instalando em número já bastante elevado. (...) E Almeirim (...) à falta de coisas que atestem o seu passado famoso, tem, sem desânimo, de reunir quanto haja disperso para constituir o seu Museu também, - Etnográfico, Regional (...) – para o que bastará promover a aquisição de vários artigos, objectos, tudo enfim que seja antigo e característico desta terra (...)”. (Vermelho, 1952: 16-17)

No início do ano de 1935, a partir de uma comissão organizadora, criou-se então, a Casa do Povo em Almeirim, numa perspectiva de cooperação social, tendo como principal objectivo a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. Deste modo, em 25 de Maio de 1935, através do alvará do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, foi aprovada a concretização da Casa do Povo, sendo

⁴⁵ *Vd. Dias, 1963: 7-15.*

no dia 22 de Junho de 1936 realizada a primeira reunião oficial na Sala das Sessões da Câmara Municipal para eleição dos seus corpos gerentes. (Vermelho, 1952: 11)⁴⁶

No seguimento do que tinha sido recomendado pelo Decreto-lei n.º 20 985 de 7 de Março de 1932, a Casa do Povo de Almeirim inicia o processo de criação do Museu Etnográfico, dado que a recolha do acervo se inicia em 1948 (Dias, 1997: 126), com o apelo para que a população entregasse objectos que caracterizassem de alguma forma Almeirim (figuras 2.1 e 2.2). Consideramos que dentro da Comissão Administradora do organismo⁴⁷, há a salientar, no âmbito da formação do Museu, a pessoa de José Augusto Vermelho (1907-1976) (figura 2.3), que assumiu a responsabilidade da constituição do acervo e que ao longo do seu percurso foi fundamental na afirmação da identidade de Almeirim, também pela obra literária que foi produzindo. Homem do Regime, natural de Estremoz, chega a Almeirim na década de quarenta para ser Tesoureiro da Fazenda Pública.⁴⁸ Figura multifacetada foi jornalista, amador teatral (tanto no papel de intérprete como de ensaiador) e escritor. Todavia, foi como etnógrafo que se destacou, com a fundação do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim e com a criação do Museu Etnográfico.⁴⁹

Desta forma, em 1953, abriu uma biblioteca e uma sala de exposição (figuras 2.4, 2.5 e 2.6) na sede da Casa do Povo (figura 2.7), com cerca de 300 objectos de natureza diversa (figuras 2.8, 2.9 e 2.10). Este Museu era “*relativo à etnografia e esta é a ciência que estuda os povos quanto às manifestações materiais da sua actividade, destina-se sobre este ponto de vista, a dar a conhecer a quantos nos visitam o estudo e*

⁴⁶ “A 13 de Janeiro de 1937, Sua Exa. o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, por seu despacho, aprovava o Regulamento da Caixa de Previdência e, deste modo, a Casa do Povo de Almeirim encontrava-se, finalmente, legalizada oficialmente (...)” (Vermelho, 1952: 12).

⁴⁷ A Comissão Administradora era constituída pelo Encarregado dos Serviços Administrativos, José A. Vermelho e por Joaquim da Costa Boavida, Amândio Alves Videira e Manuel Soares Minderico. (Relatório e Contas da Gerência de 1946).

⁴⁸ É escassa a bibliografia relativa a José Augusto Vermelho, todavia, foi possível estabelecer o seu grau de parentesco com Joaquim Vermelho (1927-2002). Seu sobrinho, natural de Estremoz, assumiu fortes ligações ao jornalismo e à poesia desenvolvendo a sua actividade como funcionário da Câmara Municipal de Estremoz e depois como professor, iniciando a partir dos anos setenta, um trabalho de intensa actividade cultural através da biblioteca e do museu municipal. Trabalhou com Per-uno Agren na missão da UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas), onde Joaquim Vermelho apontou o Museu Municipal de Estremoz, do qual foi director, como a referência no contexto da reorganização destas instituições em Portugal. No âmbito da sua actividade ressalva-se o facto de em 1990 ministrar um curso de Museologia na Escola Profissional da Região do Alentejo.

⁴⁹ *Vd.* Acta n.º 16 da Assembleia Municipal de Almeirim, Quadriénio 2005/2009, pp. 9-10.

descrição do nosso povo nas suas mais variadas multiplicidades” (Vermelho, 1968: 11-12).

No que se refere a este Museu Etnográfico, escreve José Vermelho em 1953, citando o jornal *Correio do Ribatejo*:

“Queremos aludir à iniciativa da criação do Museu Etnográfico e de uma esplendida Biblioteca. E para que não vá julgar-se de excessivo apreço o que se nos oferece dizer acerca de tais melhoramentos e do seu contributo para o bom nome desta terra, melhor nos parece, pois, permissão para transcrever alguns períodos, os mais interessantes, das impressões colhidas por parte do Digníssimo Director do Correio do Ribatejo e que neste jornal foram então publicadas:

‘Esta Casa do Povo de Almeirim, que há dezoito anos (...) se comprime num casinhoto a par da igreja lá da vila é das tais que nos fazem dizer o mesmo que dos homens – que tanto eles como elas se não medem aos palmos...

Acanhadas, as instalações estão longe de corresponder, na verdade, à alma que palpita naquele corpo exíguo e tamanha projecção social tem tido em matéria de previdência e assistência (...).

Quanto à sua acção cultural, justo é destacar uma actividade verdadeiramente modelar, tanto pelo auxílio prestado aos cursos nocturnos de ensino primário, como através da sua biblioteca e museu etnográfico (...).

Quanto ao museu etnográfico, este vale só por si um esforço digno de ser encarecido e louvado, tanto pela feliz iniciativa, como pela admirável realização que lhe correspondeu, mediante o concurso de muitos dos habitantes de Almeirim que responderam ao apelo feito...’

E o mesmo jornal dizia: ‘Passeia-se a vista pelos escaparates, quadros, vitrines e paredes do salão que lhe está reservado e surpreende-nos a variedade das espécies, bem como o seu valor etnográfico, arqueológico e artístico, desde os capiteis do paço real à colecção numismática, das fotos de visitas régias às maquetes de maquinaria rural, dos trajes regionais aos artefactos caseiros, da utensilagem dos campos aos produtos do artesanato, das provas dos seus famosos vinhos às panóplias de armas antigas e modernas. (...).’

(...) o Museu tem tido a visita de umas centenas de pessoas no número das quais se contam algumas, vindas propositadamente de Lisboa e outras terras, vizinhas ou distantes.

Deste modo se confirma o que atrás deixamos dito quanto ao contributo deste Organismo [a Casa do Povo] (...). E se, num futuro – ao que parece, bem próximo, - lhe for dada a satisfação de se instalar, como bem merece, em edifício próprio, a Casa do Povo de Almeirim melhor há-de servir, estamos certos, a causa Corporativa e por conseguinte a terra em que se situa. Tudo leva a crer que esta sua legítima aspiração tenha breve realidade (...).” (*Correio do Ribatejo* apud Vermelho, 1953: 41-45)

No sentido de dotar a Casa do Povo de instalações mais dignas, consentâneas com a função social que desempenhava⁵⁰, o Museu muda de local (figuras 2.11 e 2.12). Assim,

“Em 1967, foram inauguradas pelo Ministro das Corporações e Previdência Social as novas instalações da Casa do Povo, num amplo edifício de 2 pisos do último período do Estado Novo.⁵¹ Neste edifício foi planeada a reinstalação do Museu numa sala de 120 m² situada no 1.º piso, com entrada independente dos outros serviços da Casa do Povo – posto médico, biblioteca, salão de festas e serviços administrativos.” (Dias, 1997: 126) (figuras 2.13 e 2.14)⁵²

Considerando as fontes que contribuem para a caracterização do extinto Museu, salientamos o *Roteiro de Museus* de 1997. Esta monografia, de entre um conjunto de cinco, cumpre os objectivos do Projecto de Investigação: *“Representações da Cultura Portuguesa nas Colecções Etnográficas dos Museus locais”*.⁵³ Do ponto de vista da

⁵⁰ Vd. Vermelho, 1968.

⁵¹ Da autoria do Arquitecto Samuel Quininha, o projecto de 1959, materializou-se num edifício que veio dar um forte incremento à Casa do Povo, nas suas diversas vertentes. Localizado no Largo dos Charcos em Almeirim, este edifício, dentro da lógica da arquitectura da época, inseria-se na vertente mais funcional do estilo, que deveria parecer robusto, sólido, resistente e corresponder às necessidades das actividades desenvolvidas do organismo que acolhia, neste caso a Casa do Povo de Almeirim. Através da planta em anexo, verifica-se a existência de diversos espaços, à semelhança de um verdadeiro edifício público, tais como gabinete médico, salão de festas, zona de secretaria, arquivo, biblioteca, sala de reuniões, etc.

⁵² Segundo Pedro Vieira de Almeida (1986), apesar de ser frequentemente referida uma “arquitectura do Estado Novo”, analisando com rigor as obras deste período, fica claro que houve antes uma mistura de estilos. Poder-se-á no entanto falar de uma resposta dos arquitectos, não constituindo uma corrente ou uma tipologia específica, mas antes, o que se tem vindo a denominar, de “estilo português”, como uma consequência do modernismo nacional, com maior incidência em Lisboa (Almeida, 1986: 105). De forma sintética, não se pode negar que houve de facto um investimento na arquitectura durante este período, com a política de obras públicas empreendida, que levou a que se abrissem novas oportunidades para os profissionais, comprometendo-os de certa forma com o poder. Deste tema, de difícil sintetização, importa-nos retirar a ideia de que a arquitectura durante este período, segundo o mesmo autor, «permanece (...) numa situação de hesitação e expectativa. Em primeiro lugar, hesitação que correspondia certamente à menor ou maior cedência às pressões políticas, (...) muitas vezes contraditórias mas simultâneas, de cada um dos organismos que no aparelho de Estado podia estabelecer-se como cliente. Daí que essa ‘hesitação’ tivesse, por um lado, um aspecto de cíclica alternância no tempo e, por outro, o carácter de simultaneidade de orientações divergentes, se não contraditórias. Em segundo lugar a expectativa porque em todo o processo foi deixado espaço para a arquitectura ocupar, ocupação a que os arquitectos parece não terem podido ou sabido proceder de maneira convincente.» (Almeida, 1986: 111) Verdadeiramente difícil para os arquitectos deste período será a aceitação por parte do Estado das novas propostas; a opção entre o modernismo e o tradicionalismo vai tornar-se num dilema, sem que eles próprios entendessem bem os limites, de um e de outro. A “geração do compromisso”, formada a partir dos anos 20, com nomes como Carlos Ramos, Cristino da Silva, Pardal Monteiro, Cottinelli Telmo, Cassiano Branco, etc., é a geração a quem se introduz aquela problemática de estilo, tentando articular a arquitectura moderna com os desígnios do regime. (Almeida, 1986: 112)

⁵³ Refira-se a este propósito que este foi um Projecto financiado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e pelo Instituto Camões, no âmbito do programa Lusitânia, no período

sua organização, o Roteiro divide-se consoante as Comissões de Coordenação Regional (Algarve, Alentejo, Centro, Norte e Vale do Tejo) e Regiões Autónomas (Açores e Madeira), respeitando a proposta de Orlando Ribeiro, considerada pelos autores.⁵⁴ Para cada unidade museológica é apresentada uma breve descrição das colecções, a sua história, instalações, morada, horário, entidade de tutela, actividades desenvolvidas e publicações. A investigação compôs-se por cinco etapas, entre as quais: selecção de bibliografia específica de museologia etnográfica; recolha de monografias locais; recolha de informação junto das autarquias e dos responsáveis pelas unidades; trabalho de investigação por dois membros da equipa *in situ*; e numa fase final, elaboração dos relatórios relativos a cada um. Este Projecto encetou-se no sentido de constituir uma base de dados sobre as unidades museológicas etnográficas em Portugal, analisando as razões da sua criação; os contextos e os critérios segundo os quais se compilaram os acervos; as técnicas expositivas e o tipo de museografia utilizada; o que estava de facto representado e quais as lacunas; as práticas culturais empreendidas pelas instituições no sentido de divulgarem a cultura local (actividades, publicações, colóquios) através das colecções expostas.⁵⁵

Relativamente às conclusões que consideramos importantes retirar deste Roteiro, estas prendem-se com o facto da entidade de tutela ser na sua maioria de câmaras municipais; quanto à temática, pode-se referir que existe um certo equilíbrio, dado que por um lado, temos uma diversidade enorme de colecções (ao nível das temáticas e dos materiais de suporte), por outro, em igual circunstância, existe uma especificidade temática, com os museus dedicados exclusivamente ao vinho, ao azeite, ao barro, etc. Um ponto comum a todos eles é a maior atenção dada às dinâmicas laborais e domésticas em detrimento do lazer. No que concerne aos modos expositivos estes

compreendido entre Janeiro de 1994 e Dezembro de 1996, concretizado por uma equipa de sete investigadores. *Vd.* Dias, 1997.

⁵⁴ *Vd.* Ribeiro, 1987.

⁵⁵ É importante salientar que a metodologia utilizada foi sendo adaptada às diferentes realidades com que a equipa se ia deparando, pois a noção de museu, tal como é definida pelo *International Council of Museums* (http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx) não abarcava os diferentes casos. Assim, a análise das colecções teve que ser alargada e ao invés de analisarem museus, passaram-se a denominar-se por núcleos museológicos. Outra das dificuldades prendeu-se com a diversidade das colecções, isto é, os objectos extravasavam o carácter etnográfico, pelo tipo de materiais de que eram compostos, entendendo a equipa do projecto, em alargar este conceito e incluir no aspecto etnográfico todo o tipo de objectos que contribuíssem para a definição de uma identidade (colecções de arqueologia, arte sacra, história natural, etc.).

prendem-se sobretudo com a representação da cultura popular, no sentido desta ser recuperada (nomeadamente a agricultura), num diálogo museográfico que reconstitui ambientes ou musealiza sítios (adegas, moinhos, lagares).

Tal como atrás referimos, a etnografia relaciona-se com o estudo dos materiais que caracterizam comunidades, localidades, regiões e neste estudo é possível apontar precisamente a especificidade dos objectos incorporados nestas colecções. A representatividade local é assumidamente o principal objectivo destas unidades, porém, também existem casos em que se assiste a uma apropriação de objectos comuns, que estas comunidades assumem como seus, por também fazerem parte do quotidiano local, aí ser normal encontrarmos diferentes apontamentos (objectos) comuns em todos eles.⁵⁶

Segundo esta fonte, à data da sua edição, o Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim apresentava “*a mesma exposição desde 1967*”, sendo que “*foram doados mais de 58 objectos, perfazendo um total de 440, distribuídos sem critérios museológicos, sem percurso proposto (...)*”. Segundo a mesma fonte, os objectos estavam

“(...) expostos em vitrinas, sobre prateleiras, em mesas, no chão e nas paredes. Dificilmente, se encontrará um percurso lógico nesta exposição (...) parece montada (...) pronta a encher um instantâneo fotográfico. Vejamos alguns exemplos: embora a numismática tenha uma vitrine própria, sobre esta encontra-se cerâmica regional; no caso da armaria que se encontra em volta de uma coluna, junto temos uma cadeira de cortiça trabalhada, uma ânfora romana, uma miniatura de caldeira a vapor, uma fiadeira, etc.. Talvez o caso mais marcante desta ‘não sistematização’ esteja na zona das pedras tumulares, sobre as quais estão alguns quadros naïf de uma artista local; em prateleiras, uma mostra da produção vinícola e ao lado, uma bomba de transfega e brinquedos de cana.” (Dias, 1997: 126)⁵⁷

Esta citação sugere que não terá havido, na recolha dos objectos, qualquer preocupação de carácter científico, como sistematizar, classificar ou inventariar. Foi feita sim, “*uma recolha passiva*” (Dias, 1997: 127), uma vez que “*o impulsionador do Museu se limitou a esperar que a população oferecesse material susceptível de formar uma exposição (...)*.” (Dias, 1997: 127). Existe nesta fonte bibliográfica referência ao

⁵⁶ Os autores chamam a atenção para a importância em se apurarem os “responsáveis” pela constituição destes acervos e quais os seus objectivos, apontando os trabalhos de Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira, bem como a actividade de entidades como o SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo), a Federação Portuguesa de Folclore ou o INATEL.

⁵⁷ *Vd. Anexos capítulo 2, Figuras 2.15, 2.16 e 2.17.*

Livro de Tombo, todavia, quando o acervo foi transferido para as instalações onde hoje está instalado o Museu Municipal, que incorporou essas colecções, esse Livro não foi encontrado pela equipa responsável pela mudança. As únicas referências relativas aos diferentes objectos museológicos são uns pequenos cartões com o selo da Casa do Povo, com o número do objecto e o nome - em alguns casos com a proveniência também definida (figura 2.18). Consideramos que com a extinção das Casa do Povo, este Museu foi sendo negligenciado e o património votado a um relativo abandono.

Interessante é salientar o relevante contributo que o princípio da constituição deste tipo de museus deu ao que mais tarde denominaremos de ecomuseus: *“Quando em 1974, um golpe de estado militar marcou o advento de uma nova era para Portugal, esta ‘ideia de museu’ encontrou no ecomuseu o quadro discursivo ideal para evoluir sem renegar o que anteriormente havia sido realizado”*. (Pimentel, 2005: 209) Porém, em Almeirim, esse acervo ficou fechado sobre si mesmo durante pelo menos uma década até ao seu resgate pela Câmara Municipal de Almeirim, cujo projecto museológico descreveremos mais adiante.

Capítulo 3 – Breve enquadramento teórico dos museus locais e da Nova Museologia como justificação para o novo projecto museológico de Almeirim

A abordagem que temos vindo a fazer relativa à realidade museológica portuguesa, com especial enfoque no período do Estado Novo, salientando-se pela criação das Casas do Povo, fez-nos concluir que nas décadas de 1940/1950, existiu uma espécie de rede museológica com objectivos pouco estruturados ao nível nacional. Todavia, as décadas que se seguiram, 1950/1960, foram momentos de charneira, a diversos níveis, nomeadamente no campo da museologia, pois assistiu-se ao desenvolvimento das relações entre os profissionais dos museus portugueses e estrangeiros, marcada pela entrada de Portugal para o *International Council of Museums*⁵⁸; pela criação da Fundação Calouste Gulbenkian (1956) e do seu Museu⁵⁹; pelas novas dinâmicas museológicas associadas ao pensamento de João Couto (1892-1968)⁶⁰, no sentido de se dinamizar, divulgar e promover a cultura através dos museus; e

⁵⁸ Organismo associado à UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) que promove as questões relacionadas com a museologia (<http://icom.museum/>).

⁵⁹ Segundo esta perspectiva, Raquel Henriques da Silva (2002) salienta que “a elaboração, desde 1959, do projecto do Museu Calouste Gulbenkian (...) abria à cultura portuguesa, pela sua capacidade económica, a diversidade das suas iniciativas desenvolvimentistas, a clara opção pela modernidade e a sua independência em relação à ideologia do regime. (...)” (p.86). As colecções dispersas de Gulbenkian estiveram na origem da implementação de um museu de raiz, associado à Fundação, que se traduziram num projecto arquitectónico de grande impacto na malha urbana da cidade de Lisboa. Concebido pelos arquitectos Alberto Pessoa, Rui Atougua, Pedro Cid e Gonçalo Ribeiro Telles (na vertente paisagística), este projecto foi acompanhado pelos igualmente arquitectos Leslie Martin, Franc Albin, Carlos Ramos, Francisco Keil do Amaral, José Sommer Ribeiro; pelo museólogo Georges Henri Rivière – notável figura da nova museologia – e por Maria José Mendonça – conservadora do MNAA - equipa esta também responsável pelo programa museológico. Se no espaço e no estilo se revelou uma inovação, aliada ao consistente plano arquitectónico e paisagístico, não é menos verdade que reflectiu uma certa vertente modernista internacional, de forte influência nórdica e italiana, no modo como foram reconsiderados os princípios clássicos europeus, posição herdada do I Congresso Nacional de Arquitectura (1948). No que concerne ao Museu e no que nos importa aqui avaliar, este articulou de forma funcional, todos os seus serviços. No que diz respeito às técnicas expositivas, era já nesta altura um reflexo “dos notáveis progressos da museologia internacional entretanto ocorridos que (...) proclamavam o Museu como lugar de cultura visual, de forte marcação estética, onde os vários conjuntos de peças, mas também cada uma delas, deveria ser capaz de entrar em diálogo silencioso com o visitante.(...)” (Silva: 2002: 87) Porém, sendo considerada uma instituição museológica de referência no contexto nacional, “não influenciou directamente o meio museológico português mas foi, a partir da sua abertura, um repto positivo às profundas, ainda que menos eloquentes, transformações em curso que, na verdade, de algum modo o influenciaram também, através dos contributos das suas conservadoras formadas na ‘escola do Dr. João Couto’ que era o Museu Nacional de Arte Antiga.” (Silva, 2002: 88)

⁶⁰ Museólogo no Museu Machado de Castro transita para o Museu Nacional de Arte Antiga como conservador em 1924. Fundou o Laboratório de Investigação Científica para exame de obras de arte, sendo também o primeiro representante nacional nas conferências internacionais do *International Council*

pela fundação da Associação Portuguesa de Museologia em 1965, com o seu papel determinante na articulação dos diversos profissionais ligados às problemáticas museológicas e a promoção da museologia através de diversos instrumentos, tais como encontros, cursos e publicações.

Neste contexto de abertura, surge o Decreto-lei n.º 46 758 de 18 de Dezembro de 1965, o *Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia* que definiu alterações significativas no âmbito do estatuto dos museus, da sua definição e da sua função social⁶¹. Neste duplo sentido, o diploma procurou valorizar a especificidade dos profissionais da museologia ao mesmo tempo que pretendeu adaptar aquelas instituições e aqueles profissionais às novas concepções museológicas. Dentro desta lógica, foi igualmente notória a preocupação do documento legislativo em definir as funções do museu e incentivar a abertura deste ao exterior, reforçando o seu papel social. Assim:

“O primeiro fim de tais museus ‘é, sem contestação possível, assegurar a conservação das obras de arte (...). Mas o segundo fim de um museu, tão essencial como o primeiro, consiste em expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma missão educativa e social. Se o museu não for mais do que uma instituição com finalidade conservadora, poderá então qualificar-se de necrópole. (...) O museu deve ser um organismo cultural ao serviço da comunidade.” (Decreto-lei n.º 46 758: 1696).

Não obstante a mudança conceptual da definição de museu, impressa pelo diploma legal, que lhe conferiu uma componente social mais reconhecida, certo é que os museus daquele período continuaram a não ter meios humanos e financeiros que permitissem a prossecução daquelas funções. Esta conjuntura era ainda bem evidente em meados da década de 1970, tal como atestam diversas comunicações do Colóquio APOM⁶² 76 – *“Panorama Museológico Português. Carências e Potencialidades”* realizado no Porto em Dezembro de 1976. De entre as diversas falhas apontadas no sistema museológico nacional, entendemos destacar: a necessidade de uma rede museológica concertada; a falta de reconhecimento oficial das potencialidades dos

of Museums. Foi com João Couto que se iniciou a noção de serviço educativo nos museus. *Vd.* Costa, 1996.

⁶¹ Reforçamos que o museu estando ao serviço da comunidade deve munir os públicos, através da sua acção pedagógica, de instrumentos (tais como catálogos, roteiros, visitas acompanhadas) de forma a facilitar o entendimento das suas mensagens.

⁶² Associação Portuguesa de Museologia.

museus; a urgência em implementar legislação e medidas consentâneas com o contexto actual; a indispensabilidade de formar quadros técnicos e definir meios financeiros; e a necessidade de definir estratégias para a divulgação e valorização das colecções. (Ferreira, 1979: 45-50). Todavia, a realidade do país não impediu que a discussão teórica existisse. A Associação Portuguesa de Museologia voltou então a desempenhar um papel fundamental (com a realização de colóquios anuais a partir de 1975) na articulação entre os associados e as experiências nacionais e estrangeiras que se fizeram sentir, nomeadamente através da deslocação a Portugal de museólogos internacionais como Per-Uno Agren⁶³, Georges Henri Rivière⁶⁴ e Hugues de Varine⁶⁵, ao longo da década de 1970. Nos seus papéis de consultores, divulgaram novos conceitos, tais como “ecomuseu” e “parque natural” e as suas respectivas experiências francesas neste âmbito.

Este alargamento conceptual propôs novos princípios museológicos, sendo os museus municipais, o seu reflexo mais evidente. Desembocando na noção de “museu comunitário”, esta nova teorização serve o propósito de uma prática museológica mais activa, que se desenvolve a partir de recursos locais, tendo, para isso, como sujeito e objecto, a própria comunidade.

⁶³ Importante museólogo sueco (1930-2008), antigo presidente do *International Council of Museums*, desempenhou um papel determinante no seu país e além-fronteiras, nomeadamente através da sua intervenção no Museu Regional de Vasterbotten, durante os anos setenta do século XX, da mesma forma que criou o curso de museologia da Universidade de Umea, em 1983, e a revista *Nordisk Museologi* em 1993, com repercussões a nível internacional. Em Portugal, desempenhou um papel preponderante na Missão UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) e revelou-se mais tarde, um visionário relativamente à Rede, através das suas propostas de 1979. O seu contributo completou-se ainda com o aprofundamento do papel social dos museus e dos seus profissionais junto das comunidades locais.

⁶⁴ Georges Henri-Rivière estudou o curso de Museologia na *École du Louvre* entre 1925 e 1928. O seu percurso profissional foi marcado pelo cargo de director do *International Council of Museums* entre 1948 e 1965 e pelo seu papel de conselheiro no mesmo organismo em 1968. Destacamos o seu envolvimento em diversos projectos museológicos, entre ao quais, a exposição sobre arte antiga americana no *Musée des Arts Décoratifs* em 1928; a reformulação do *Musée du Trocadero* para *Musée de l'Homme*, reaberto em 1938, com esta nova denominação; e a abertura do *Musée des Arts et Traditions Populaires* em 1937. A sua importância no domínio da reformulação museológica foi marcada pela definição do conceito de Ecomuseologia, sobre o qual se publicou após a sua morte em 1989 na revista *Museum*, o célebre artigo “*Ecomuseus – uma definição evolutiva*”.

⁶⁵ Hugues de Varine, nascido em 1935, especializou-se em História e Arqueologia na Universidade de Paris, Sorbonne. De entre os cargos que desempenhou destacamos a coordenação entre 1958 e 1960 do centro de documentação da missão cultural francesa na Embaixada de França em Portugal; a direcção do *International Council of Museums* entre 1965 e 1974; e a direcção do Instituto Franco-Português, entre 1982 e 1984. Juntamente com Georges Henri-Rivière é tido como o fundador da Ecomuseologia e da Nova Museologia.

Como atrás dissemos, este novo paradigma de museu foi desenvolvido por Rivière e Hugues de Varine (ambos antigos presidentes do *International Council of Museums*), tendo a sua origem em França. Segundo Cristina Pimentel (2005) a sua história inicia-se no contexto da *Revolution Nationale*, sob a égide do Marechal Pétain⁶⁶, resultando na disciplina da “etnologia folclórica” que se centra no estudo das comunidades rurais, nos seus mais diversos aspectos. Metodologicamente utiliza o trabalho de campo, entre as comunidades e as associações locais, tendo em vista manter o património no seu contexto físico, social e cultural. Noutro contexto político, depois do final da segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se o movimento da ecomuseologia, destacando-se a implementação do Ecomuseu do Homem e da Indústria em Le Creusot-and-Montceau-les-Mines⁶⁷, interpretado como uma resposta aos pressupostos da etnologia francesa. (Pimentel, 2005: 179)

O contributo de Hugues de Varine na definição de ecomuseu para designar práticas heterogéneas, mas que concorriam para uma nova prática museológica foi fundamental⁶⁸, articulando dois conceitos, tal como salienta:

« (...) “eco” refere-se a uma noção de ecologia humana e às relações dinâmicas que o homem e a sociedade estabelecem com a tradição, o seu ambiente e os seus processos de transformação desses elementos, quando eles atingem um certo estado da sua responsabilidade de criadores.» (Varine, 1990: 457)⁶⁹

⁶⁶ A *Revolution Nationale* foi um projecto desenvolvido durante o período em que a França foi invadida pelos alemães (14 de Julho de 1940) e pela consequente divisão do país em zonas livres e zonas ocupadas. Uma vez transferido para Vichy, o governo francês, na pessoa do Marechal Philippe Pétain, desenvolve o projecto, que no âmbito cultural contou com a colaboração de Georges Henri Rivière (director do Museu Nacional das Artes e Tradições Populares - MNATP) e da disciplina de “etnologia folclórica”, próxima da política cultural do Estado Novo em Portugal, através da defesa de valores relacionados com a tradição e a ruralidade para a reconstrução do país (Pimentel, 2005: 177-178).

⁶⁷ O Ecomuseu do Homem e da Indústria em Le Creusot-and-Montceau-les-Mines, inaugurado em 1974, abrangia uma área de 500 km² entre duas comunidades diferentes, Le Creusot, cidade industrial e Montceau-les-Mines, uma cidade mineira. Pretendeu ser um museu cujo acervo seria tudo o que existia dentro daquela área geográfica, tal como Hughes de Varine escreveu: «Essa nova instituição seria o produto dessa comunidade e de sua população e se interessaria pela totalidade de seu meio ambiente, de seu património e de seu desenvolvimento.» (p.65)

⁶⁸ Vd. Varine, 2000: 61-90.

⁶⁹ Tradução da autora. No original: «(...) “eco” se refere à une notion d’ecologie humaine et aux relations dynamiques que l’homme et la société établissent avec leur tradition, leur environnement et les processus de transformation des ces éléments, lorsqu’ils ont atteint un certain stade de leus responsabilité de créateurs.» (Varine, 1990: 457)

Ainda que a responsabilidade do conceito seja atribuída a Rivière e a Varine, esta nova posição assume no panorama museológico português diversas réplicas, cumprindo-nos aqui considerar o contributo de Graça Filipe (2000), num dos primeiros desenvolvimentos práticos desta terminologia na sequência do trabalho que concebeu relativamente ao Ecomuseu Municipal do Seixal⁷⁰. Nas palavras de Graça Filipe, “*O que nos interessa (...) é também o contributo que possamos dar para a compreensão e a interpretação da instituição museal, como meio ou como uma das formas de relação do homem com a realidade, o que se insere nos objectivos da própria museologia*” (Filipe, 2000: 4) As questões fundamentais levantadas por este estudo visam esclarecer também o impacto do Ecomuseu Municipal do Seixal: foi esta “*uma espécie de experiência museológica piloto, útil para a experimentação e reflexão de profissionais?*” (Filipe, 2000: 2) Nesta perspectiva, salienta-se também a importância da necessidade de se continuarem os estudos sobre estas novas formas museológicas, “*Conquanto em Portugal, na prática e institucionalmente, esses estejam reduzidos ao caso do Seixal, vários outros museus se podem justamente reivindicar autênticos campos de aplicação de alguns dos mesmos princípios e conceitos*”. (Filipe, 2000: 3) A teorização feita então pela autora estende-se à reflexão sobre as particularidades definidoras de “museus locais”, considerando a conceptualização feita por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo em 1984⁷¹:

“Um museu local tem a sua justificação na necessidade e na vontade por parte de uma comunidade de exprimir através de bens representativos, a coerência cultural e a diversidade de uma dada realidade humana e natural, urbana ou rural, na sua globalidade ou através de um aspecto dominante (ou de um conjunto de aspectos dominantes) da vida dessa comunidade, susceptível de fazer pressentir os seus demais aspectos. Numa perspectiva intensiva e largamente interdisciplinar, um museu local – cuja implantação territorial não corresponde obrigatoriamente a uma das divisões administrativas do país – é simultaneamente instrumento e agente de compreensão interveniente da população e do território com os quais se encontra em permanente diálogo, testemunho atento do seu comum devir.” (Lameiras-Campagnolo, 1984 apud Filipe, 2000:3-4)

Este pressuposto segue precisamente a ideia de Rivière, de que geograficamente descentralizado, o ecomuseu deve ser um organismo que seja capaz de representar o

⁷⁰ Vd. Filipe, 2000.

⁷¹ Na comunicação “As Relações entre Antropologia e Museologia no Diálogo entre Museus Locais e Museu Centrais”, apresentada no *Seminário Museus e Etnologia em Portugal – História, Realidades e Perspectivas* do Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa

percurso temporal, numa perspectiva histórica, do território e da comunidade a que pertence, bem como a sua dimensão espacial. Entendemos que este movimento da nova museologia ou de uma “*museologia de acção*” (Filipe, 2000: 4) encontrou no associativismo uma base de sustentação, na forma das associações locais de defesa do património, dado que após 1974, este conceito foi a terminologia adequada a alguns projectos museológicos que se desenvolveram. Segundo Cristina Pimentel (2005): «(...) *os ecomuseus portugueses foram, pelo menos formalmente, herdeiros da mentalidade corporativa (...)*» (p. 186). Reforçando ainda esta ideia citamos Cristina Bruno (1996) que nos diz:

“(...) é evidente que as mudanças ocorridas em Portugal após ‘25 de abril’ deram um outro rumo às questões patrimoniais, propiciando a consolidação de trabalhos regionalizados e comunitários. A nova ordem política favoreceu a participação popular e as ideias da Nova Museologia encontraram um amplo cenário para a sua aplicação.” (pp. 75-76)

A definição de ecomuseu aprofunda-se na década seguinte (anos 80), tal como explica Rivière:

“(...) um instrumento que um poder e uma população concebe, fabrica e exploram em conjunto. (...) Esta população, segundo as suas aspirações, saberes, faculdades de aproximação. (...) Uma expressão do homem e da natureza (...). Uma expressão do tempo (...). Uma interpretação do espaço. (...) Um laboratório, na medida em que contribui para o estudo histórico e contemporâneo daquela população (...). Um repositório, na medida em que ajuda à preservação e à valorização do património natural e cultural desta população. Uma escola, na medida em que associa esta população às suas acções de estudo e protecção, ou incita a melhor apreender os problemas do seu próprio futuro.” (Rivière, 1989: 142)⁷²

As experiências portuguesas desta tipologia, ao nível regional e local, tiveram algumas delas a colaboração de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine. Desenvolvidas em parceria com as comunidades locais e as autarquias, visaram sobretudo relacionar a economia daquelas comunidades e os seus aspectos culturais, com o fim de incrementar o desenvolvimento sustentável (Nabais, 1985: 211-216). A

⁷² Tradução da autora. No original: «(...) *un instrument qu’un pouvoir et une population conçoivent, fabriquent et exploitent ensemble. (...) Cette population, selon ses aspirations, saviors, ses facultés d’approche. (...) Une expression de l’homme et de la nature (...). Une expression du temps (...). Une interprétation de l’espace. (...) Un laboratoire, dans la mesure où il contribue à l’étude historique et contemporaine de cette population (...). Un conservatoire, dans la mesure où il aide à la préservation et à la mise en valeur du patrimoine naturel et culturel de cette population. Une école, dans la mesure où il associe cette population à ses actions d’étude et de protection, ou il l’incite à mieux appréhender les problèmes de son propre avenir.*» (Rivière, 1989: 142)

partir de 1980, foram criadas instituições museológicas na perspectiva da ecomuseologia⁷³, tais como o já citado Ecomuseu Municipal do Seixal ou o Museu Rural do Vinho do Concelho do Cartaxo.⁷⁴

O desígnio de partilhar as diferentes experiências museológicas propiciou iniciativas das quais salientamos o Encontro no Quebeque (Canadá) em 1984, como o Primeiro Encontro Internacional sobre ecomuseus e nova museologia. Citando Pierre Mayrand (1985), decorridos

“(...) mais de quinze anos de experiência de um novo tipo de museologia – a ecomuseologia, museologia da comunidade e todas as outras formas de museologia activa – em todo o mundo tem sido um factor crítico no desenvolvimento de comunidades que adoptaram este método de gerir o seu futuro.” (pp. 200-201)

Esta declaração, a par de outras, servindo o propósito de definir o conceito de nova museologia, juntamente com as conclusões da Mesa Redonda de Santiago do Chile⁷⁵, formaram a Declaração de Quebeque. Desta base ideológica sairá o *Movement Internationale pour la Museologie Nouvelle* (MINOM), que uma vez relacionado com o *Internacional Council of Museums* (ICOM) e com a *Association Museologie Nouvelle et Experimentation Sociale* (MNES)⁷⁶ constituíram os grandes suportes daquele conceito, difundindo também o ecomuseu como nova prática museológica. (Filipe, 2000: 4-5)

O segundo evento relativo às questões deste novo pensamento museológico, em Portugal, surgiu logo um ano depois do primeiro e foi o *II Atelier dos Ecomuseus/Nova Museologia*, que decorreu em Lisboa e que criou efectivamente o MINOM, cujo principal intuito foi o de reflectir acerca das premissas teóricas e práticas da nova

⁷³ *Vd.* Nabais, 1985; Pessoa, 2001.

⁷⁴ Apesar de algumas destas instituições museológicas não adoptarem a terminologia de “ecomuseu” visavam desenvolver novas práticas museológicas, em prol de uma museologia mais activa que tinha no cerne da sua actividade questões relativas às comunidades, à sua vida cultural, às suas tradições. Entendemos que a sua influência se articula entre o território e as comunidades em estreita colaboração com os investigadores.

⁷⁵ Organizado pela UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) em 1972, visou discutir questões ligadas aos museus da América Latina que atravessavam um período de grande conturbação. De entre os pontos tratados nesta assembleia, discutiu-se o papel social dos museus desta parte do mundo, que não estavam a conseguir promover a harmonia entre as comunidades e o seu ambiente. Neste sentido, propôs-se um novo conceito, o de “museu integral” como resposta ao problema. A este propósito *Vd.* Teruggi, 1973: 129-133.

⁷⁶ Fundada em 1982.

museologia, contribuindo para a sua divulgação junto do ICOM⁷⁷. Cerca de dois anos após aquele evento, Peter Van Mensh (1988) sistematizou as propostas desta nova abordagem museológica, salientando: a comunidade como centro da formulação ao invés do objecto; a dilatação do conceito de objecto museológico; a crescente motivação para que haja a conservação *in situ*; a divulgação da noção de museu descentralizado e todo o processo conceptual que advém destas novas tendências; a prática da racionalização dos recursos na gestão museológica; e o alargamento da musealização de instituições de cariz comercial e cultural.

Esta reflexão tem vindo a ser acrescentada ao longo do tempo, sendo que a bibliografia recente serve o propósito da sua discussão, que aqui não nos importa alargar.⁷⁸ Para além de todas as características que definem a nova museologia, do ponto de vista do trabalho que pretendemos desenvolver, consideramos ser importante reter que este movimento assenta num conjunto de práticas que visam dar resposta às novas necessidades culturais da sociedade. Não se tratam de duas disciplinas distintas, a museologia tradicional e a nova corrente, mas antes duas práticas que actuam em simultâneo, complementando-se muitas das vezes. Em resumo,

“A ideia principal da nova museologia é o museu visto como agente social e adaptado, portanto, às necessidades de uma sociedade em rápida mutação. A partir deste ponto de vista, tentou-se desenvolver um museu vivo, participativo, que se define pelo contacto directo entre o público e os objectos mantidos no seu contexto. É a concepção extensiva do Património que faz sair o museu das suas próprias paredes.” (Hernández, 1998: 75)⁷⁹

Em consequência, a realidade museológica na década de 1990 apresentou-se de forma multifacetada, em que coexistiram dois perfis museológicos num mesmo quadro espaço-temporal: o que se ligou directamente com os projectos regionais e/ou locais (da nova museologia, centrados nas populações e temáticas locais) e a estrutura dos grandes museus nacionais trabalhados dentro do pensamento museológico mais tradicional. (Bruno, 1996: 83).

⁷⁷ *International Council of Museums.*

⁷⁸ Para o seu melhor aprofundamento salientamos: Moutinho, 1989; Fernández, 1999; Santos 2002.

⁷⁹ Tradução da autora. No original “ *La idea principal de la nueva museologia es el museo visto como ente social y adaptado, por tanto, a las necesidades de una sociedad en rápida mutación. Desde este punto de vista, se há intentado desarrollar un museo vivo, participativo, que se define por el contacto directo entre el público y los objetos mantenidos en su contexto. Es la concepción extensiva del Patrimonio, que hace salir el museo de sus propios muros.*” (Hernández, 1998:75)

Do ponto de vista político, interessa também referir o Instituto Português de Museus, em 1991, criado pelo Decreto-lei n.º 278/91 de 9 de Agosto, que nasce com o intuito de “(...)superintender, planear e estabelecer um Sistema Nacional de Museus, visando a coordenação e execução de uma política museológica integrada (...)” (Decreto-lei n.º 278/91: 3999). Em 1999, com o Decreto-lei n.º 398/99 de 13 de Outubro, o Instituto Português de Museus sofreu uma reestruturação, no sentido de melhor responder aos seus compromissos, introduzindo-se novos serviços e definindo-se também a sua responsabilidade no âmbito do que viria a ser a Rede Portuguesa de Museus. É dentro da caracterização que este diploma legal fez do panorama museológico português⁸⁰ que se pretendeu garantir ao Instituto Português de Museus e à Rede Portuguesa de Museus os meios necessários para que pudessem levar a cabo o processo de requalificação dos museus portugueses. Fica bem patente que a definição de museu que a presente Lei fez, como “*lugar de estudo, conservação e valorização de colecções relevantes de bens culturais móveis mas aberto à diversificação das formas de interpretação e divulgação dos testemunhos históricos e da herança cultural*” serviu de base de actuação ao Instituto Português de Museus que deveria orientar a sua actividade para as colecções.

Dentro do contexto legal que regula as políticas de património cultural e a museologia, salientamos a Lei n.º 107/2001⁸¹, referente ao património cultural e a Lei n.º 47/2004⁸², especificamente no que respeita à museologia.

Esta análise permitiu definir os parâmetros em que se desenvolveu o novo projecto museológico de Almeirim, tratado no Capítulo seguinte. Num primeiro momento, o Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, ligado à política cultural vigente - do Estado Novo - apoiando-se nos pressupostos salientados no Capítulo 2 deste trabalho, direccionou-se na defesa da identidade rural e na constituição de um museu da região, sem critérios definidos, nem linhas de acção rigorosas. Depois disso, o novo projecto decorreu num reflexo das novas abordagens museológicas, assente no

⁸⁰ O Decreto-lei 398/99 de 13 de Outubro entendeu que existiam “*profundas insuficiências do tecido museológico português, desde logo porque a grande maioria de autodesignados museus não preenche os requisitos mínimos definidos do conceito de museu, de acordo com as orientações formuladas pelo Internacional Council of Museums*”.

⁸¹ Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

⁸² Refere-se à Lei-quadro dos Museus Portugueses.

pressuposto de preservar um acervo e de se constituir um museu activo de tutela municipal, em que a comunidade local assumisse um papel determinante, nos moldes de um museu comunitário, concertando-o com os pressupostos legais definidos na Lei-quadro.

Capítulo 4 – O Museu Municipal de Almeirim

Relativamente às novas práticas museológicas enunciadas no Capítulo anterior, que no nosso entender justificaram, em grande medida, a concretização deste estudo de caso, entendemos ser o momento de explicitarmos o projecto que foi desenvolvido e que culminou no Museu Municipal de Almeirim (Museu Municipal de Almeirim).

As informações recolhidas junto do Vereador da Cultura responsável pelo processo e a nossa colaboração na equipa de projecto, durante o desenvolvimento do mesmo, foram determinantes para descrevermos os procedimentos de transferência do acervo; as intenções do projecto; a constituição da equipa de projecto e a caracterização geral do Museu.

4.1 – O desmantelamento do antigo Museu e transferência do acervo para novas instalações

Consideramos ter existido um hiato na actividade do antigo Museu Etnográfico, que ficou votado ao abandono durante mais de duas décadas. Associamos esta interrupção, à extinção das Casas do Povo já referida no Capítulo 2 do presente trabalho, cujas principais alterações ao seu estatuto se iniciaram com a Constituição de 1976. De entre os diplomas legais que foram modificando a personalidade jurídica destes organismos, destacamos o Decreto-lei n.º 185/85 de 29 de Maio, que veiculou a extinção da Junta Central das Casas do Povo e as suas delegações, transferindo-se as suas competências para as Delegações Regionais de Segurança Social dos respectivos distritos, segundo a redacção dada à alínea 1, do 1.º artigo do referido diploma. Todavia, considerámos que o documento legislativo enunciado apresentou um vazio relativamente às atribuições de âmbito cultural, sem mencionar concretamente o destino a dar aos equipamentos culturais que a Junta tutelava:

“Art. 2.º As competências da Junta no que respeita ao apoio, fiscalização, exercício da tutela e gestão de pessoal das casas do povo são transferidas para os centros regionais de segurança social dos respectivos distritos.

Art. 3.º - 1 – As competências previstas no artigo 2.º que tenham por objectivo actividades que não se enquadrem na Segurança Social poderão ser transferidas para outros organismos públicos ou vir a ser assumidas por entidades privadas que tenham por objectivo a promoção das casas do povo.”
(Decreto-lei n.º 185/85: 146)

A partir deste momento, a Segurança Social tornou-se o fiel depositário do acervo do Museu, não se verificando durante a sua vigência qualquer tipo de actividade relativa àquele equipamento. Da nossa análise dos factos, considerámos que a falta de uma entidade de tutela e de um órgão de gestão adequado foram em grande verdade, os responsáveis pela degradação do acervo que esteve parte da década de 80, toda a década de 90 e os primeiros anos da década seguinte ao abandono.

O espaço em questão encontrava-se permanentemente fechado, sendo as eventuais visitas sujeitas à disponibilidade dos funcionários da Segurança Social. Foi em 2004, quando houve a necessidade de ampliar os espaços ocupados pelos serviços daquela instituição, que se transferiu de forma informal a propriedade do acervo para a Câmara Municipal de Almeirim, ficando esta entidade responsável pela sua incorporação no património da autarquia⁸³.

A ordem de transferência de carácter urgente, determinada pelo Presidente da Câmara em exercício, José de Sousa Gomes, obrigou à imediata mobilização de uma equipa de trabalho constituída por seis funcionários da autarquia, três deles afectos à Divisão Sócio-Cultural⁸⁴ e outros três pertencentes à Divisão de Ambiente e Obras⁸⁵.

Os critérios seguidos no âmbito da transferência e acomodação deste acervo foram definidos segundo os recursos existentes, sendo que o imperativo temporal obrigou a uma rápida resposta da equipa de trabalho, por solicitação do Vereador da Cultura, João Torres, designado para acompanhar todo o processo. A mesma equipa foi instruída no sentido de embalar os objectos e acomodá-los em caixas de papelão devidamente numeradas que foram depositadas no Centro Coordenador de Transportes Terrestres⁸⁶. Esta operação decorreu aproximadamente durante uma semana.⁸⁷

⁸³ Desta transferência de propriedade não existe qualquer tipo de documento legal que a registe.

⁸⁴ Estes Técnicos Superiores tinham formação nas áreas do Turismo, Comunicação e Animação Cultural.

⁸⁵ Com as categorias de Assistentes Operacionais.

⁸⁶ A diversidade de objectos em termos de dimensões e de materiais justificou a escolha deste edifício inaugurado em 29 de Setembro de 2001, pois a sua ocupação pelas empresas de camionagem traduziu-se em apenas uma parte menor da área total, sendo um local com boas acessibilidades e com espaço disponível para que se armazenasse todo o acervo.

⁸⁷ Segundo o Vereador João Torres, os objectos foram envolvidos em papel de seda e/ou plástico de bolha de ar, colocados dentro de caixotes e transportados por carrinhas do município para o local designado. Ali, foram desembalados e colocados em armários com prateleiras.

4.1.2 – Inventário e limpeza dos objectos

Seguidamente à acção de mudança do acervo e do seu depósito nas instalações do Centro Coordenador de Transportes Terrestres procedeu-se ao seu inventário. Esta fase dos procedimentos colocou sérias questões relativamente à documentação deste acervo, pois não existiam livros de registo ou fichas de inventário dos objectos.

Nesta altura, iniciámos a nossa colaboração no âmbito deste projecto, desenvolvendo a parte de inventário das colecções e limpeza superficial dos objectos. A falta de informação relativa à proveniência dos mesmos mostrou-se desde logo um problema. A descrição dos mesmos foi feita de acordo com o trabalho de investigação encetado por nós, tendo como fontes mais relevantes a bibliografia anteriormente citada sobre o Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim e a informação recolhida junto de agricultores do concelho, que nos ajudaram na identificação de algumas alfaias agrícolas. Relativamente aos restantes objectos, a sua identificação não se mostrou difícil, pelo facto de serem objectos de tipologia comum, de uso quotidiano, ainda que com algumas especificidades terminológicas que ultrapassámos com alguma investigação no domínio da etnografia. A cada objecto foi atribuído um número de inventário a que correspondeu uma ficha, constituindo-se um arquivo em suporte papel e suporte informático.

4.2 – Intenções do novo projecto museológico

Ainda que tenhamos vindo a definir o Museu Municipal de Almeirim como um projecto novo e tendo em linha de conta o seu historial, consideramos ser isto um equívoco. O rigor com que estudámos a sua génese e a relação que estabelecemos com o movimento da Nova Museologia, leva-nos antes a assumi-lo como uma actualização do Museu primitivo, fundamentando a nossa perspectiva na necessidade de reformulação das unidades museológicas:

“A crítica do museu, portanto, é necessária sempre que vá acompanhada de um desejo de reforma de todos aqueles elementos que se tornaram obsoletos. (...) Hoje não poderia ser de outra maneira e, por isso, os museus têm de estar dispostos a analisar e detectar quais os problemas fundamentais aos quais

devem fazer frente se pretendem dinamizar-se e renovar-se.” (Hernández, 2006: 208)⁸⁸

A vontade de conceber um novo espaço para acolher o acervo, que correspondesse às novas abordagens museológicas, impeliu o Vereador da Cultura a encetar contactos com técnicos na área da museologia que pudessem dar continuidade a este desígnio.

A proximidade geográfica com o concelho do Cartaxo e o exemplo do Museu Rural e do Vinho⁸⁹ agilizou esse processo. Através dos contactos disponibilizados por aquela entidade museológica, chegou-se ao museólogo António Nabais, responsável pela reprogramação daquele Museu e a partir desse momento, sob as suas orientações, definiram-se formalmente as intenções de criar um Museu Municipal em Almeirim, procedendo-se à encomenda do programa preliminar, cuja importância é reforçada por alguns autores, nomeadamente Francisca Hernández (1998) quando diz:

“A experiência tem demonstrado que a definição de um programa, antes de realizar qualquer intervenção museológica, é de grande eficácia, tanto quando aplicado a projectos importantes, como a outros simples e de menor complexidade, uma vez que permite assegurar uma assistência técnica e prática que começa desde a definição dos objectivos até ao efectivo funcionamento do museu.” (p. 119)⁹⁰

O conceito desta unidade museológica fundamentou-se nos objectivos gerais de um museu regional, na comunidade local, no património museológico e na contextualização histórico/social dos objectos, seguindo, ao mesmo tempo, os princípios teóricos e práticos da ciência museológica, de modo a garantir com rigor a função científica e didáctica de uma instituição deste tipo, a criar em Almeirim. A sua situação geográfica favoreceu à instalação de uma unidade museológica que ajudasse a descobrir e a conhecer melhor o Concelho. O Museu Municipal de Almeirim concebido para ser

⁸⁸ Tradução da autora. No original *“La crítica del museo, por tanto, es necesaria siempre que vaya acompañada de un deseo de reforma de todos aquellos elementos que se han quedado obsoletos. (...) Hoy no podría ser de otra y, por eso, los museos han de estar dispuestos a analizar e detectar cuáles son los problemas fundamentales a los que han de hacer frente si pretenden dinamizarse y renovarse.”* (Hernández, 2006:208)

⁸⁹ O Museu Rural e do Vinho do Cartaxo, instalado na Quinta das Pratas, foi inaugurado a 23 de Novembro de 1985, afirmando-se como o primeiro museu dedicado ao vinho Portugal.

⁹⁰ Tradução da autora. No original *“La experiencia ha demostrado que la definición de un programa, antes de realizar cualquier intervención museológica, es de gran eficacia tanto cuando se aplica a proyectos importantes, como a otros sencillos y de menor complejidad, puesto que permite asegurar una asistencia técnica y práctica que comienza desde la definición de los objetivos hasta la puesta en funcionamiento del museo.”* (Hernández,1998:119)

um espaço de conhecimento e de experimentações, seria simultaneamente um centro de recursos culturais, técnicos e científicos.

Justificou-se para Almeirim um museu de síntese do território do município que pudesse garantir a preservação e valorização de memórias, saberes, técnicas e objectos para dar continuidade e desenvolver uma cultura e/ou culturas que dão identidade ao Ribatejo.

Ao organizar-se o Museu Municipal de Almeirim pretendeu-se, por um lado, preservar e divulgar o património cultural móvel (herdado do antigo Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim) e as memórias, por outro; promover a divulgação; a formação e a produção artística em áreas técnico-profissionais que estiveram na base da criação de uma cultura local/regional. Ao mesmo tempo, pretendeu-se que este equipamento cultural fosse mais um pólo de interesse turístico, destinado a uma região ainda bastante carente deste tipo de ofertas para um público forasteiro – o turista – que cada vez mais procura estes produtos culturais.

4.3 - Concretização do projecto

4.3.1 – A equipa de projecto

Ora, na vontade de reformulação pretendida pela autarquia e por iniciativa do Executivo Municipal, na pessoa do Vereador da Cultura, dado que até à data não tinham surgido outras alternativas ao tratamento deste acervo, constituiu-se uma equipa de projecto, através de convite. Incluíram-se na sua formação: o museólogo António Nabais que executou o programa preliminar; António Viana, artista plástico e responsável pelo projecto museográfico da exposição, em articulação com o programa preliminar; Vítor Vajão, engenheiro electrotécnico, a quem se encomendou o projecto de luminotecnia, considerando o programa preliminar e o projecto museográfico; e a Técnica Superior da autarquia, na nossa pessoa, a quem foram acometidas as tarefas de inventário das colecções, limpeza superficial dos objectos e selecção dos mesmos para exposição em articulação com o guião elaborado por toda a restante equipa.⁹¹

Considerando que o edifício onde veio a ser instalado o Museu Municipal de

⁹¹ Este guião articulou conteúdos e objectos, tendo em conta o estado de conservação dos mesmos.

Almeirim se afastou da sua função inicial, o projecto preconizou a adaptação das instalações à função museológica, preservando a integridade do edifício e a preservação das colecções.

4.4 – Fases de execução

Entendemos que o desenvolvimento deste projecto definiu-se segundo quatro etapas: a formulação do programa preliminar; a identificação das alterações necessárias à prossecução do mesmo; a encomenda dos projectos de especialidade; a adjudicação desses projectos a empresas especializadas para a sua execução (projecto museográfico e projecto de luminotecnia).

A sua concretização foi, porém, intermitente, sendo que através do nosso envolvimento no projecto e com vista ao seu melhor entendimento temporal, resolvemos descrever a sua concretização nos seguintes momentos:

- 1.^a Fase: Inventário das colecções: de Agosto de 2004 a Janeiro de 2005;
- 2.^a Fase: Redacção do Programa Preliminar – de Janeiro a Março de 2005;
- 3.^a Fase: Elaboração do Guião da exposição – Abril de 2005;
- 4.^a Fase: Apresentação do Projecto Museológico à imprensa local – Outubro de 2005;
- 5.^a Fase: Adjudicação do Projecto Museográfico – Março de 2006;
- 6.^a Fase: Execução do Projecto Museográfico por colaboradores da autarquia, afectos à Divisão de Ambiente e Obras:
 - 1.º Momento: Agosto de 2006;
 - 2.º Momento: Junho e Julho de 2007;
- 7.^a Fase: Adjudicação do Projecto de Luminotecnia – Novembro de 2007;
- 8.^a Fase: Execução (início e conclusão) do Projecto de Luminotecnia pela empresa Electrotejo – de Abril a Junho de 2008;
- 9.^a Fase: Adjudicação do que estava em falta do Projecto Museográfico (iniciado com mão-de-obra da autarquia) à empresa Oficina de Museus – Agosto de 2010;

- 10ª Fase: Execução do Projecto Museográfico pela empresa Oficina de Museus – de Fevereiro a Setembro de 2011;
- 11ª Fase: Conclusão dos trabalhos pela empresa Oficina de Museus e montagem da exposição de longa duração – de Janeiro a Março de 2012;
- Inauguração do Museu – 24 de Março de 2012.

4.5 – Caraterização geral

4.5.1 - Campo temático e acervo

O Museu Municipal de Almeirim é uma instituição museológica que tem como campo temático a história e etnografia do concelho de Almeirim, pois não pode ser ignorado o contexto inerente à constituição do acervo. Importa lembrar que este surgiu, não a partir de uma recolha de objectos fundamentada em critérios antropológicos, mas antes de uma participação proactiva da população, que individualmente seleccionou o que considerou pertinente guardar para memória futura.

Como já se referiu no ponto relativo à transferência do acervo, o inventário dos objectos já foi realizado, tendo como referência os campos de inventariação propostos nas Normas Gerais do Instituto dos Museus e da Conservação, que são utilizados na elaboração de fichas no *software Word*, concebidas pela Técnica Superior da autarquia afecta ao Museu⁹². Este tipo de inventário, que não tem por base um *software* de gestão de colecções, apresenta algumas limitações, nomeadamente a impossibilidade de apresentar dados estatísticos relativos à tipologia dos objectos museológicos. Porém, podemos aferir que o acervo é constituído por 1352 bens culturais, todos numerados e com a respectiva ficha de inventário.

Este acervo é constituído por bens móveis e a sua classificação resultou da articulação entre os materiais utilizados e o uso dado aos objectos, ou seja, a sua função.

⁹² *Vd.* Anexos ao capítulo 4, N.º 4.40 – Ficha de Inventário.

4.5.1.2 – Acervo etnográfico

A maioria dos bens culturais que constituem o acervo do museu inserem-se na categoria de etnologia, tendo sido os mesmos agrupados nas seguintes tipologias:

- Actividades lúdicas;
- Alfaias agrícolas;
- Armas;
- Brinquedos;
- Cerâmica;
- Equipamento e utensílios;
- Instrumentos e utensílios;
- Instrumentos musicais;
- Miniaturas;
- Mobiliário;
- Têxteis;
- Traje.

Destacamos o conjunto de brinquedos de execução manual e a diversidade de miniaturas produzidas por antigos almeirinenses, nomeadamente de edifícios públicos do Concelho e estruturas agrícolas, como o depósito da água ou o lagar de vinho em miniatura.

4.5.1.3 – Acervo arqueológico

Os objectos de cariz arqueológico foram organizados em:

- Cerâmica;
- Numismática;
- Utensílios líticos e sub-produtos de talhe.

Destacamos a cerâmica arqueológica encontrada no Concelho pelos agricultores ou por algumas prospecções arqueológicas empreendidas pela Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, da qual destacamos uma ânfora romana recolhida na década de oitenta no sítio de Vale de Tijolos. Nesta rubrica o conjunto de moedas romanas e islâmicas assumem também grande importância.

4.5.1.4 – Acervo iconográfico

Neste domínio, encontramos diversos exemplos classificados com as tipologias de:

- Pintura;
- Escultura;
- Fotografia;
- Desenho;
- Gravura.

Evidenciamos os espécimes fotográficos que em muito contribuem para o entendimento de aspectos ligados ao traje, à forma de estar e de se fotografar, em exemplares do final do século XIX e princípios do século XX. Destacamos nesta tipologia de objectos, as fotografias existentes da ruína do Paço Real de Almeirim, que constituem o único testemunho iconográfico dessa estrutura arquitectónica, integradas na exposição de longa duração do Museu Municipal de Almeirim.

4.5.1.5 – Acervo documental

No que respeita ao acervo documental optámos por classifica-lo em:

- Monografias;
- Publicações periódicas;
- Programas de concertos;
- Escrituras.

Destacamos as monografias de cariz religioso, como missais; as escrituras de vendas de propriedades no Concelho, datadas do século XVIII; os diversos programas de concertos; e alguns exemplares de antigos jornais locais, nomeadamente do jornal *A Bóia* e do *Vale do Tejo*. Nesta categoria inserimos também as diversas plantas e alçados do edifício da Casa do Povo de Almeirim, já referenciados neste trabalho, que nos possibilitam um melhor entendimento do edifício, nomeadamente no que diz respeito aos espaços outrora ocupados pelo Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim.

4.5.2 – Edifícios e envolvente

Às particularidades do projecto do Museu Municipal de Almeirim acresceu o historial da sua arquitectura. O museu foi instalado em edifício pré-existente ao qual se imprimiram as soluções básicas necessárias à prossecução da função museal. Citando Francisca Hernández (1998) “*O edifício dos museus é considerado como um dos elementos constitutivos destes e o suporte sobre o qual assenta a instituição museal.*” (p. 165)⁹³

O Centro Coordenador de Transportes Terrestres inaugurado em 29 de Setembro de 2001, pertencente à Câmara Municipal de Almeirim, situa-se numa zona da cidade onde se realizam actividades de dimensão regional, como feiras, touradas e eventos gastronómicos, oferecendo as condições estratégicas para atrair os públicos (figura 4.1).

O Centro Coordenador de Transportes Terrestres divide-se em dois edifícios distintos que acolhem entre si os serviços pertencentes ao Museu Municipal de Almeirim, à Universidade Sénior de Almeirim e à Rodoviária do Tejo.⁹⁴ Desta forma, a área coberta do Museu Municipal de Almeirim é de aproximadamente 311 m², sendo que existe ainda toda a área circundante do Museu Municipal de Almeirim, vedada, que permite o estacionamento e o desenvolvimento de outras actividades no exterior (figura 4.3).

⁹³ Tradução da autora. No original: “*El edificio de los museos está considerado como uno de los elementos constitutivos de éstos y como el soporte físico sobre el que descansa el museo institucional.*” (Hernández, 1998: 165).

⁹⁴ Remetemos para Anexos ao capítulo 4, figura 4.2 para uma melhor compreensão do espaço, bem como da sua distribuição pelas três entidades enunciadas.

No que concerne ao Museu, o edifício contempla: parque de estacionamento, recepção, loja, sala para exposição de longa duração; sala multifunções, sala de reserva, sala de Conservação Preventiva, gabinete de apoio ao Museu, sala de arrumos, cafetaria e instalações sanitárias.

Relativamente às acessibilidades e tendo em conta os aspectos da legislação em vigor⁹⁵, o Museu apresenta todas as condições de acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida. Localiza-se num espaço térreo, com portas de largura suficiente para o acesso de cadeiras de rodas; boas áreas de estacionamento com acesso a rampas, ao nível dos lancis dos passeios. Não existem de resto barreiras arquitectónicas ou outros obstáculos à circulação de pessoas.

Os edifícios que compõem o Museu Municipal de Almeirim são acima de tudo funcionais, adaptáveis às suas necessidades. Na filosofia da complementaridade que deve existir entre os recursos de que a autarquia dispõe e as necessidades do Museu, importa referir que o Museu dispõe igualmente da sala de espectáculos do Cine-teatro municipal, do auditório da Biblioteca Municipal e da galeria para exposições temporárias do Posto de Turismo onde podem ser desenvolvidas diversas actividades, nomeadamente, colóquios, reuniões e exposições temporária, para dar alguns exemplos.

4.5.3 – Missão, vocação e objectivos

O Museu Municipal de Almeirim, propriedade da Câmara Municipal de Almeirim, é uma instituição de natureza permanente, com fins não lucrativos, criado para o interesse colectivo, com acesso regular ao público, reunindo bens culturais e a informação que lhe está associada. Tem como vocação o estudo e a investigação, a recolha, a documentação, a conservação, a interpretação, a exposição e a divulgação do património cultural que integra o seu acervo, com objectivos científicos, culturais, educativos e lúdicos e com finalidades de democratização da cultura, de promoção da cidadania e de desenvolvimento da sociedade. Esta passará pela preservação das memórias do quotidiano almeirinese, os seus usos e costumes, potenciando os valores

⁹⁵ Lei n.º 9/89, de 2 de Maio; Decreto-lei n.º 123/97, de 22 de Maio; Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 96/99 e 97/99, de 26 de Agosto e Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2003, de 12 de Agosto.

históricos, culturais, sociais e económicos do concelho; inventariando, documentando, estudando e apresentando (expondo e interpretando) o acervo do extinto Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, tendo nos seus públicos e nos diversos agentes do seu território o principal foco da sua actividade.

Os objectivos considerados no programa do Museu Municipal de Almeirim, propuseram uma orientação para o futuro e assumiram-se como pontos fundamentais que deverão guiar toda a missão do Museu. Relativamente ao que foi definido no programa do Museu, salientamos:

- A preservação e divulgação do património cultural e natural do concelho de Almeirim;
- A promoção da investigação histórica e cultural do Concelho;
- A preservação e divulgação da cultura rural ribatejana;
- A valorização dos recursos culturais locais e regionais;
- O desenvolvimento de actividades pedagógico-didácticas através da produção, conservação curativa e do restauro dos bens culturais;
- A promoção da formação profissional na região onde o Museu está instalado, para desenvolver novas fileiras de produção;
- A concretização de uma ligação estreita com os estabelecimentos de actividades produtivas da região com a finalidade de promover a aprendizagem de profissões e saberes ligados às artes tradicionais associadas às actividades económicas locais;
- A promoção de parcerias, nomeadamente com outros organismos do mesmo tipo e com estabelecimentos de ensino;
- A recuperação da identidade do Concelho através da sua importância na história nacional;
- A criação de uma âncora para o turismo.

Consideramos que estes objectivos devem ser concretizados através das políticas de investigação, incorporação, restauro e educação, funções museológicas previstas na Lei-quadro dos Museus Portugueses.

4.5.4 – Tutela e modelo de gestão

O Museu Municipal de Almeirim segundo o seu regulamento interno⁹⁶, enquadra-se na Divisão Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Almeirim⁹⁷. No referido regulamento devem ser instrumentos de gestão o plano anual de actividades, orçamento, relatório de actividades, avaliação interna e informações estatísticas sobre os visitantes e utilizadores que devem ser preparados anualmente pelo responsável do Museu.

4.5.5 – Exposição de longa duração

4.5.5.1 – Condições museográficas

Ao facto de que o principal objectivo de uma exposição é o de criar as condições para que se estabeleça uma relação entre visitante e objecto, acresce a museografia como técnica dessa apresentação (Benes, 1983: 103 apud Hernández, 1998: 203). Da mesma forma, *“a preparação de uma exposição não pertence só à disciplina em questão (...), e para isso, são chamadas uma série de técnicas que, finalmente, o museólogo coordenará.”* (Hernández, 1998: 203)⁹⁸

No âmbito das alterações introduzidas ao espaço da exposição de longa duração, procedeu-se à construção de paredes falsas em *pladur* e MDF a fim de evitar a entrada directa de luz (figuras 4.4 e 4.5). Uma vez que o chão original era em calçada portuguesa polida, a equipa de projecto, nomeadamente o pintor António Viana, optou por forrar a sala de exposição de longa duração com alcatifa de cor cinzenta escura. As cores predominantes das paredes e vitrinas embutidas (fixas) são o verde claro e o branco, que contrastam com as madeiras de faia das vitrinas e bases móveis (figura 4.6).

Como já se referiu, a apresentação dos objectos faz-se através da utilização de vitrinas – fixas (figura 4.6) e móveis (figura 4.7) – e bases que permitem a rotatividade da exposição (figura 4.8), no sentido de lhe conferir dinamismo e possibilitar a

⁹⁶ *Vd.* Anexos ao capítulo 4, N.º 4.41 - Regulamento Interno do Museu Municipal de Almeirim.

⁹⁷ *Vd.* Anexos ao capítulo 4, N.º 4.42 - Regulamento dos Serviços do Município de Almeirim.

⁹⁸ Tradução da autora. No original *“la preparación de una exposición no incumbe solamente a la disciplina interesada (...) y para ello se ayuda de una serie de técnicas que, finalmente, el museólogo unificará.”* (Hernández, 1998: 203)

apresentação de outros exemplares do acervo em reserva, nomeadamente na organização de exposições temáticas.

As vitrinas, tanto móveis como fixas, representam uma mais-valia no que concerne à conservação e segurança dos objectos, por constituírem barreiras físicas (através dos vidros) à acção de poluentes atmosféricos e insectos e por minimizarem os riscos de vandalismo, roubo e eventuais acidentes.

Do ponto de vista da manutenção, os vidros das vitrinas fixas foram instalados por forma a possibilitar ao técnico a sua abertura parcial, permitindo acções de limpeza e manuseamento dos objectos (figura 4.9).

No caso das vitrinas fixas utilizou-se aglomerado de madeira e vidro. No aspecto museográfico, houve a preocupação em baixar o nível de todas as vitrinas para que fosse facilitada a sua visualização por parte de públicos infantis e/ou de mobilidade reduzida.

No que respeita às vitrinas móveis, são compostas por estrutura de base em madeira de faia com caixa superior em vidro (imagem 4.7). No domínio das bases, foram concebidos dois tipos: estrutura em ferro para os objectos de pedra mais pesados (figura 4.10) e estrutura em madeira de faia para os restantes (figura 4.11).

Dentro das vitrinas, para os objectos de menores dimensões e de maior fragilidade, nomeadamente moedas e cerâmicas arqueológicas, foram concebidas bases em acrílico, com o intuito de, por um lado, destacar os objectos, e por outro, evitar o seu contacto directo com a tinta que reveste a vitrina (figura 4.12). Cumpre-nos referir que foi construído também um suporte em acrílico para a ânfora, pois a transparência do material permite uma melhor leitura do objecto, a 360° (figura 4.13).

A iluminação construída a partir do projecto de luminotecnia garantiu a flexibilidade luminotécnica, tendo-se concebido uma rede electrificada de três circuitos, normalizados, que asseguram as necessidades de correcto posicionamento de luz, seja qual for o *lay-out* implementado numa determinada exposição (figura 4.14). Esta rede compõe-se por três circuitos de calhas que são destinadas a projectores de luz de realce; projectores dentro das vitrinas e luz fluorescente, em calhas e vitrinas. Estas opções, em associação com detectores de movimento, posicionados de forma a cobrirem todo o espaço, permitem que a componente de luz de realce só seja activada perante a presença de visitantes, apenas os aparelhos instalados nas calhas electrificadas do tipo

Wallwasher do tecto e os de luz fluorescente dentro das vitrinas estão acesos em permanência. Logo que algum visitante surja, os detectores dão ordem de ligar os projectores das calhas do tecto e das vitrinas, sucedendo-se a acção de desligar cerca de 5 a 7 minutos (período regulável que pode ir até 35 minutos) depois de deixar de ser detectada a presença de pessoas.⁹⁹ No sentido de proporcionar um tipo de iluminação cénica, foram incorporados nalguns projectores filtros dicróicos amarelos (figura 4.8). Nas vitrinas fixas existe uma ambiência de fundo com luz fluorescente rasante e luz de realce por pequenos projectores aplicados em calhas electrificadas¹⁰⁰ (figura 4.15). Para além da iluminação normal foram também contemplados alguns aparelhos de luz de emergência de circulação, aplicados em locais estratégicos que não colidem com o aproveitamento das superfícies verticais para fins expositivos. A montagem luminotécnica foi efectuada por electricistas da autarquia sob as orientações do Engenheiro Vítor Vajão que foi aferindo posicionamentos, intensidade de luz (através de um luxímetro) e controlando os brilhos directos e indirectos.

4.5.5.2 – Discurso expositivo

A equipa de projecto tendo em conta os objectivos a que o Museu se propôs, entendeu organizar a exposição de longa duração segundo uma perspectiva cronológica e temática, reconstituindo através dos objectos expostos, a história de Almeirim, incluindo aspectos culturais, económicos e sociais.

A exposição de longa duração do Museu Municipal de Almeirim ocupa uma área aberta com cerca de 100 m² (*open-space*) (imagens 4.16 e 4.17), integrando uma selecção de objectos que se completaram com alguns mapas, fotografias e reproduções de antigos documentos do acervo.

⁹⁹ A implementação deste sistema garante a amortização do seu custo em período muito curto (normalmente, só em custos energéticos há uma redução superior a 50% e o tempo de uso das lâmpadas aumenta 3 vezes). Os projectores das calhas do tecto permitem a redução do fluxo luminoso através de regulador, incorporado no adaptador à calha, podendo assim adequar-se a luminosidade de cada objecto em exposição às suas exigências intrínsecas ou às do conjunto do ambiente visual.

¹⁰⁰ Ambos os sistemas são regulados individualmente. Estes reguladores localizam-se em locais não visíveis das vitrinas. O quadro eléctrico do Museu foi também adaptado para integrar os novos órgãos de protecção e comando nomeadamente um contactor manual que permite comutar o sistema de iluminação para três hipóteses: desligado, acesso e accionado automaticamente pelos detectores de movimento.

Na recepção do Museu colocou-se uma cronologia¹⁰¹ que refere, para além de datas históricas importantes para o concelho, datas importantes no domínio da vida cultural da cidade (figura 4.18) e um mapa ilustrado com os locais de interesse do Concelho, datado de 1952 que assinala, nomeadamente, sítios arqueológicos, património histórico edificado, fábricas, quintas e as principais produções agrícolas e animais (figura 4.19).

Estão expostos cerca de 100 objectos do total do acervo. O percurso inicia-se com o enquadramento geográfico do concelho, através de um mapa, que coloca em evidência a sua localização relativamente ao rio Tejo (figura 4.20). Neste quadro de referências foram colocados na parede conceitos chave relacionados com as vantagens que a proximidade a uma via fluvial oferece, neste caso o rio Tejo, conceitos como “navegabilidade”, “energia hidráulica”, “moinhos” “irrigação”, são referidos (figura 4.21).

Segue-se então uma vitrina em que se expõem objectos líticos, nomeadamente bifaces e machados, como uma referência à presença humana pré-histórica no Concelho (figura 4.22).

A narrativa expositiva segue então para o domínio romano na Península Ibérica, através de um mapa dos percursos romanos, reforçada pela exposição da ânfora romana já referenciada (figura 4.23).

A exposição desenrola-se com uma referência à presença árabe, através da colocação mural de seis exemplares azulejares com motivos hispano-árabes, que ornamentaram a antiga capela do Paço dos Negros, existente numa das freguesias do Concelho (figura 4.24).

A temática de Almeirim como centro político, social e económico do país durante os séculos XV e XVI é testemunhada através de uma pedra tumular, pertencente a um pajem de D. João III, sepultado no extinto convento de Nossa Senhora da Serra a propósito do qual também está exposta uma pia, como prova dessa pré-existência (figura 4.11).

Sobre Almeirim, Vila Realenga, expuseram-se elementos arquitectónicos provenientes do Paço Real de Almeirim (figura 4.25) que são precedidas de uma

¹⁰¹ *Vd. Custódio, 2008.*

referência à vida cultural da vila, enquanto se encontrava sob presença Real, com uma reprodução de uma frase de Gil Vicente, importante personagem do teatro português que ali estreou muitos dos seus autos (figura 4.26); a referência ao Cancioneiro Geral surge no contexto da importância do antigo palácio, em cuja tipografia ocorreu a impressão desta obra da literatura portuguesa (figura 4.27).

A partir daqui dá-se particular destaque à agricultura, onde se mostram fotografias e gravuras alusivas, que contextualizam os objectos relacionados com a referida temática, nomeadamente máquinas, utensílios e alfaias agrícolas (figura 4.28). A exposição tem ainda a particularidade de exhibir objectos ligados à produção de vinho, actividade de grande relevo no contexto económico e cultural do Concelho, demonstrada através de uma vitrina com algumas garrafas, cujos rótulos aludem ao Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim (figura 4.29).

O organismo fundador do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim está referenciado através de uma reprodução de um cartaz, bastante elucidativo do que foi a assistência social prestada pelas Casas do Povo (figura 4.30).

Um núcleo dedicado aos brinquedos foi também contemplado, pela colocação numa vitrina de diversos exemplares, feitos à mão (figura 4.31).

De forma autónoma, conceberam-se outros três núcleos, atendendo a uma perspectiva temática. Um referente à Religião/Culto com objectos de uso quotidiano como registos, missais e imagens religiosas (figura 4.32); outro alusivo ao Comércio, com alguns espécimes numismáticos, desde a antiguidade até ao século XX, evocando novamente presença romana e árabe no Concelho (figura 4.33); e um terceiro dedicado ao Traje, dando particular destaque à tauromaquia, actividade com bastante tradição neste contexto regional, com a exposição de uma casaca de toureiro e de um traje de forcado (figura 4.34), juntamente com o cartaz da corrida inaugural da Praça de Toiros de Almeirim.

No final do percurso, a representatividade ao nível do traje continua, traduzindo-se na reprodução de diversas fotografias do acervo, nomeadamente do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Almeirim, da Banda Marcial, e de fotografias encenadas, que retratam de alguma forma a sociedade almeirinese (figura 4.35).

Optou-se por não pré-definir um percurso expositivo, dado que as próprias vitrinas móveis e as bases onde se encontram expostos os objectos, orientam o visitante, permitindo ao público descobrir e definir o seu próprio percurso.

4.5.5.3 – Conteúdos informativos

No que concerne à informação disponibilizam-se na recepção do Museu folhetos com um breve historial desta unidade museológica e uma apresentação do percurso expositivo, apenas em português (figuras 4.36 e 4.37).

Na sala de exposição de longa duração mostram-se textos informativos em português que introduzem dados cronológicos, mapas do território e conceitos em articulação com os objectos expostos, da mesma forma que se incluíram tabelas com as respectivas legendas dos objectos que contemplam: o nome do objecto, a função e o número de inventário, ora dentro das vitrinas, nas paredes e nas bases, consoante os casos (figura 4.38). Os critérios utilizados para a elaboração destes elementos textuais prenderam-se com a intenção de fornecer directivas ao visitante, que suscitem o interesse em aprofundar os conteúdos, evitando grandes manchas de texto (figura 4.39).

Apesar de não existir formalmente um Serviço Educativo, o Museu disponibiliza visitas acompanhadas a todos os tipos de público, sendo necessária marcação prévia apenas no caso de grupos. Nas visitas acompanhadas, aqueles elementos textuais apresentam-se como pretextos para que o guia desenvolva os conteúdos. Existe ainda a possibilidade dos públicos efectuarem a visita livremente, funcionando os textos informativos como elementos-chave para futuras pesquisas.

Capítulo 5 – A Rede Portuguesa de Museus

Face ao exposto, chegou o momento de abordarmos o projecto da Rede Portuguesa de Museus e o seu impacto no panorama museológico nacional. Neste Capítulo, descrevemos o projecto da Rede, nos múltiplos desafios que imprimiu no contexto da organização e articulação entre os museus.

5.1 – Enquadramento conceptual

Considerando as diferentes definições de *rede* nos dicionários de língua portuguesa, verificamos um elo de ligação entre todas elas enquanto “malha feita de fios entrelaçados com espaços regulares que formam uma teia”. Ora, esta rede entendida como uma teia traduz-se, em nosso entender, num sistema aberto, de movimentos irregulares e ilimitados, com fluxos constantes de partilha de informação. De entre os autores que abordaram o tema, citámos Fritjof Capra (1996) que se refere a este conceito numa perspectiva social, salientando que “*sempre que olhamos para a vida olhamos para as redes (...)*” (pp. 77-78). Segundo o mesmo autor, essas estruturas deverão ser capazes de dinamizar fluxos que, articulando-se uns com os outros, serão o garante da sua própria sustentabilidade. (Capra, 1996: 125-130). Nesta teorização sobre o conceito, citámos também Manuel Castells (2000) para quem uma rede é “*(...) um conjunto de nós interconectados.*” (p. 98)

Estariam, até agora, nas ciências exactas como a Matemática e a Física, os grandes campos de utilização e divulgação deste conceito, porém, o mesmo tem vindo a ganhar, ao longo do tempo, um outro valor no âmbito das ciências sociais e humanas, bem como na reflexão global da sociedade. Assim, ao ter-se tornado numa expressão recorrente e determinante nas diferentes áreas do conhecimento, assumiu-se também como forma de gestão de organizações culturais.

Considerando novamente Castells (2000), este modelo organizacional usa no seu domínio práticas descentralizadoras, mas regradas, com vista a desenvolver outras metodologias de trabalho (pp. 120-145). Da mesma forma, entendemos salientar que este tipo de sistema assumiu, nas diferentes células ou núcleos que o constituem, um sentido de partilha, planeamento e continuidade, na prossecução de objectivos comuns e/ou individuais.

Do ponto de vista da gestão, esta forma revestiu-se de uma importância considerável, por permitir a flexibilização da mesma, isto é, a possibilidade de serem integradas nestas redes, unidades com diferentes níveis de recursos, que apesar de pertencerem a um sistema partilhado de interesses comuns, vêm salvaguardada a sua individualidade.

A implementação de um sistema deste tipo assentará na vontade e na disponibilidade dos envolvidos, que se deverão mostrar activos no bom desempenho de cada uma das instituições que a ela pertencem. O mesmo é dizer que, mais do que em qualquer outra estrutura e partindo do princípio de que esta será uma forma voluntária de organização, os elementos constituintes deverão ser os protagonistas do trabalho, numa atitude proactiva e de procura pela realização dos projectos. Seguindo as orientações de Lameiras-Campagnolo e Campagnolo (2002) o conceito de rede aproxima-se em grande verdade do conceito de sistema, senão vejamos:

“Estas duas estruturas aparecem, pela natureza distinta a um tempo das suas finalidades e das suas fronteiras, como duas classes diferenciadas de organização: - o sistema, dotado de uma fronteira alterável e de uma finalidade concebida parcialmente aquando da sua génese e precisada no decurso do seu funcionamento. Enquanto o sistema pode ser assim sumariamente definido como um conjunto de elementos interdependentes expressamente escolhidos com o fim de responder a uma finalidade global, a rede aparece como um conjunto de elementos (nós e conexões) ‘em construção’, cuja finalidade (...) pode acolher sucessivas alterações pontuais ou eventuais rectificações.” (Lameiras-Campagnolo e Campagnolo, 2002: 26)

Relativamente à aplicação do conceito de rede em contexto museológico, os dois autores consideram também coerente em aproximá-lo da noção de sistema como complemento à

“(...) capacidade organizativa de conjuntos físicos e informacionais. Aproximar esses dois conceitos significa sublinhar as suas afinidades: estes dois conjuntos finalizados são ambos multidimensionais, caracterizáveis pela extensão e pela permeabilidade das suas fronteiras, pelas matérias, pelas formas, pelos estilos e pelas funções das suas componentes internas, pela natureza e pela malhagem das suas interconexões, pelos seus equipamentos, pelas competências e pelas acções materiais, memorizantes e comunicativas, dos seus protagonistas. (...)” (Lameiras-Campagnolo e Campagnolo, 2002: 26)

Numa abordagem de crescente globalização do mundo actual, existiu uma percepção cada vez mais frequente da necessidade de novas teorias organizacionais, que possibilitassem a sustentabilidade dos projectos, nomeadamente no âmbito cultural, pelo deficitário investimento público nesta área. É neste sensível ponto que um sistema com

as características que temos vindo a enunciar e com as possibilidades que proporcionaria a novos modelos de gestão, poderia efectivamente vir a ter um papel preponderante.

Em síntese, este modelo organizacional, no campo cultural, poderia assegurar a sobrevivência das diversas partes, contribuindo para o seu desenvolvimento através de acções de interacção, integração, discussão, partilha, flexibilização e promoção.

5.2 – O modelo de rede em contexto museológico

Na tentativa de traçarmos um percurso acerca da existência prévia deste conceito no panorama museológico nacional, citámos João Couto quando se referiu aos museus, salientando

“(...) a necessidade (...) de incluir na rede dos Museus do Estado todos aqueles que tiverem atingido um grau de desenvolvimento tal que necessitem de assistência técnica, de mais dinheiro, da intervenção dos organismos que procedem às obras de alargamento, restauro ou modificação dos edifícios, enfim de pessoal superior devidamente habilitado(...). Alargada a rede dos Museus sob patrocínio do Estado e estudada a forma de auxiliar com eficácia o desenvolvimento e a organização dos Museus que dependem das autarquias locais e das instituições particulares, urge criar um entendimento entre estas instituições. E nada melhor se pode conseguir para se chegar a tal fim do que estreitar as relações entre os directores e os conservadores dos Museus do país de forma a obter-se uma útil coordenação das suas actividades.” (Couto, 1941 apud Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, 2000: 5)

Esta análise situou-se no período histórico em que o sistema museológico se regeu pelo já referido Decreto-lei n.º 20 985 de 7 de Março de 1932¹⁰², apontado algumas das principais necessidades dos museus portugueses, tais como: a falta de apoio técnico e financeiro, as graves carências no âmbito da formação do pessoal e a evidente falta de infraestruturas adequadas ao desenvolvimento da actividade museal. A noção de articulação e de gestão conjunta passavam já, nas palavras de João Couto, como algumas das fragilidades às quais se haveriam de dar soluções. Todavia, este desígnio nunca passou de um programa de intenções e no âmbito nacional continuou-se com uma actividade museológica desarticulada, em que os museus continuaram a nascer desordenadamente.

¹⁰² Salienta-se que o próprio João Couto o considerou também como a *Carta Orgânica dos Museus Portugueses*, que veio dar a intenção de uma maior unificação da política patrimonial do Estado-Novo.

Verificadas estas carências, foi durante meados da década de 1970 que a Secretaria de Estado da Cultura pediu auxílio no sentido de se alterar a estruturação museológica. Seguiu então para a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) um pedido de aconselhamento formal, que se traduziu em três premissas essenciais: a melhoria da coordenação entre os museus; a criação de museus que envolvessem a participação popular; e a descentralização dos museus (Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, 2000: 6) A partir, então, da avaliação feita pela equipa da UNESCO – Missão UNESCO – através do seu coordenador, Per-Uno Agren - destacaram-se três problemas fundamentais: a questão das deficientes instalações que serviam os propósitos da gestão e conservação das colecções; a lacunar documentação sobre as colecções e os seus métodos de aquisição; e a falta de uma componente educativa mais vincada no seio das instituições. No sentido de contrariar esta situação, Per-Uno Agren em recomendou a criação de “(...) *uma rede coerente de museus dando uma informação equilibrada sobre a história cultural (...)*”(Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, 2000: 7). As orientações de Agren preconizavam:

“(...) a constituição de ‘museus regionais’, fosse através da modificação dos existentes, fosse através da criação de novas unidades, num modelo fortemente baseado na orgânica museológica sueca, privilegiadora da articulação entre os níveis nacional, regional e local” (Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, 2000: 7)¹⁰³

Este modelo deveria ser acompanhado de uma forte reprogramação dos museus portugueses e de uma renovação formativa do pessoal.

De forma a apoiar esta acção de consultadoria, a Secretaria de Estado da Cultura promoveu o *Grupo de Trabalho Museus – UNESCO*¹⁰⁴, mudando de nome em 1979, para *Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais*, integrando a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural. A sua actividade prendeu-se com o apoio técnico a iniciativas locais e regionais e a acções

¹⁰³ A propósito da sua experiência no nosso país e consequente avaliação do panorama nacional em 1976, Agren (Agren, 2002: 21) salientou: “*Conheci muitas pessoas e actividades inesquecíveis que me convenceram do potencial dos museus locais para actuarem como forças vitais na salvaguarda de um precioso património local, que então enfrentava todos os perigos de uma modernização súbita e profunda.*”

¹⁰⁴ Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas.

consultivas, relativas à criação, funcionamento e organização de unidades museológicas de cariz local e regional. Porém, a sua extinção aconteceu em 1981, quando no seio do Instituto Português do Património Cultural surgiu o Grupo de Museus Coordenadores Regionais, em virtude do Plano Museológico Nacional, ficando as suas funções implicitamente atribuídas àquele Instituto.

Estas recomendações não tiveram, todavia, repercussões práticas, sendo que no Plano Museológico Nacional, se puderam apontar algumas das suas influências teóricas, pois era seu objectivo uma rede museológica nacional

“(...) coerente com as reais necessidades do País, através da qual museus de uma determinada região possam ser coordenados por um museu considerado central, assim como museus de uma determinada especialidade possam ser coordenados por um museu central dessa especialidade.” (Guedes, 1981 apud Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, 2000: 7-8)

Este projecto de rede de museus não passou de uma tentativa do IPPC, apesar das reuniões promovidas com rumo a este objectivo, com um forte sentido descentralizador.

No decurso das experiências nacionais no âmbito da nova museologia, nomeadamente na década de 1980, esta questão de uma rede de museus nacionais foi sendo um pouco preterida em termos oficiais, assistindo-se a um crescimento de unidades museológicas de tutela municipal¹⁰⁵, que apareceram num contexto desarticulado e pouco cooperante.¹⁰⁶

5.3 – Uma primeira tentativa de enquadramento jurídico: o Documento APOM¹⁰⁷

No ano de 1995, em virtude da análise empreendida pela Associação Portuguesa de Museologia e pelo *International Council of Museums* sobre o panorama museológico

¹⁰⁵ A este propósito salientamos a *Semana de Reflexão sobre Museus e Património Cultural e Regional*, promovida pelo Instituto Português do Património Cultural, em 1983, em parceria com o Instituto Franco-Português, presidido por Hughes de Varine, que recomenda uma maior aproximação e coordenação entre os diversos níveis da administração pública portuguesa.

¹⁰⁶ À excepção dos cursos de técnicos auxiliares de museografia promovidos Instituto Português do Património Cultural, alargados às diversas áreas do país.

¹⁰⁷ Associação Portuguesa de Museologia.

nacional¹⁰⁸, o conceito aproximou-se do campo legislativo, sendo a partir deste momento que aquelas duas entidades propõem uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português¹⁰⁹. O Documento APOM¹¹⁰, apesar de não se ter referido a uma rede museológica nacional, traçou um conjunto de premissas concorrentes à reformulação museológica do país. Para a compreensão dos objectivos do mesmo, citamos Agren:

“(...) Perante uma realidade museológica em que foram identificadas mais de 500 entidades que reclamam a designação de museu, o IPM [Instituto Português de Museus] considera indispensável uma reforma. É necessário reunir essas entidades numa estrutura funcional que satisfaça exigências políticas a vários níveis. O Documento Programático sugere engenhosamente aquilo a que eu chamaria uma solução museológica invulgarmente adequada para reunir instituições muito diversas, através do enfoque em elementos essenciais como a memória, a colecção e a transferência do património cultural, em vez da opção por um sistema que as ordene em função do tamanho, da geografia ou da temática. (...) (Agren, 2002: 21)

No âmbito desta proposta, Fernando António Baptista Pereira, no 9.º Encontro de Museologia e Autarquias¹¹¹, salienta:

“A APOM [Associação Portuguesa de Museologia], quando eu fui presidente, produziu um documento onde se propunha claramente o conceito de creditação para introduzir alguma normatividade no processo de criação de museus. Ora, nunca foi tido em conta esse conceito de creditação, que é fundamental, de facto, para separar o ‘trigo e o joio’, unidades que não têm condições para serem consideradas museus, mas podem ser pólos de uma rede de museus, por exemplo, de um município, ou de uma região e outra coisa que são, de facto, museus na verdadeira acepção do termo que podem realizar os 5 pilares fundamentais da museologia da definição consagrada (...)” (Pereira, 1998: 112)

Considerando a abrangência e a análise do Documento APOM¹¹², entendemos destacar dois pontos fundamentais, à luz da temática da Rede Portuguesa de Museus: a

¹⁰⁸ Cujo diagnóstico, segundo o Documento Programático da Rede, é de “(...) ‘explosão museológica’, vazio normativo e diversidade de agentes implicados (...)” (p. 9)

¹⁰⁹ Este documento, também conhecido como Documento APOM teve na sua elaboração a participação de Fernando António Baptista Pereira (então presidente da Associação Portuguesa de Museologia), Maria Rosa Figueiredo, Madalena Brás Teixeira, Isabel Silveira Godinho (então Presidente da Direcção da Comissão Portuguesa do *International Council of Museums*), Natália Correia Guedes, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Henrique Coutinho Gouveia.

¹¹⁰ Associação Portuguesa de Museologia.

¹¹¹ Este encontro realizado em Loures nos dias 29 e 30 de Outubro de 1998, teve como tema central “Museologia e Autarquias”, dividindo-se os trabalhos em quatro painéis: “Leis e Museus”, “Rede(s), Gestão, Preservação”, “Formação, Carreiras Profissionais. Centros de Recurso” e “Informação e Novas Tecnologias”. *Vd. Actas do 9.º Encontro Nacional Museologia e Autarquias, 1998.*

¹¹² Associação Portuguesa de Museologia.

questão da creditação e a questão do Conselho Superior de Museus (CSP), como entidade coordenadora da política museológica. Assim, relativamente a estes assuntos, o Documento APOM¹¹³ refere que:

“O processo de creditação que agora se propõe visa essencialmente criar estímulos para a valorização das instituições museológicas existentes ou a criar. Há que definir critérios rigorosos, claros e explícitos para a creditação de uma instituição que pretende ser reconhecida pela comunidade como museu. (...) Propõe-se, agora, que o processo de creditação de um museu passe a ser submetido à consideração do Conselho Superior de Museus, que dará o seu parecer, decidirá, analisará e, sobretudo, avaliará a instituição em causa (...).”
(Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português, 1996: 4-5)

Entendemos que esta sugestão da proposta legislativa evidenciou a necessidade de criar uma entidade certificadora, coordenadora e reguladora das práticas museológicas. Sugeriu também que a tipificação devesse ser feita segundo dois critérios, “o da incidência disciplinar” e a “do seu modelo de organização e de funcionamento” (Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português, 1996: 8) ressaltando que deveria assistir ao órgão de coordenação diversas funções, que pensamos terem tocado nos propósitos da Rede Portuguesa de Museus.

Estes pontos comuns assentaram na função de coordenar e creditar (em alguns casos através de secções regionais), estimular cursos de formação e definir parâmetros nacionais conducentes a uma maior autonomia, auto-suficiência e responsabilização. Nesta perspectiva, estes organismos seriam criados com o objectivo de descentralizar a “(...) coordenação da actividade museológica nacional.” (Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português, 1996: 14), proporcionando um maior equilíbrio entre as desigualdades geográficas. Com um forte sentido vertical, orientado segundo a pirâmide das tutelas museológicas, este seria o garante da comunicação com os órgãos superiores.

Ainda que o funcionamento deste tipo de rede fosse assim diferente do que se pensava para a Rede Portuguesa de Museus, aproximava-se noutros pontos, tais como: a coordenação e a angariação de mecenato a nível regional, a promoção de reuniões entre

¹¹³ Associação Portuguesa de Museologia.

organismos de diferentes tutelas, de forma a instituir políticas comuns e como ponto essencial:

“Ponderar os limites de cada núcleo museológico local, considerando os factores de atrofia ou desenvolvimento, para decidir sobre a sua manutenção independente como polos museológicos ou a sua integração numa rede regional que contenha coerência museológica e significado cultural.” (Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português, 1996: 16)¹¹⁴

5.4 – Base de acção: Inquérito aos Museus em Portugal de 1998-1999

Na perspectiva da criação de um sistema articulado de funcionamento em rede, verificou-se a necessidade de fazer um diagnóstico acerca do meio museológico nacional¹¹⁵. A bibliografia que entendemos crucial para a compreensão dessa realidade tem subjacente o *Inquérito aos Museus em Portugal*, realizado entre 1998 e 1999 e publicado já em 2000. As conclusões daí retiradas estiveram na base da fundamentação do projecto da Rede Portuguesa de Museus, cujas premissas principais se prenderam com o aumento do número de museus a partir de 1974; a mudança do seu foco de acção para a comunidade (relacionado com as novas práticas museológicas já enunciadas no Capítulo 3 deste trabalho); a necessidade de uma articulação regional e/ou municipal coerente com a tipologia de tutelas (grande desenvolvimento dos museus municipais); o desequilíbrio ao nível dos recursos financeiros e humanos, acrescidos pela necessidade de promover a qualificação profissional; e o cumprimento desequilibrado das funções museológicas (por vezes devido a falta de instalações, de recursos ou formação do pessoal). Este estudo permitiu também de forma bastante fiável detectar as

¹¹⁴ Abrindo assim a caminho a outras formas de organização em rede: redes locais, e/ou regionais.

¹¹⁵ O Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus apontou como fundamentais nesta reflexão teórica sobre a urgência de uma rede de museus, os *Encontros Museologia e Autarquias* como acontecimentos essenciais na reflexão museológica e o Projecto *Caminus*, realizado entre 1994 e 1998, que proporcionou um estudo sobre a realidade museológica nacional, deixando o repto à necessidade de continuação deste tipo de estudos que tiveram a sua réplica no *Inquérito aos Museus em Portugal* realizado durante os anos 1998 e 1999. O Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus considerou também como instrumentos importantes para o estudo das redes os estudos de Fernando António Baptista Pereira, de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e de Henrique Coutinho Gouveia. *Vd.* Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, 2000: 10. Todavia, outro tipo de redes na área cultural vão sendo implementadas, tais como a Rede de Leitura Pública ou a Rede de Arquivos Municipais para referir alguns exemplos.

potencialidades das entidades museológicas para que fossem criadas as condições para a resolução dos seus problemas.¹¹⁶

5.5 – Modelo funcional

5.5.1 - A Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus

Por iniciativa do Instituto Português de Museus, que em 1997 através do Decreto-lei n.º 161/97 e após a reestruturação dada pelo Decreto-lei n.º 398/99 de 13 de Outubro, definiu um modelo de Rede, criou-se uma Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus¹¹⁷ com uma missão específica que vigorou de 2000 a 2007.¹¹⁸ A primeira missão desta Estrutura de Projecto foi conferir um sentido à Rede, algo que o Decreto-lei n.º 161/97 não conseguira. A actuação desta Estrutura traduziu-se na constituição de uma equipa cuja actuação correspondeu à primeira fase de criação e incremento da Rede. Este modelo funcional permitiu uma maior autonomia, uma constância ao nível dos elementos da equipa, constituída por seis colaboradores exteriores aos quadros do Instituto Português de Museus, com formação em diversas áreas e a rigorosa distribuição de competências e tempos de execução.

¹¹⁶ Segundo o Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus a actividade da Rede para que funcionasse de forma coerente e realista teria de ter sempre em linha de conta a realidade museológica nacional, pelo que foi efectivado um protocolo entre o Instituto Português de Museus, o Observatório das Actividades Culturais e o Instituto Nacional de Estatística que deveria garantir a actualização frequente dos dados referentes aos museus, numa Base de Dados Museus em articulação com o Inquérito Anual aos Museus da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística. Todavia, salienta-se que esta actualização constante não dispensaria o contacto directo com as tutelas e os seus profissionais. Os resultados decorrentes do ano 2000, relativos ao projecto Base de Dados Museus assinala “(...) a persistência da fase de crescimento ancorada no número de museus e na persistência dos elevados valores dos projectos e das intenções. (...) o panorama museológico em Portugal permanece (...) em expansão. Trata-se de um universo tão dinâmico como heterogéneo. (...) caracteriza-se pela segmentação entre museus que cabem em critérios de maior exigência e um outro, menor mas significativo, que mostra alguma turbulência associada a dificuldades no cumprimento sustentado dos referidos critérios.” (Neves e Santos, 2006:7)

¹¹⁷ Pelo Despacho Conjunto n.º 616/2000, sendo institucionalizada pela Lei-quadro dos Museus Portugueses em 2004.

¹¹⁸ Em 2007, com a reestruturação da administração central do Estado, foi criada dentro da orgânica do Instituto dos Museus e da Conservação uma unidade orgânica designada Divisão de Credenciação e Qualificação de Museus.

5.5.2 – O Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus: linhas de acção

No estudo que temos vindo a fazer sobre o conceito de rede, considerámos a Rede Portuguesa de Museus, como caso paradigmático no seio das redes culturais. A fonte que pensámos essencial para a compreensão do processo que levou à institucionalização desta entidade foi o Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus, apresentado pela primeira vez em 26 de Outubro de 2000 no *XII Encontro Museologia e Autarquias* em Santarém¹¹⁹. Muito discutido e algumas vezes modificado, o Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus traçou como objectivos fundamentais para a Rede: a qualificação da realidade museológica nacional, relativamente aos seus espaços, serviços e actividades; a divulgação de boas práticas e promoção do profissionalismo; e ainda o desenvolvimento da articulação e cooperação entre os museus, numa prática mais descentralizadora. Estes objectivos seriam realizados através de três linhas de acção fundamentais: a informação e divulgação, a formação e a qualificação.

Relativamente ao primeiro ponto, caberia à Rede sistematizar e divulgar junto das instituições museológicas as suas acções e as actividades dos museus que dela fariam parte, tendo estas acções como instrumentos o Boletim Trimestral¹²⁰ e o website¹²¹. Dentro deste eixo considerámos também a actividade do Observatório das Actividades Culturais, que tem vindo a fazer o levantamento regular da realidade museológica nacional em parceria com o Instituto Nacional de Estatística; a edição de

¹¹⁹ Este documento foi bastante divulgado e debatido com técnicos ligados à área museológica nacional. As sugestões foram sendo registadas, cujas alterações originaram as Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus (Camacho [et al.], 2001).

¹²⁰ Com a periodicidade trimestral, este é também um veículo de informação muito importante no âmbito da Rede, com os objectivos de reforçar as relações entre todos os intervenientes profissionais ou não e todos os interessados na área da Museologia. Em 2008 este boletim sofreu algumas transformações gráficas passando a designar-se *Museus em Rede*.

¹²¹ Como ponto determinante de divulgação deste organismo e das suas actividades, neste sítio encontravam-se também informações sobre o regulamento de adesão, os programas de apoio técnico e financeiro, os programas de formação e a divulgação de notícias e encontros. O *website* foi incorporando também informação relativa aos museus da Rede, através de fichas de caracterização. A partir de 2008 estes conteúdos foram transferidos para o portal do Instituto dos Museus e da Conservação. Este Boletim integra Notícias Museus Rede, Edições de Museus Rede, Exposições Itinerantes, Em Agenda, Outras Notícias e Encontros.

algumas publicações,¹²² bem como a realização articulada de actividades¹²³. No vector formação, delineou-se a partir de 2001, com base no balanço feito pelo *Inquérito aos Museus em Portugal (2000)*, um programa anual de formação, que em funcionamento desde então, se mantém até hoje com alguns ajustamentos. Nesta vertente, no âmbito da Rede Portuguesa de Museus adquiriu-se bibliografia relativa à museologia que proporcionou a abertura de um Centro de Documentação incorporado desde 2008 na biblioteca do Instituto dos Museus e da Conservação.¹²⁴ No terceiro segmento de acção, surgiu a qualificação. A verdade é que até ao ano de 2000 não existiu nenhum programa de apoio aos museus não dependentes do Ministério da Cultura (MC), sendo que em 2001 foi criado o Programa de Apoio à Qualificação dos Museus, financiado pelo MC e que se estendeu a todos os museus da Rede¹²⁵. A par disto, foi também desenvolvido um apoio à qualificação do ponto de vista técnico, constituindo-se um serviço de consultadoria que ajudava museus da Rede e exteriores a ela. Através deste apoio pretendeu-se dotar as entidades com maiores carências, de uma maior qualidade, que lhes possibilitasse candidatar-se à Rede.

Ora os moldes de candidatura a este sistema foram sendo esboçados numa ideia de candidatura voluntária, que assentaria num conjunto de pressupostos que coincidissem com a definição de museu, ajustando-se às especificidades de cada entidade. Na fase inicial, a noção adoptada de museu foi a definida pelo ICOM¹²⁶, pela ausência de diploma legal que a apoiasse. Assim, de 2001 a 2004 aplicou-se um regulamento de adesão à Rede, de forma a enquadrar a análise das propostas de candidatura com base nas suas capacidades em cumprir a função social do museu, em conservar e valorizar as colecções, em ser sustentável. A partir deste momento, começaram-se a efectivar as candidaturas, sendo que a Rede encontrou no meio

¹²² Vd. *Actas do Fórum Internacional de Rede de Museus*, 2002; *Roteiro de Museus RPM* [Rede Portuguesa de Museus] 2004 e *Panorama Museológico Português (2000-2003)*, 2004.

¹²³ Salientamos: as comemorações do Dia Internacional dos Museus, o concurso “A Minha Escola Adopta um Museu”, “Domingos em Família nos Museus”, “5^{as} à Noite nos Museus” e os colóquios *Conversas em Rede*.

¹²⁴ Esta base bibliográfica tem o catálogo *online*, disponível no website do Instituto dos Museus e da Conservação, consulta presencial e a possibilidade de empréstimo à distância.

¹²⁵ Estes apoios traduziram-se sobretudo no estudo de colecções; edições de catálogos de exposições e de publicações didácticas; aquisição de equipamento apropriado para reservas; desenvolvimento de oficinas pedagógicas, de projectos educativos; produção de *websites* dos museus. Este programa foi reformulado em 2001 resultando no *ProMuseus* Vd. Despacho Normativo n.º 3/2006.

¹²⁶ *International Council of Museums*.

museológico português grande réplica. A avaliação destas candidaturas era feita pela Estrutura de Projecto, complementada com a análise da documentação e visitas técnicas às instituições proponentes.

5.6 – Base legal: a Lei-quadro dos Museus Portugueses

Porém, a necessidade de uma lei que regulasse o sector museológico português era cada vez mais expressiva, reforçada ainda mais pela actividade da Rede no seu contacto com as diferentes realidades nacionais – a necessidade de uma concertação das instituições.

A partir de 2003, inicia-se, então, um processo de preparação desse diploma através da actividade de uma equipa heterogénea que englobou a Associação Portuguesa de Museologia, a comissão nacional do ICOM¹²⁷, as universidades, os museus nacionais e municipais e a Associação Nacional de Municípios. O documento obteve grande consenso no meio museológico nacional acabando por ser aprovado na Assembleia da República em 2004¹²⁸.

Considerando a redacção dada a este diploma e tendo em linha de conta as características de abertura, reciprocidade e articulação que se pretendiam numa estrutura deste tipo, a noção de Rede foi então definida, em 2004, como um “(...) *sistema organizado, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre museus.*”¹²⁹ (Lei n.º 47/2004: 5390). Todavia, esta definição pecou por ser tardia, dado que a Lei-quadro veio preencher um vazio conceptual, causador de muita polémica em torno desta questão¹³⁰.

¹²⁷ *International Council of Museums.*

¹²⁸ De entre os diversos pontos regulamentares definidos na Lei, determinaram-se pressupostos legais para que uma instituição seja considerada museu, abrindo-se caminho a outra tipologia, a colecção visitável, no sentido de conferir maior rigor à prática museológica.

¹²⁹ A partir desta definição conferiu-se à Rede duas vertentes essenciais: a de ser rede de informação como fonte e estímulo e a vertente física, na tentativa de qualificar equipamentos e articular museus.

¹³⁰ *Vd. Actas do 9.º Encontro Nacional Museologia e Autarquias, 1998:109-117.*

5.7 – O processo de credenciação da Rede Portuguesa de Museus

Uma análise pormenorizada da Lei não coube no âmbito deste trabalho, contudo, ressaltámos dois pontos determinantes deste diploma legal que se referem ao estabelecimento das regras de credenciação de museus e à institucionalização da Rede.

No ponto respeitante à credenciação, salientámos a avaliação e reconhecimento da qualidade técnica dos museus como imperativo para integrarem a Rede. A informação compilada no *Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)* foi um apoio fundamental na elaboração desta Lei, pois sendo fruto do trabalho articulado do Instituto Português de Museus, do Observatório das Actividades Culturais e da Rede Portuguesa de Museus, sistematizou a evolução dos museus nacionais e fez um balanço dos resultados obtidos com a implementação da Rede. A publicação da Lei-quadro veio complementar o processo de candidatura, com a exigência de novos requisitos nomeadamente ao nível da documentação, tais como o regulamento interno, o plano de conservação preventiva, a política de incorporações e o plano de segurança dos museus. Estas e outras alterações ao processo de credenciação foram publicadas no Despacho Normativo n.º 3/2006 de 25 de Janeiro. Há ainda a acrescentar relativamente ao processo de integração na Rede, as alterações impressas pela criação do Conselho Nacional de Cultura.¹³¹

Desta forma, considerando a legislação atrás enunciada o processo iniciar-se-ia com a intenção do museu em obter a certificação, que assim solicitaria um código para preenchimento *online* da candidatura¹³². Após esta primeira fase, seria realizada uma visita técnica à instituição candidata, cuja apreciação resultaria num relatório técnico,

¹³¹ Este órgão, criado pelo Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de Março, no âmbito do Programa de Reforma da Administração Central (PRACE) foi definido como o órgão consultivo do MC, sendo da sua responsabilidade a emissão de “(...) pareceres e recomendações sobre questões relativas à realização dos objectivos de política cultural e propor medidas que julgue necessárias ao seu desenvolvimento, por solicitação do ministro ou dos serviços e organismo do Ministério da Cultura” (Decreto Regulamentar n.º 35/2007: 1933). Na redacção do mesmo diploma definiu-se que “O CNC [Conselho Nacional de Cultura] é um órgão colegial que funciona em plenário e em secções especializadas”. nesta perspectiva, foram cometidos à Secção de Museus e da Conservação e Restauro, um conjunto de instrumentos legislativos necessários à integração de museus na Rede, tais como a proposta de medidas no sentido de estimular e reforçar a cooperação entre os museus, bem como estimular a adopção de uma ética de rigor e de boas práticas na conservação e restauro dos bens culturais móveis e integrados; a emissão de pareceres sobre os pareceres técnicos preliminares à credenciação de museus (Decreto Regulamentar n.º 35/2007: 1937).

¹³² Sempre que solicitado, no decorrer da mesma, o Instituto dos Museus e da Conservação prestava o apoio técnico necessário.

enviado à Secção de Museus do Conselho Nacional de Cultura, que emitiria, por sua vez, um parecer. Estas apreciações seriam depois remetidas ao museu em causa que poderia pronunciar-se sobre o seu conteúdo. Depois destes procedimentos, caberia ao MC decidir acerca da possibilidade de credenciação, tendo em conta as conclusões referidas¹³³.

5.8 – A Rede Portuguesa de Museus: um balanço

A matéria que temos vindo a expor relativamente à institucionalização de um órgão que coordene e certifique os museus portugueses foi alvo de bastante polémica. Primeiro, pela falta de diploma legal que a definisse, e depois, pela avaliação do seu desempenho. Pensámos ser importante fazer um balanço acerca desta entidade e para tal, considerámos o já referido *Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)* (2005) de forma a retirarmos algumas conclusões. Assim, à semelhança do *Inquérito aos Museus em Portugal (2000)*, foi seguida uma política de estudo mais ou menos frequente entre o Instituto Português de Museus e o Observatório das Actividades Culturais, no sentido de se ir monitorizando o meio museológico nacional. Esse trabalho de continuidade resultou também numa avaliação do impacto da própria Rede.

O balanço apresentado prendeu-se com os inquéritos que foram sendo realizados junto das entidades pertencentes à Rede, que resumidamente apontaram com uma avaliação muito positiva: o respeito e a promoção pela diversidade cultural; a recomendação e divulgação de boas práticas museológicas; a promoção da qualificação dos museus, ou seja, linhas de acção relativas ao eixo informação/divulgação. Por outro lado, os pontos com menor sucesso de execução relacionaram-se com os benefícios financeiros; os impactos da acção da Rede Portuguesa de Museus relativamente às condições físicas e ambientais; e a relação com os públicos.

¹³³ Importa ressaltar que no âmbito do Compromisso de Eficiência do governo foi criada a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), que para além de outras, sucedeu nas atribuições do Instituto dos Museus e da Conservação, segundo o Decreto-lei n.º 115/2012 de 25 de Maio. Relativamente à Rede, este diploma definiu que está nas suas funções “(...) *Propor e executar a política museológica nacional, promover a qualificação e credenciação dos museus portugueses, superintender, reforçar e consolidar a Rede Portuguesa de Museus (...)*” (Decreto-lei n.º 115/2012: 2) e “*Fiscalizar o cumprimento, por parte dos museus que integram a Rede Portuguesa de Museus, dos requisitos de credenciação (...)*” (Decreto-lei n.º 115/2012: 3).

Em linhas gerais, também foi possível concluir que ao nível das tutelas, foram os museus autárquicos que mais evidenciaram os pontos positivos e os da administração central e governos regionais os que se mostraram mais insatisfeitos com os resultados da integração na Rede Portuguesa de Museus. Sobre estes resultados seria de maior interesse uma análise mais detalhada, todavia, a extensão deste trabalho não nos permite tal minúcia, ficando a referência bibliográfica para eventual desenvolvimento.

5.8.1 – A questão das parcerias

Numa última análise, deixámos o repto a uma questão que nos pareceu de grande importância no âmbito dos benefícios do funcionamento em rede, trazida à discussão através de Jorge Alves dos Santos (2011), e que se relaciona com as possibilidades em estabelecer parcerias no seio da Rede Portuguesa de Museus ou fora dela, salientando que:

“Relativamente ao papel desempenhado pela RPM [Rede Portuguesa de Museus] em relação à articulação e cooperação entre museus, saliente-se que desde 2001 fica claro que o estímulo e incentivo ao estabelecimento de parcerias entre museus e entre estes e outros agentes da sociedade sempre esteve subentendido na actividade desenvolvida. No estudo realizado pelo OAC [Observatório das Actividades Culturais] em 2005 (...), no inquérito de avaliação aplicado aos museus que integravam a RPM [Rede Portuguesa de Museus] (na altura 114), nos aspectos referentes ao cumprimento dos objectivos da Rede, o alusivo a ‘Motivar ou valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais’, avaliado como satisfatório ou muito satisfatório pela maioria dos museus, foi o que registou a percentagem menos elevada, com 78%.” (Santos, 2011: 6)

Segundo o autor, com o objectivo de avaliar “(...) as dinâmicas das parcerias entre museus realizou-se um inquérito por questionário junto dos 125 museus e palácios integrados na RPM [Rede Portuguesa de Museus] à data de Dezembro de 2008. (...) (Santos, 2011: 61) saindo reforçada a ideia de parceria como um meio importante de articulação e sustentabilidade das instituições culturais, dado que se verifica através da mesma fonte uma tendência para os museus se relacionarem com outros da mesma área geográfica e com o mesmo tipo de colecções ou tutelas.

Considerámos, assim, que a Rede mostrou-se um ambiente propício ao desenvolvimento de parcerias, ainda que estas não se esgotem nela, pois são muitos os exemplos em que se fizeram parcerias com instituições fora da Rede.

Finalmente, o autor refere a importância de, mais uma vez, se definirem conceitos, de se dar continuidade e estimular as parcerias, de incrementar a circulação de colecções alargando a esfera de actuação e desenvolver parcerias nas diversas áreas das funções museológicas, no sentido de rentabilizar recursos e partilhar experiências.

Pelo exposto, salientamos que este será um dos pontos positivos em pertencer à Rede Portuguesa de Museus, nomeadamente no que se refere ao objecto de estudo deste Trabalho de Projecto.

A relevância da preparação do dossiê de candidatura será equacionada no seguinte Capítulo, em articulação com as propostas para a sua formalização, tendo em conta o diagnóstico da unidade museológica em causa, apostando precisamente na possibilidade de estabelecer parcerias, como veículo de sustentabilidade da instituição museológica.

Capítulo 6 – Projecto para candidatura à integração do Museu Municipal de Almeirim na Rede Portuguesa de Museus

6.1 – O Museu Municipal de Almeirim na actualidade

Depois do trabalho desenvolvido nos anteriores capítulos, que visaram, sobretudo, enquadrar e descrever o estudo de caso, interessou-nos nesta fase referir as condições actuais de funcionamento do Museu, numa tentativa de justificar as propostas que adiante expusémos.

Inaugurado em 24 de Março do corrente ano, o Museu deixou de ter, a partir do dia 2 de Janeiro, a técnica superior que até então colaborou com a autarquia nesta secção, satisfazendo de uma forma geral as necessidades do serviço, nomeadamente na fase de concretização do projecto museológico, garantindo a coordenação entre a autarquia e a restante equipa de projecto (da qual também fazia parte) e a preservação do acervo e edifício.

Uma vez que a colaboração resultou, entendemos ser coerente não abandonar o processo, apesar da extinção do vínculo laboral que tínhamos com a autarquia. Desta forma, continuámos ligados ao Museu, após a sua inauguração, em regime de voluntariado, justificando-se esta opção pelo sentido de responsabilidade e profissionalismo que sempre nos guiou.

O nosso papel no Museu, à data da elaboração deste trabalho, prendeu-se com o garante do seu acesso público, mediante o horário proposto pela entidade de tutela em articulação com a nossa disponibilidade.¹³⁴ Gerimos as marcações de visitas, fazemos a recepção e acolhimento aos visitantes e procedemos ao desenvolvimento de visitas acompanhadas, quando solicitadas, numa atitude contínua de zelo pelo acervo e edifício.

Desde a abertura do equipamento municipal, que observámos uma constante procura nas visitas, tanto em grupo - nomeadamente ao nível de escolas, do primeiro e segundo ciclo (no período lectivo); lares da terceira idade e Actividades de Tempos Livres (sobretudo no período de férias), - como individuais, com destaque para os turistas, vindos de outras localidades, que tiveram conhecimento do Museu através da

¹³⁴ O Museu encontra-se aberto das 10.00 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, de terça-feira a sexta-feira.

imprensa local, da publicidade promovida pela Delta Cafés¹³⁵ ou ainda através do blogue do Museu¹³⁶.

A ausência de um vínculo profissional que nos possibilitasse outro tipo de intervenção no contexto museal; a falta de um plano de actividades com vista ao cumprimento das funções museológicas; e a necessidade de um modelo de gestão adequado têm limitado a prossecução daquilo que foi definido para os objectivos do Museu, como unidade viva e dinâmica.

As estratégias que levariam o Museu a cumprir o seu papel social, num movimento de reciprocidade, em que acolheria propostas e as proporiria a outros órgãos sociais e educativos no que concerne à promoção e desenvolvimento de actividades, que incentivassem os públicos a participarem na actividade museológica, nas suas diversas componentes, não têm sido desenvolvidas. Ainda assim, o Museu tem respondido às solicitações que chegam até ele, no âmbito de visitas acompanhadas, como já referimos.

6.2 – Razões para a candidatura à integração na Rede Portuguesa de Museus

Dentro deste quadro situacional e considerando as suas funções comunicativa e educativa fundamentais, para a transmissão pública dos conteúdos e do seu acervo, numa perspectiva de serviço público, verificámos a existência de constrangimentos ao funcionamento adequado desta unidade, sendo pertinente pensarmos em políticas de desenvolvimento e aperfeiçoamento da actividade museológica.

Um planeamento orientado para o futuro e que levasse o Museu a um esforço de aperfeiçoamento do seu compromisso social, levou-nos a equacionar a possível

¹³⁵ Dentro da reconhecida política mecenática e cultural desta empresa, a autarquia solicitou-lhe, no início de Março de 2012, apoio na divulgação do Museu, sendo que durante aproximadamente um mês a referida empresa contemplou nos pacotes de açúcar o logotipo do Museu, concebido pelo Gabinete de Desenho da autarquia que foram sendo distribuídos em território nacional (imagem 6.1).

¹³⁶ Desde Novembro de 2008, temos vindo a desenvolver um blogue dedicado ao Museu, como instrumento de divulgação. Apesar de naquela data, o Museu ainda estar em processo de instalação, entendemos juntamente com a Vereação, conceber um sítio na internet que possibilitasse aos interessados a divulgação do acervo, através da rubrica a “Peça do Mês”. Neste blogue, cuja manutenção é da nossa responsabilidade, foram sendo também divulgadas fotografias das obras conducentes às alterações do espaço físico, necessárias à instalação da exposição permanente, com o intuito de criar alguma curiosidade e expectativa a quem o visualizasse. *Vd.* <http://www.museualmeirim.blogspot.pt/>

integração deste Museu na Rede. Se o encarámos de forma demasiado ambiciosa? Talvez, mas pensámo-lo por constituir uma consolidação do trabalho até aqui desenvolvido, como um objectivo a médio prazo.

A vontade de pertencer à Rede tende a ser entendida como um reconhecimento do valor dos museus, “*tendo em vista a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural, através da observância de padrões de rigor e de qualidade no exercício das funções museológicas*” (Despacho Normativo n.º 3/2006: 603).

No caso de Almeirim, considerámos que esta integração poderia dar maior visibilidade ao Museu e fomentar a cooperação com outras instituições, numa atitude de abertura, evitando um contexto de isolamento e perspectivando a promoção clara e objectiva do acesso à cultura, no âmbito de um museu municipal.

Neste sentido, sugerimos que o Museu direcione a sua actividade no incremento das relações com a comunidade e no cumprimento das funções museológicas, que terão de ser mantidas para que possa, numa fase posterior do processo, ir gozando do estatuto de museu da Rede.

Esta possibilidade de candidatura considerou os objectivos fundamentais da Rede, isto é, a valorização e qualificação de museus descentralizados, bem como a cooperação e articulação entre instituições museológicas, numa reflexão sobre o que poderia ser profícuo para esta entidade museal. Entendemos que a preparação do dossiê de candidatura se mostraria como um desafio na definição de um modelo de gestão sustentável, que garantisse a eficácia do desempenho do Museu.

A partir desta reflexão, pudemos definir seis razões, que em nosso entender, justificam a preparação da candidatura do Museu Municipal de Almeirim no âmbito da Rede Portuguesa de Museus:

- O reconhecimento exterior do valor patrimonial e histórico do Concelho;
- A determinação de uma política museológica e patrimonial de carácter concelhio, apoiada em pressupostos institucionalizados;
- A validação exterior das estratégias e acções desenvolvidas para o alcance dos objectivos;

- A maior visibilidade para o Museu, ao nível nacional e internacional, através dos instrumentos de divulgação da Rede;
- A maior probabilidade do estabelecimento de parcerias, no âmbito e fora da Rede, com vista ao cumprimento das funções museológicas;
- A possibilidade de acesso aos apoios técnicos e financeiros da Rede.

6.3 – Identificação de prioridades para a elaboração da candidatura

Ora, segundo a Lei-quadro dos Museus Portugueses, a credenciação de museus tem na sua essência quatro pontos fundamentais a considerar. Na redacção dada ao Artigo 113.º da mesma Lei,

“A credenciação de um museu depende do preenchimento dos seguintes requisitos: a) Cumprimento das funções museológicas previstas nos artigos 8.º a 43.º da presente lei; b) Existência de recursos humanos e financeiros e instalações contempladas nos artigos 44.º a 51.º; c) Aprovação do regulamento do museu de acordo com o artigo 53.º; d) Garantia do acesso público nos termos previstos nos artigos 54.º a 62.º.” (Lei n.º47/2004: 5391)

Acreditamos ter desenvolvido até aqui, um conjunto de propósitos que suportarão uma candidatura à Rede e que nos levaram a avaliar questões práticas relacionadas com a gestão e concretização dos objectivos estabelecidos.

Os aspectos do enunciado legal entroncam na necessidade da definição de instrumentos que operacionalizem esses objectivos, designadamente no âmbito da definição do plano de actividades, com vista à formulação de propostas para o cumprimento das funções museológicas (correspondente à alínea a), do Artigo 11.º da Lei n.º47/2004) e da definição de alternativas que permitam a sustentabilidade humana do Museu (relacionado com a alínea b) da mesma Lei), defendendo estratégias internas e externas de acção, na observância daqueles dois requisitos de credenciação.

Na perspectiva de conferir uma nova abordagem aos projectos culturais, cada vez mais pertinente no actual panorâma museológico nacional, motivada pelos crescentes entraves económicos e financeiros,

“Os serviços de museu necessitam urgentemente de níveis crescentes de autonomia e descentralização de gestão conferida por um quadro normativo bem delineado – de atribuições e limites – numa perspectiva de dinamização de práticas de administração mais flexíveis, mais directamente ligada às

necessidades quotidianas e aos desafios imediatos dos museus.” (Guerreiro, 2012)¹³⁷.

Defendemos que os modelos de gestão se definam no sentido de se autonomizarem promovendo-se, corroborando Alberto Guerreiro (2012), a “*implementação de regras de descentralização dos serviços mais próximos das figuras de “intendência” do que das de “dependência”*”¹³⁸, estabelecendo-se relações de proximidade, concorrentes a uma maior descentralização organizativa, mais flexível e maleável, adequando-se às necessidades dos equipamentos museológicos, numa lógica de eficiência e sustentabilidade.

6.3.1 – Plano de actividades: instrumento potenciador da função social do Museu

O Regulamento do Museu Municipal de Almeirim contemplou, relativamente às funções museológicas, designadamente no Artigo 8.º, que estas devem ser garantidas pelo responsável do Museu, que segundo o Artigo 7.º do mesmo regulamento, deverá ter formação superior em Museologia.

Admitindo que o plano de actividades se apresenta como ferramenta indispensável à prossecução daquelas funções - partes constituintes da função social da instituição museal - caberá também ao museólogo, segundo o mesmo regulamento, propôr o respectivo plano, que deverá ser transversal a todas as áreas do Museu, em articulação com os objectivos estabelecidos.

Numa tentativa de delinear um plano de actividades consentâneo com os propósitos da entidade e numa lógica de escassez de recursos, implícita no início deste Capítulo, nomeadamente no 6.1, quando abordámos o quadro situacional do Museu na actualidade, organizámos o nosso discurso em subcapítulos, cada um deles relativo às áreas de intervenção, que se traduziram nas funções museológicas expressas na Lei

¹³⁷Vd. http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNC_pt-PTPT357PT357&q=entre+as+tutelas+e+as+comunidades+alberto+guerreiro

¹³⁸Vd. http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNC_pt-PTPT357PT357&q=entre+as+tutelas+e+as+comunidades+alberto+guerreiro

habilitante e que contemplaram em diferentes alíneas: as acções ou actividades a desenvolver; os sujeitos envolvidos em cada proposta; e os objectivos subjacentes.

Sempre que pertinente, relacionámos cada área de actuação à Lei-quadro dos Museus Portugueses e ao regulamento interno do Museu.

6.3.1.1 – Área: Estudo e Investigação

“O estudo e investigação fundamentam as acções no âmbito das restantes funções do museu, designadamente para estabelecer a política de incorporações, identificar e caracterizar os bens culturais incorporados ou incorporáveis e para fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e educação.” (Lei n.º 47/2004: 5380)

Numa perspectiva global, o museu deve potenciar a construção do conhecimento sobre os objectos que conserva (Hernández, 1998: 136) apoiando-se em instrumentos de diversas tipologias, tais como bibliografia, testemunhos orais/entrevistas, fotografias, filmes, numa diversidade de suportes.

6.3.1.1.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Acção: desenvolvimento do estudo dos objectos do acervo, nomeadamente através da identificação da sua função; da sua proveniência; do seu uso pela comunidade local, identificando relações de afectividade, através da recolha de testemunhos orais de antigos proprietários e/ou utilizadores, estimulando a relação entre a comunidade e o acervo do Museu.

Intervenientes: Museu Municipal de Almeirim e instituições de ensino superior sediadas no distrito de Santarém, que apoiem os estudos sobre os objectos, designadamente nas áreas da sociologia, antropologia e comunicação social, que deverão conceber guiões para entrevistas e interpretar os resultados dessas intervenções realizadas na e com a comunidade.

Objectivos: actualizar o estudo e investigação, tendo em conta os testemunhos orais da comunidade local; estabelecer afinidades entre os objectos museológicos para a constituição de colecções no seio do acervo do Museu; promoção e divulgação do

património concelhio; promoção da colaboração entre as instituições, de forma a estabelecer parcerias.

6.3.1.2 – Área: Incorporação

Segundo a Lei n.º 47/2004, no Artigo 12.º, esta função regula a integração de bens culturais nos acervos:

“1 – O museu deve formular e aprovar, ou propor para aprovação da entidade que dependa, uma política de incorporações, definida de acordo com a sua vocação e consubstanciada num programa de actuação que permita imprimir coerência e dar continuidade ao enriquecimento do respectivo acervo de bens culturais.” (Lei n.º47/2004: 5380)

O regulamento interno do Museu Municipal de Almeirim previu uma política de incorporações assente, sobretudo, nas necessidades do acervo no cumprimento da vocação e objectivos do Museu. Acresce ainda como condição na incorporação de novos objectos para o acervo, as condições físicas e técnicas necessárias da instituição na preservação do bem cultural.

6.3.1.2.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Ação: incorporação de bens culturais, que pela sua raridade e bom estado de conservação, possam enriquecer a exposição de longa duração do Museu Municipal de Almeirim. Nesta perspectiva, à semelhança do que aconteceu na fundação deste Museu, poderão ser realizadas acções concretas de sensibilização da população, no sentido de continuarem a doar objectos com pertinência para o programa expositivo. Por outro lado, poderão ser realizadas visitas temáticas em que a comunidade será convidada a falar sobre as suas memórias relativamente àqueles objectos, sob a forma de “Encontros sobre o Património”, onde se discuta este conceito, de modo a promover a sua reflexão junto de um público não especializado.

Intervenientes: Museu Municipal de Almeirim e toda a comunidade.

Objectivos: pôr em prática a política de incorporações definida no regulamento interno do Museu; sensibilizar a comunidade para a questão da preservação do património.

6.3.1.3 – Área: Inventário e Documentação

“1 - Os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objecto de elaboração do correspondente inventário museológico” (Lei n.º 47/2004: 5381)

“O inventário museológico deve ser complementado por registos subsequentes que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processamento e a actividade do museu.” (Lei n.º 47/2004: 5382)

Assim sendo, aos bens culturais deve ser atribuído valor patrimonial tanto pelo que são, como pela informação que lhes está associada. Citando Rosana Nascimento (1994)

“(…) a documentação para a comunicação deve buscar através da pesquisa a historicidade da produção cultural do homem, com seus sistemas de valores, símbolos e significados, as teias de relações estabelecidas entre os homens que criam e recriam objectos no decurso da sua realização histórica” (p. 39).

Neste contexto de museu de comunidade, cuja colaboração pública na constituição do acervo, surgiu também numa lógica de repositório de memórias e afectos, assumimos como fundamental a documentação dos acervos para toda a actividade museológica de conservação, exposição e comunicação, pois com base na reconstituição da história dos objectos, constroem-se as práticas para a sua valorização e preservação.

Um sistema de documentação museológica deverá constituir-se como instrumento prático para a instituição museal, respeitando alguns princípios, designadamente na clareza e exactidão dos dados; na definição clara dos campos de informação; no controle da terminologia, acompanhada de uma normalização, a fim de evitar repetições ou faltas de informação.

6.3.1.3.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Ação: actualização do inventário (através dos projectos no domínio do estudo e investigação) pela constituição de um sistema informatizado que deverá adaptar-se às necessidades de inventariação e especificidades do acervo. Nesta perspectiva, propusémos a aquisição de uma base de dados para inventário e gestão do acervo, que possibilitasse a configuração dos campos a preencher de acordo com o tipo de objectos

a inventariar, bem como uma normalização da terminologia que permita relacionar a informação que vai sendo introduzida.

Intervenientes: Museólogo do Museu Municipal de Almeirim.

Objectivos: dotar o Museu de um sistema informático bem elaborado, tornando-o numa ferramenta de gestão para a equipa do Museu e para todos aqueles que demonstrem interesse no seu acervo.

6.3.1.4 – Área: Conservação e Restauro

“1 - O museu conserva todos os bens culturais nele incorporados” (Lei n.º 47/2004: 5382)

“ 1 – A conservação dos bens culturais incorporados obedece a normas e procedimentos de conservação preventiva elaborados por cada museu.” (Lei n.º 47/2004: 5382)

Entendemos ser uma das áreas mais específicas dentro das funções museológicas, pelas ressalvas impressas na Lei-quadro relativamente a esta matéria, nomeadamente no Artigo 31.º que passámos a citar:

“1- A conservação e o restauro de bens culturais incorporados ou depositados no museu só podem ser realizados por técnicos de qualificação legalmente reconhecida, quer integrem o pessoal do museu, quer sejam especialmente contratados para o efeito.” (Lei n.º 47/2004: 5383)

6.3.1.4.1 – Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Acção: intervenções de limpeza em diversos bens culturais, nomeadamente nos objectos que revelam maiores danos (alfaias agrícolas que integram metal).

Intervenientes: Museu Municipal de Almeirim e Instituto Politécnico de Tomar, através da formalização do protocolo de colaboração no âmbito da conservação e restauro de bens culturais e no domínio da formação, investigação e divulgação.

Objectivos: conferir maior estabilidade físico-química aos bens culturais em risco; corrigir sinais que possam perturbar a leitura dos objectos museológicos; implementar uma estratégia de monitorização e controlo ambiental; prever o crescimento do acervo

em reserva técnica, estabelecendo normas de acondicionamento para estes espaços; implementar um plano de conservação preventiva.

6.3.1.5 – Área: Segurança

“1 – O museu deve dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a protecção e a integridade dos bens culturais nele incorporados, bem como dos visitantes, do respectivo pessoal e das instalações.” (Lei n.º 47/2004: 5383)

Da mesma forma, reconhecemos que os bens culturais se encontram à mercê de uma série de riscos que deverão ser evitados. Falamos de meios físicos, mecânicos e electrónicos que visem a minimização das probabilidades de furto ou vandalismo dos objectos (Hernández, 1998: 251).

Os procedimentos enunciados na Lei-quadro, no domínio da segurança dos acervos prendem-se, sobretudo, com a definição de um plano de segurança e com as restrições de objectos à entrada. No regulamento interno do estudo de caso, estão contemplados estes aspectos, especificamente no Artigo 15.º, que proíbe a entrada de equipamento de vídeo ou fotográfico sem prévia autorização; a entrada de pessoas com malas ou objectos de grandes dimensões, susceptíveis de causar danos nos equipamentos ou objectos.

6.3.1.5.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Ação: promover sessões de sensibilização patrimonial – com o apoio das forças de segurança - alertando e transmitindo procedimentos que sejam seguros para os acervos e equipamentos, formando e informando os diferentes tipos de públicos, com a dupla intenção de responder às exigências de lazer e fruição da sociedade de consumo, numa atitude consentânea com as características dos espaços e exposições. Estas sessões seriam veículos úteis na valorização do acervo junto de outras entidades/parceiros, numa perspectiva de aquisição de equipamentos de segurança para o Museu (angariação de mecenato).

Intervenientes: Museu Municipal de Almeirim, forças de segurança e públicos diversificados.

Objectivos: protecção do acervo e espaços do museu numa lógica de minimização de riscos; definição de um plano de segurança (com a colaboração da Guarda Nacional Republicana e Bombeiros Voluntários de Almeirim); instalação de alarme contra roubo e incêndios; incentivar à atitude cívica dos públicos no domínio da protecção do património, identificando comportamentos suspeitos ou de risco.

6.3.1.6 – Interpretação e exposição

“1 – A interpretação e a exposição constituem as formas de dar a conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu de forma a propiciar o seu acesso pelo público.

2 – O museu utiliza, sempre que possível, novas tecnologias de comunicação e informação, designadamente a Internet, na divulgação dos bens culturais e das suas iniciativas.” (Lei n.º47/2004: 5384)

Segundo Francisca Hernández (1998), os objectos podem não ser, por si só, veículos de comunicação óbvios e imediatos. A comunicação possui assim uma gradação que varia segundo o tipo de públicos, possuidores de diferentes motivações, faixas etárias, nível cultural, etc. (p. 202).

Na constituição de uma exposição deverão ser equacionados o tipo de objectos a expôr, avaliando-se a sua representatividade em determinado conteúdo.

Sempre que necessário o discurso expositivo deverá ser complementado com os suportes necessários à melhoria do poder comunicativo da exposição, dado que a eficácia da mesma depende disso mesmo.

6.3.1.6.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Acção: organização de visitas acompanhadas a diferentes tipos de público (infantil-juvenil, adulto e com deficiência). Relativamente ao público com necessidades especiais, o Museu procurará uma abordagem específica, de acordo com as orientações das técnicas de ensino especial do Centro de Recuperação Infantil de Almeirim (CRIAL). Elaboração de catálogos sobre o acervo; desenvolvimento de exposições itinerantes a deslocar para as diferentes escolas do primeiro ciclo do Concelho, sob diversas temáticas, tendo em consideração as existências. Neste âmbito, propusémos

uma primeira exposição sobre brinquedos antigos, em que seriam mostrados objectos do Museu e angariados outros junto da comunidade, consoante as necessidades de representação.

Intervenientes: Museu, CRIAL (técnicos e utentes) e agrupamentos de escolas do Concelho.

Objectivos: identificar as deficiências de comunicação ao nível da documentação de apoio, da sinalética e da identificação dos objectos, designadamente no domínio de públicos com necessidades especiais; desenvolver a prática de exposições itinerantes; divulgação do acervo, sensibilizando e estimulando o estudo técnico de objectos seleccionados do património municipal.

6.3.1.7 – Área: Educação

No domínio da componente educativa o museu deverá desenvolver *“de forma sistemática programas de mediação cultural e actividades educativas que contribuam para o acesso ao património cultural e às manifestações culturais”* (Lei n.º 47/2004: 5384), tendo como fim a educação e a intervenção activa da comunidade, numa perspectiva de angariação de públicos diversos, em articulação com políticas específicas, de acordo com o tipo de público que se pretende captar e educar (juventude, família, turismo, público com necessidades especiais), de forma socialmente descomprometida.

Do desenvolvimento desta área dependerá a vitalidade e diversidade cultural, pois as entidades culturais são cada vez mais instrumentos *“fundamentais para a construção das representações e identidades das comunidades.”* (Barriga e Silva, 2007: 9) Citando novamente as autoras, *“É justamente nesta zona de cruzamento entre o lazer e a aprendizagem que residem alguns dos espaços mais promissores para o desenvolvimento de novos paradigmas de actuação (...).”* (Barriga e Silva, 2007: 9) e será nesta articulação que a componente educativa dos museus deve assentar os seus propósitos.

6.3.1.7.1 - Proposta no âmbito do Plano de Actividades

Acções: promover diálogos intergeracionais em que os mais novos questionarão os mais velhos sobre a história dos objectos; reconstituir de forma animada a presença da Corte em Almeirim, utilizando os desenhos das crianças, sob o tema “Almeirim aos quadradinhos”; estimular encontros em que estes públicos mais novos contem aos mais velhos estas “histórias”, numa lógica em que serão as gerações mais novas, os transmissores de informação; explorar a vertente artística e cognitiva das crianças no desenho de objectos do acervo, que poderão constituir a *posteriori* elementos para a realização de uma exposição intitulada “Um olhar sobre o acervo do Museu”. Nesta área de intervenção sugerimos a comemoração anual de datas importantes para o Concelho, para os Museus e para o Património, nomeadamente o dia de elevação de Almeirim a cidade (20 de Junho), o dia Internacional dos Museus (18 de Maio) e o aniversário do Museu (24 de Março), para dar alguns exemplos.

Intervenientes: Museu Municipal de Almeirim e públicos diversificados.

Objectivos: promover uma aproximação fácil e lúdica ao público infantil; incentivar a participação e responsabilização da sociedade civil na valorização do património histórico-cultural; integrar o Museu e o programa museológico em projectos de desenvolvimento cultural e na sedimentação da memória colectiva das populações; criação de hábitos comemorativos em datas específicas.

6.3.2 – Recursos humanos: instrumento fundamental da actividade museológica

A lei-quadro insiste na obrigatoriedade da existência de um director/coordenador que para além de representar a entidade, assegure o cumprimento das diversas funções museológicas (Lei n.º47/2004: 5384). Reitera também que para além da presença daquela personalidade, seja assegurada a existência de pessoal habilitado para o bom desempenho interno e externo do museu.

Tratando-se de um museu de tutela municipal, no nosso entender, outras possibilidades se equacionam, nomeadamente na proximidade e na polivalência dos serviços. Nesta perspectiva, entendemos que o conceito de rede se deverá iniciar dentro

da mesma tutela. Dado que a autarquia possui já um quadro de pessoal definido, será dentro dessa disponibilidade humana que se deverão operacionalizar os recursos.

A constituição de novos quadros de pessoal para os museus, designadamente museus de dependência autárquica, será uma tendência cada vez mais ultrapassada. Para além dos encargos orçamentais que isso acarreta e enquanto unidades administrativas com orçamentos limitados, entendemos que as autarquias tenderão a organizar a sua gestão cada vez mais num sistema de rede.

Todas as propostas enunciadas no âmbito de actividades a desenvolver pelo Museu pretenderam ser exequíveis, considerando precisamente esse potencial humano residente. Falamos dos técnicos superiores da área da Educação, Turismo e Animação Cultural, que poderão desempenhar o seu conteúdo funcional na satisfação das necessidades técnicas do equipamento municipal em questão.

Cada vez mais plasmada no debate público, a questão da sustentabilidade dos museus e os crescentes limites ao seu compromisso social, por lhes estarem associadas práticas dispendiosas, concorrem para uma lógica do estabelecimento de redes de colaboração. Ora, neste sentido, o museólogo deverá socorrer-se dos recursos da tutela para as necessidades permanentes do Museu.

Desta forma, propusémos uma organização dos serviços numa tabela (tabela 1), a partir dos recursos humanos da autarquia, indispensáveis no cumprimento do plano de actividades atrás apresentado, acautelando-se desde já outro tipo de necessidades.

Tabela 1 – Distribuição do mapa de pessoal da autarquia no serviço do Museu Municipal de Almeirim.

Cargo ou Área do quadro de pessoal da autarquia	Tipo de vínculo ao Município	Funções a desempenhar no Museu
Técnico Superior de Museologia	Posto de trabalho previsto no mapa de Pessoal da Autarquia a preencher.	Realizar e coordenar os trabalhos de inventariação, investigação, estudo, exposição, divulgação, organização do património, educação e conservação e restauro. Coordenar de todo o sector do Museu dentro do quadro da autarquia.
Técnico Superior de Animação Cultural	Nomeação Definitiva	Executar tarefas na área do Sector Educativo e na comunicação do património cultural, programando actividades e formas de divulgação dos bens culturais.
Técnico Superior de Educação Social	Nomeação Definitiva	Promover a equidade e acesso universal à Educação a todas as crianças e jovens do município; propor actividades às escolas no âmbito de acções sócio-educativas inseridos nos objectivos do Museu.
Técnico Superior de Turismo	Nomeação Definitiva	Conceber estratégias para divulgação do património, nomeadamente nas redes turísticas, no sentido de dar projecção ao Museu.
Divisão de ambiente e obras	Nomeação Definitiva	Executar, sob orientação do técnico superior de museologia e da instituição de ensino ao abrigo de protocolo, de trabalhos diversos nas áreas de montagem de exposições, na manutenção e limpeza dos equipamentos e nas áreas da conservação dos bens museológicos.
Divisão de apoio à gestão – Recursos humanos	Nomeação Definitiva	Executar todo o processo administrativo relativo às várias áreas de actividade, elaborando informações, redigindo ofícios, registando e classificando expediente.
Divisão de apoio à gestão - Informática	Nomeação Definitiva	Implementar os serviços informáticos de apoio e manutenção dos mesmos.
Divisão Sócio-Cultural	Nomeação Definitiva	Apoiar a gestão, salvaguarda, conservação, estudo, apresentação, promoção, divulgação do património; apoiar à coordenação das actividades museológicas e culturais; cooperar com as escolas e com todas as instituições de carácter cultural em articulação com os objectivos do museu.

A tutela, neste caso, a Câmara Municipal de Almeirim, será em termos operativos, o gestor de um sistema de responsabilidades e competências que permitirão a sustentabilidade humana e até financeira dos projectos. Confirmando o que atrás se disse, vejamos:

“Decorre que os museus são obrigados a um esforço suplementar de gestão corrente dos serviços para fazer frente a metas programáticas de forma a compensar ou suprimir lacunas importantes no cumprimento do regular funcionamento da sua identidade”. (Guerreiro, 2012)¹³⁹

Este projecto em rede, poderá também reunir as condições mais apelativas para a angariação de parceiros financeiros e/ou patrocinadores.

Esta forma de rentabilização dos recursos humanos prevê uma melhoria das condições de execução dos projectos estruturantes, permitindo a criação de interdependências dos elementos que formarão esta rede de serviços, que numa estrutura de movimento horizontal, pretenderão ser vigorosas, uma vez que uma organização em pirâmide perderá seguramente a sua eficácia.

¹³⁹http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNC_pt-PTPT357PT357&q=entre+as+tutelas+e+as+comunidades+alberto+guerreiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se o museu uma instituição com um tipo de organização específica, centrando muito a sua actividade nas colecções nela integradas. Numa sociedade cada vez mais competitiva, os museus deverão oferecer aos públicos, cada vez mais exigentes, novos modelos de apresentação dos seus projectos culturais, bem como encontrar novas formas de gestão que os tornem sustentáveis (Hooper-Greenhill, 1993: 55-60).

Para além de considerarmos os museus como elementos fundamentais de preservação do património, salientamos também o museu como instrumento transmissor de informação, que assume diversas formas segundo os seus objectivos. Nesta lógica de heterogeneidade de formas de comunicação e de desempenho das funções museológicas, considerámos ter existido desde cedo e durante longos anos, no cenário museológico nacional, uma falta de articulação e de avaliação dessas diversas práticas, muitas das vezes com finalidades muito próximas.

A nossa experiência profissional ligada ao projecto do Museu Municipal de Almeirim e a nossa proposta em abordar este estudo de caso numa perspectiva de integração na Rede Portuguesa de Museus, fez-nos iniciar um estudo histórico e teórico sobre o mesmo, que fomos desenvolvendo ao longo de todo o trabalho.

Em nossa opinião, a Rede deu o seu maior contributo na definição de parâmetros comuns no propósito de uma gestão integrada de rede. Esta gestão ajuda a que exista por um lado, uma melhoria qualitativa e uma maior participação das instituições culturais nos projectos por vezes comuns, quer pela transversalidade de objectivos, quer pelas tipologias de colecções, etc., e por outro, uma aproximação do colectivo às instituições, num reflexo óbvio da sociedade em constante mutação, que obriga à aplicação das práticas museológicas associadas à nova museologia. Isto concorre para um projecto global, com princípios e estratégias definidos e para uma execução pluralista das práticas museológicas. Segundo a comunidade que constrói a própria rede, são estabelecidos diversos modelos de gestão, segundo as características de cada unidade.

A realidade museológica actual, de escassez de recursos, de contenção financeira e de dificuldades na gestão dos museus, que afectam o desempenho das instituições museológicas, faz com que pensemos cada vez mais na constituição de sistemas em

rede, mais dinâmicos. Estes sistemas devem representar para as instituições museológicas uma linha de ajuda, de cooperação e articulação entre serviços de um mesmo território ou de uma mesma tutela. Defendemos a constituição de redes que sustentam outras redes, no sentido de serem o suporte daquilo a que os museus se propõem. A título de exemplo, podemos referir a Rede de Museus do Algarve, que vem funcionando como um sistema de entreajuda, de reflexão acerca das necessidades dos museus de um determinado território. Assim, este sistema promove uma rede entre diversas unidades que falam entre si, que se autonomizam dentro de um circuito, mas que se complementam do ponto de vista dos percursos turísticos que constituem. Para além disto, a promoção do debate, da troca de ideias, conduz a que haja já uma reflexão de como deveria funcionar uma verdadeira cooperação entre estas diversas unidades, funcionando não de forma vertical, em que existe uma entidade certificadora, que regula, orienta, coordena, mas antes uma rede em que todos os museus estejam ao mesmo nível, se entreajudem.

No seio dos museus territorialmente dispersos, existe cada vez mais a ideia de que se deverão desenvolver redes de museus do mesmo território, de forma a descentralizar os recursos, operacionalizando-os. A propósito deste tipo de redes de museus, é importante referir, que existe já uma iniciativa do Fórum Ribatejo¹⁴⁰ e da Associação Portuguesa de Museologia, no sentido de se começar a esboçar um sistema de cooperação deste género para os museus do Ribatejo, no âmbito do Ano Internacional da Museologia. O 1.º Encontro de Museus do Ribatejo, no qual o Museu Municipal de Almeirim participou, teve a sua primeira sessão no dia 14 de Maio de 2012 no Município de Abrantes e os principais objectivos foram: conhecer os museus do Ribatejo; reflectir sobre a problemática dos museus deste território; definir formas de cooperação entre os diferentes museus e explorar formas de rentabilizar a acção dos museus. Ao avaliarmos as vantagens de constituir uma rede de museus do Ribatejo, fica evidente que estas seriam de algum valor, nomeadamente para os museus municipais, que são a sua maioria neste território.

No caso de Almeirim, o Museu pretende atractivo, polivalente, activo e acima de tudo reconhecido na articulação dos seus objectivos com a sua função social, pois só

¹⁴⁰ Plataforma constituída por diversos agentes culturais, nomeadamente, professores, directores de museus, associações de defesa do património, associações culturais, técnicos culturais e investigadores que pretende divulgar e promover a cultura ribatejana.

assim se justifica a sua existência e só desta forma conseguirá despertar questões e contribuir para o enriquecimento cultural e social da comunidade em que está envolvido com o estabelecimento de sinergias.

Foi na ambição de o tornar sustentável e sustentado, que elaborámos este trabalho de projecto, no sentido de testar as próprias capacidades do Museu em ir superando aquilo que à partida poderia parecer intransponível. As propostas apresentadas residiram na ambição de eficácia do Museu que almeja ser uma referência no panorama dos museus da região, traçando propostas que proporcionam a criação de outras formas de colaboração, que muitas vezes, extravasam as paredes do Museu/tutela, utilizando para isso uma proposta de integração na Rede Portuguesa de Museus.

Porém, no caso de Almeirim, para além da definição de parcerias, defendemos uma maior flexibilização da gestão nos serviços da tutela, nomeadamente no que se relaciona com os recursos humanos. A nossa experiência no terreno tem-nos revelado que no modelo de museus municipais, as mais-valias ao nível dos recursos são imensas, pela existência prévia de quadros de pessoal com áreas de actuação muito variadas, bem como pela proximidade dos serviços que observamos notória no caso de Almeirim.

Para além do funcionamento em rede que propomos para a tutela e que deverá ser posto ao serviço do museu, salientamos que a lógica comunitária em que esta tipologia de museu se insere que pode e deve alimentar um crescente envolvimento da comunidade, em que ela própria potencia o papel social do museu, passando também a ser um suporte e uma justificação para a actividades museológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. (1996). “*Documento preparatório para uma lei de bases do sistema museológico português*”, in *Boletim APOM*, IIª Série, n.º3 (especial), Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia.

AA.VV. (2000). Documento Programático da Rede Portuguesa de Museus. [s.l.]: [s. n.].

Acta n.º16 da Assembleia Municipal de Almeirim, Quadriénio 2005/2009, pp. 9-10.

Agren, Per-Uno (2002). “*Reflexões sobre a Rede Portuguesa de Museus*”, in AA.VV., Actas do Fórum Internacional de Redes de Museus. Lisboa: Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.

Alarcão, Jorge [et al.] (1990). Nova História de Portugal – Das Origens à Romanização. Lisboa: Editorial Presença.

Almeida, Pedro Vieira (coord.) (1986). História da Arte em Portugal: a arquitectura moderna, Volume 14. Lisboa: Alfa.

Arruda, A. M. [et al.] (2002). De Scallabis a Santarém. [s.l.]: [s. n.].

Arruda, A. M. (2005). “*O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século*”, in O Arqueólogo Português, Série 4 (23), pp. 9-156.

Barriga, Sara; Silva, Susana Gomes da (2007). Serviços Educativos na Cultura, n.º2. Porto: Setepés.

Bruno, Cristina (1996). *“Museologia e Comunicação”*. Cadernos de Sociomuseologia, n.º9. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Camacho, Clara [et al.] (2001). Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus. Lisboa: Instituto Português de Museus/ Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus.

Capra, Fritjof (1996). A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, pp. 77-78.

Castells, Manuel (2000). A Sociedade em Rede. São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 98.

Cláudio, António (2009). Conhecer Almeirim – Cadernos Culturais 3. Almeirim: Câmara Municipal de Almeirim.

Costa, M. M. (1996). Museus e Educação – Contributo para a História e para a Reflexão sobre a Função Educativa dos Museus em Portugal. Tese de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Couto, Guilherme Tiago do (1991). Breve Notícia de Almeirim – 1859. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do concelho de Almeirim.

Custódio, Jorge; Rodrigues, Elias (1990). *“Caracterização dos aglomerados urbanos: relatório 6”*, in Almeirim – origem e evolução urbana, Estudos Prévios, Plano Director Municipal de Almeirim, Volume 1. Almeirim: Câmara Municipal de Almeirim.

Custódio, Jorge (2002). “*O Tejo e Santarém*”, in De Scallabis a Santarém. [s.l.]: [s.n.].

Id. (2008). Almeirim/Cronologia. Alpiarça: Câmara Municipal de Almeirim/Edições Cosmos.

Dias, Jorge (1963). “*A Etnografia como Ciência*”, in Revista de Etnografia. Porto: Junta Distrital do Porto, n.º1 Julho, pp. 7-15.

Dias, Nélia (ed.) (1997). Roteiro de Museus: colecções etnográficas – Lisboa e Vale do Tejo. Lisboa : Olhapim.

Fabião, Carlos (1992). “*O Passado Proto-Histórico e Romano*”, in Mattoso, José [*et al.*], História de Portugal – Antes de Portugal, Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores.

Fernández, Luis Alonso (1999). Introducción a la nueva museología. Madrid: Alianza Editorial.

Ferreira, Maria Teresa Gomes (1979). “*Museus para Quem?*” - *Panorama Museológico Português, Carências e Potencialidades*, in Actas do Colóquio APOM/76. Lisboa: APOM, pp. 45-50.

Filipe, Maria da Graça (2000). O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999). Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Góis, Damião de, (1909). Crónica d’el-rei Dom Manuel. Lisboa: [s.n.].

Gouveia, Henrique Coutinho (1985) *“Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais de século XX ao Regime do Estado Novo”*, in Bibliotecas, Arquivos e Museus, Volume 1, n.º1. Lisboa, pp.147-184.

Guerra, M. J. Júlio Guerra (1861). Estudos Chorographicos, physicos e hydrographicos da bacia do rio Tejo compreendida no reino de Portugal acompanhados de projectos e descripção das obras tendentes ao melhoramento da navegação d’este rio e protecção dos campos adjacentes. Lisboa: Imprensa Nacional.

Hernández, Francisca Hernández (1998). Manual de Museología. Madrid: Editorial Síntesis.

Id. (2006). Plantamientos teóricos de la museología. Gijón: Ediciones Trea.

Henriques, Eurico Manuel Lopes (1989). Absolutistas e Liberais em Almeirim. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

Henriques, Raquel Pereira (1990). António Ferro – estudo e antologia. Lisboa: Alfa.

Hooper-Greenhill, Eilean (1993), Museums and their visitors. London: Routledge, pp. 55-60.

Kennedy, Hugh (1999). Os muçulmanos na Península Ibérica: história política do Al-Andaluz. Mem Martins: Europa-América.

Lameiras-Campagnolo, Maria Olímpia; Camapagnolo, Henri (2002). *“O conceito de ‘Rede’: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades*

museológicas portuguesas”, in AA.VV., Actas Fórum Internacional de Redes de Museus. Lisboa: Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus.

Lira, Sérgio (1997). “*Linhas de força da legislação portuguesa relativa a museus para os meados do século XX: os museus e o discurso político*”. Comunicação apresentada no V Colóquio Galego de Museus. Melide, 20 a 22 de Novembro.

Disponível em:

<http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/comunicacaoovcoloquiogaledemuseus.htm>

Id. (2002). Museums and Temporary Exhibitions as means of propaganda: the Portuguese case during the Estado Novo. Tese de Doutoramento. University of Leicester.

Lopes, Fernão, (1983). Crónica de D. João I. Porto: Civilização.

Mayrand, Pierre (1985). “*The New Museology Proclaimed*”, in Museum, Volume 31, n.º 4, pp.200-201.

Mattoso, José [et al.], (1992). “*A Época Sueva e Visigótica*”, in História de Portugal – Antes de Portugal, Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores.

Id. (1993). História de Portugal – O Liberalismo, Volume 5. Lisboa: Círculo de Leitores.

Mensch, Peter van (1988). “*Museologie et Musées*”, in Nouvelles de l’COM, n.º3, Volume 41, Paris.

Moutinho, Mário (1989). “*Museus e Sociedade*”, in Cadernos de Património 5. Monte Redondo: Museu Etnológico de Monte Redondo.

Nabais, António (1985). *“Le développement des écomusées au Portugal”*, in Museum International, n.º 148. Paris: UNESCO, pp. 211-216.

Nascimento, Rosana (1994). *“Documentação museológica e comunicação”*, in Cadernos de Sociomuseologia, n.º3. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Neves, José Soares; Santos, Jorge Alves dos (2006). *“Aspectos da Evolução dos Museus em Portugal no período 2000-2005”*, in Boletim RPM, n.º21. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Disponível em:

www.oac.pt/pdfs/OAC_Museus%20em%20Portugal_2000-2005.pdf

Ó, Jorge Ramos do (1990). O Lugar de Salazar – estudo e antologia. Lisboa: Alfa.

Id. (1993). O dispositivo cultural nos anos da Política do Espírito (1933-1949). Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Pereira, Fernando António [et al.] (1998), Actas do 9º Encontro Nacional Museologia e Autarquias, Loures: Câmara Municipal de Loures, pp. 109-276.

Pereira, Paulo (ed.) (1995). História da Arte Portuguesa, Volume 1. Lisboa : Círculo de Leitores.

Pessoa, Fernando (2001). Reflexões sobre ecomuseologia. Porto: Edições Afrontamento.

Pimenta, João; Henriques, Eurico (2012). O Acampamento Romano do Alto dos Cacos – Almeirim. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural de Almeirim.

Pimentel, Cristina (2005). O sistema museológico português (1833-1991) – em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Quinteira, A. J. F. (1998). “*Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim)*”, in Conímbriga, n.º37. Coimbra: Instituto de Arqueologia - Faculdade de Letras, pp. 151-183.

Relatório e Contas da Gerência de 1946 (1947). Almeirim: Casa do Povo de Almeirim.

Ribeiro, Orlando (1987). Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando (1991). Opúsculos geográficos - o mundo rural, Volume 4. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rivière, Georges Henri (1989). La Muséologie selon Georges Henri Rivière – Cours de Muséologie/Textes et témoignages. Paris: Dunod.

Rosas, Fernando (1994), “*Saber durar (1926-1949)* ”, in Mattoso, José [et al.] História de Portugal – O Estado Novo (1926-1974), Volume 7. Lisboa: Círculo de Leitores.

Santos, Jorge Alves (2011). “*A parceria como forma de articulação dos museus da rede Portuguesa de Museus*”, in Museologia.pt, n.º5. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

Santos, Maria Célia (2002). “*Reflexões sobre Nova Museologia*”. Cadernos de Sociomuseologia, n.º18. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, pp. 87-132.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos [et. al.] (2005). O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais e Instituto Português de Museus/ Rede Portuguesa de Museus.

Santos, Rui Afonso (1995) “*O design e a decoração em Portugal, 1900-1994*”, in Pereira, Paulo (coord.) História da Arte em Portugal, Volume 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 437-505.

Silva, Raquel Henriques da [et al]. (2000). Inquérito aos Museus em Portugal (2000). [s. l.]: Instituto Português de Museus / Observatório das Actividades Culturais.

Silva, Raquel Henriques da (2002) “*Os museus: Histórias e prospectiva*”, in Pernes, Fernando (coord.), Século XX. Panorama da cultura portuguesa, Volume 3. Porto: Edições Afrontamento/Sociedade Porto 2001/Fundação de Serralves, pp. 65-108.

Silva, Sandra (2007). Almeirim – No Coração da Lezíria. Penamacor: Héstia Editores.

Teruggi, Mario E. (1973), “*The Round Table of Santiago*”, in Museum, Volume 25, n.º3, pp. 129-133.

Torres, Cláudio (1992), “O Garb-Al-Andaluz”, in Mattoso, José [et al.] História de Portugal – Antes de Portugal, Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores.

Varine, Hughes de, (1990). “*L’ecomusée (1978)*”, in Vagues, une antologie de la nouvelle museologie, Volume 1. Savingny-le-Temple: MNES, Editions W. pp. 446-487.

Id. (2000). “*O Ecomuseu*”, in Revista Ciências & Letras, n.º27, Porto Alegre:[s.n.], pp. 61-90.

Vasconcelos, Frazão de (1965). Subsídios para a história da vida de Almeirim. Lisboa: o Mundo do Livro.

Vermelho, José A. (1935). Monografia de Almeirim. Almeirim: Edição do Autor.

Id. (1950). Esta Almeirim famosa: esboço monográfico. Almeirim: Edição: Comissão Municipal de Arte e Turismo.

Id. (1951). Al-Meirim – Velharias desta Vila Tão Mui Nobre. Porto: Tipografia da Livraria Simões Lopes.

Id. (1952). Almeirim e a magnificência de uma das suas melhores obras sociais. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.

Id. (1953). Almeirim – Sintra de Inverno porquê, de ti enamorados? Edição do Autor;

Id. (1954). Panorâmica dum famoso bocado ribatejano. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim

Id. (1955). Na margem esquerda do Tejo... - a régia Almeirim!. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.

Id. (1960). O folclore e a sua projecção. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.

Id. (1962). Do Passado e do Presente. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim;

Id. (1968). Museu etnográfico da Casa do Povo: todos os dias a qualquer hora. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.

Id. (1978). A terra onde vivemos. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.

FONTES – LEGISLAÇÃO

Decreto-lei n.º20 985 de 7 de Março de 1932.

Sumário: estabelece as zonas de protecção de imóveis classificados como monumentos nacionais e imóveis de interesse público.

Decreto-lei n.º46 758 de 18 de Dezembro de 1965.

Sumário: Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.

Decreto-lei n.º185/85 de 29 de Maio.

Sumário: Extingue a Junta Central das Casas do Povo e revoga o Decreto-Lei n.º392/80, de 24 de Setembro.

Lei n.º9/89 de 2 de Maio.

Sumário: Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Decreto-lei n.º278/91 de 9 de Agosto.

Sumário: Cria o Instituto Português de Museus.

Decreto-lei n.º161/97 de 26 de Junho.

Sumário: Aprova a orgânica do Instituto Português de Museus, do Ministério da Cultura.

Decreto-lei n.º123/97 de 22 de Maio;

Sumário: Torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

Resolução do Conselho de Ministros n.º96/99 de 26 de Agosto.

Sumário: Cria a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação e aprova o respectivo documento orientador.

Resolução do Conselho de Ministros n.º97/99 de 26 de Agosto.

Sumário: Estabelece regras relativas à acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos conteúdos de organismos públicos na Internet.

Decreto-lei n.º 398/99 de 13 de Outubro.

Sumário: Altera o Decreto-Lei n.º161/97, de 26 de Junho, que aprova a orgânica do Instituto Português de Museus.

Despacho Conjunto n.º 616/2000 de 17 de Maio.

Sumário: Cria uma estrutura de projecto, denominado "rede portuguesa de museus" (RPM) que funciona na dependência directa do Instituto Português de Museus e define a sua composição e atribuições.

Lei n.º107/2001 de 8 de Setembro.

Sumário: Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Resolução do Conselho de Ministros n.º110/2003 de 12 de Agosto.

Sumário: Aprova o Programa Nacional para a Participação dos Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação.

Lei n.º47/2004 de 19 de Agosto.

Sumário: Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Despacho Normativo n.º3/2006.

Sumário: Aprovação do Formulário de candidatura à credenciação de museus, da documentação obrigatória e das instruções de preenchimento.

Decreto Regulamentar n.º35/2007 de 29 de Março.

Sumário: Aprova a orgânica do Conselho Nacional de Cultura.

Decreto-lei n.º115/2012 de 25 de Maio.

Sumário: Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural.

FONTES EM LINHA

http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx

<http://icom.museum/>

<http://www.apom.pt/pagina,106,107.aspx>.

<http://maps.google.pt/>

<http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF->

[8&rlz=1T4SUNC_pt-](http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNC_pt-)

[PTPT357PT357&q=entre+as+tutelas+e+as+comunidades+alberto+guerreiro](http://www.google.pt/search?sourceid=navclient&hl=pt-PT&ie=UTF-8&rlz=1T4SUNC_pt-PTPT357PT357&q=entre+as+tutelas+e+as+comunidades+alberto+guerreiro)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição do mapa de pessoal da autarquia no serviço do Museu Municipal de Almeirim	97
---	----

ANEXOS

ANEXOS AO CAPÍTULO 2

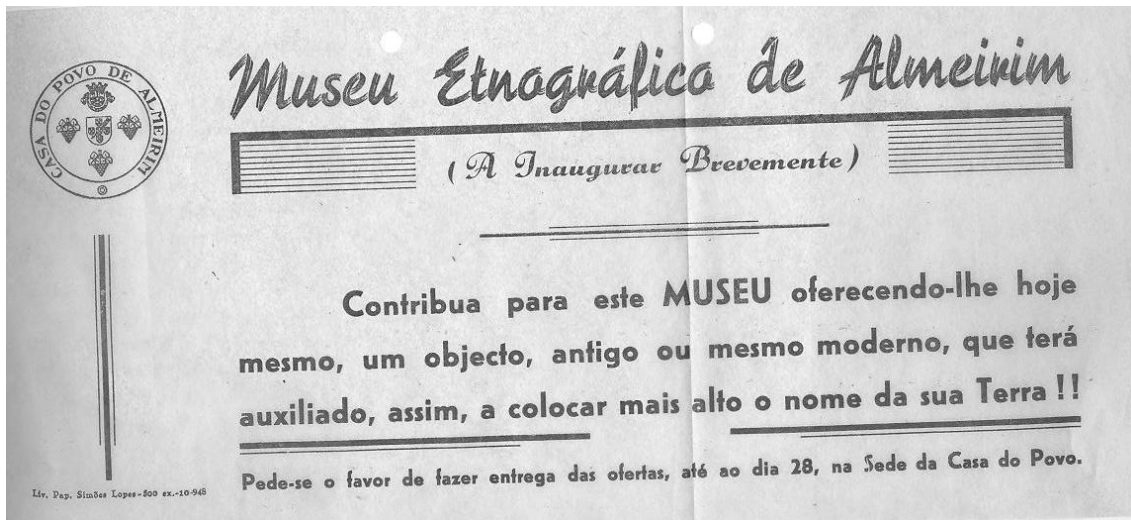


Figura 2.1 - Folheto de apelo à angariação de objectos para a constituição do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim.

Fundo Documental da Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, Almeirim.

© Marta Milheiro.

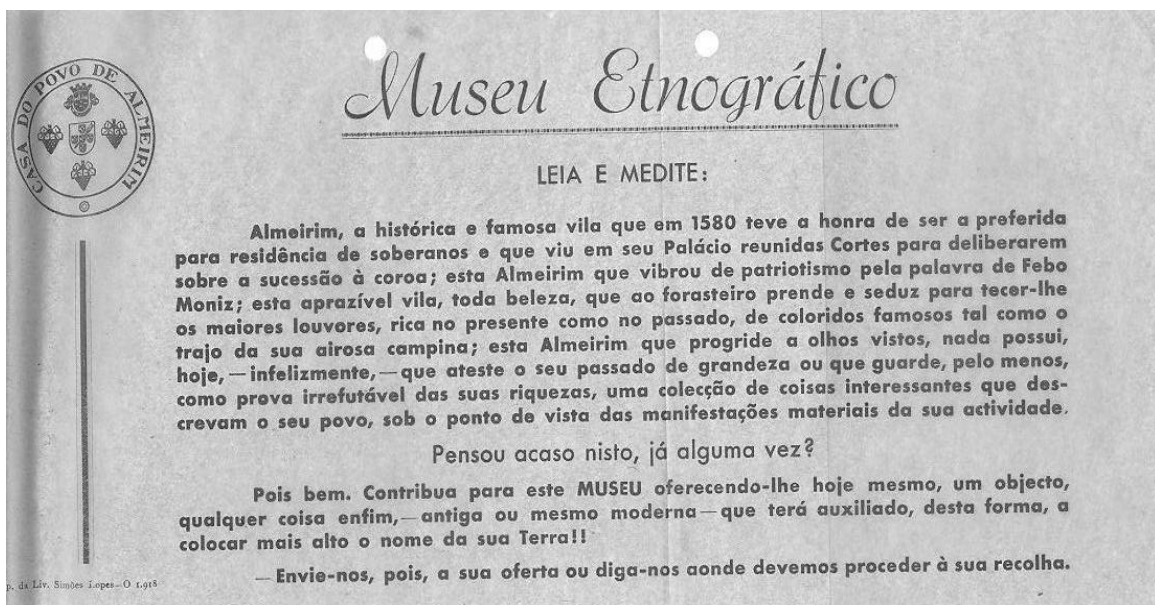


Figura 2.2 - Folheto de apelo à angariação de objectos para a constituição do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim.

Fundo Documental da Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, Almeirim.

© Marta Milheiro.



Figura 2.3 – José Augusto Vermelho (1907-1976).

© Marta Milheiro (2012).

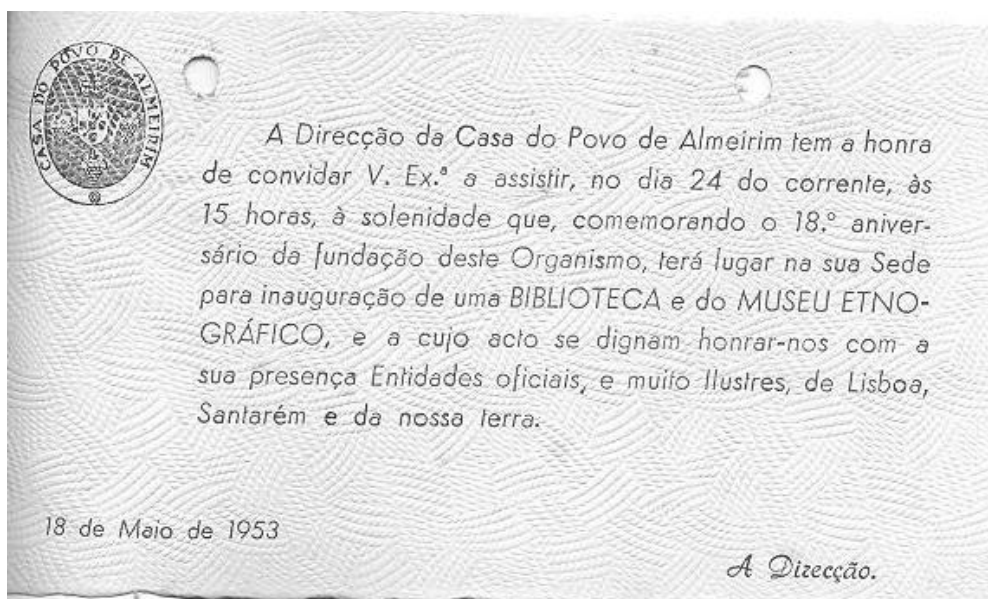


Figura 2.4 – Convite para a inauguração do Museu Etnográfico e Biblioteca da Casa do Povo de Almeirim (1953).

Fundo Documental Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, Almeirim.

© Marta Milheiro (2012).



Figura 2.5 – Momento em que as entidades superiores procediam à inauguração da primeira Biblioteca e Museu da Casa do Povo de Almeirim (1953).

Fonte – Vermelho, José (1953). *Almeirim – Sintra de Inverno porquê, de ti enamorados?* Edição do Autor.



Figura 2.6 – Pormenor da Biblioteca da Casa do Povo de Almeirim (1953).

Fonte – Vermelho, José (1953). *Almeirim – Sintra de Inverno porquê, de ti enamorados?* Edição do Autor.



Figura 2.7 – Primeira sede da Casa do Povo de Almeirim, onde se denota a simplicidade das instalações (1952).

Fonte – Vermelho, José (1952) *Almeirim e a magnificência de uma das suas melhores obras sociais*. Almeirim: Edição dos Serviços Culturais da Casa do Povo de Almeirim.



Figura 2.8 – Pormenor da sala do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim onde podemos entender um pouco da exposição, com os objectos mais ou menos agrupados em termos de materiais, mas sem uma coerência ao nível do discurso expositivo (1953).

Fonte – Vermelho, José (1953) *Almeirim – Sintra de Inverno porquê, de ti enamorados?* Edição do Autor.



Figura 2.9 – Pormenor da sala do Museu Etnográfico, em que são visíveis como fontes de iluminação (as janelas com luz exterior) e o tipo de mobiliário e suportes utilizados para a exposição (escaparates, vitrines, mesas, manequins), assim como a tipologia das colecções (têxteis, madeiras, cerâmicas, numismática) (1953).

Fonte – Vermelho, José (1953) *Almeirim – Sintra de Inverno porquê, de ti enamorados?*
Edição do Autor.

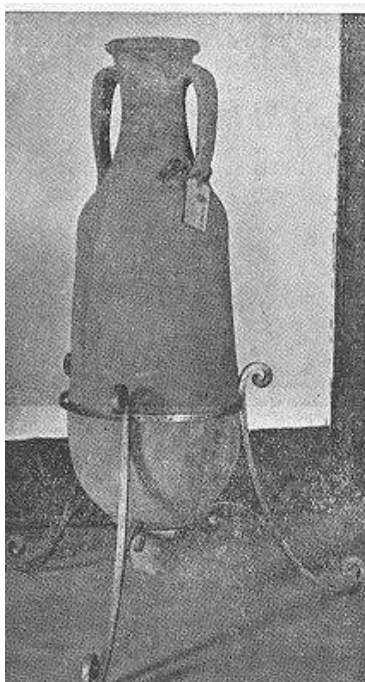


Figura 2.10 – Exposição de Ânfora romana no Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, num tripé de ferro em que o objecto assentava directamente no suporte. A marcação deste objecto foi feita com recurso a etiqueta (1953).

Fundo Documental da Biblioteca Municipal Marquesa de Cadaval, Almeirim.

© Marta Milheiro (2012).

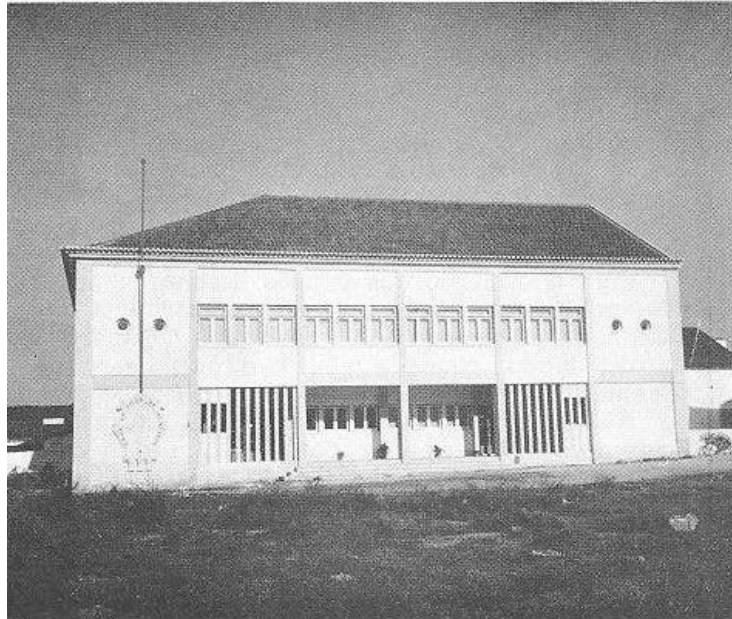


Figura 2.11 – Fachada principal do edifício da segunda sede da Casa do Povo de Almeirim (1967).

Fonte – Vermelho, José (1968) *Um Museu – uma realidade*. Edição do Autor.

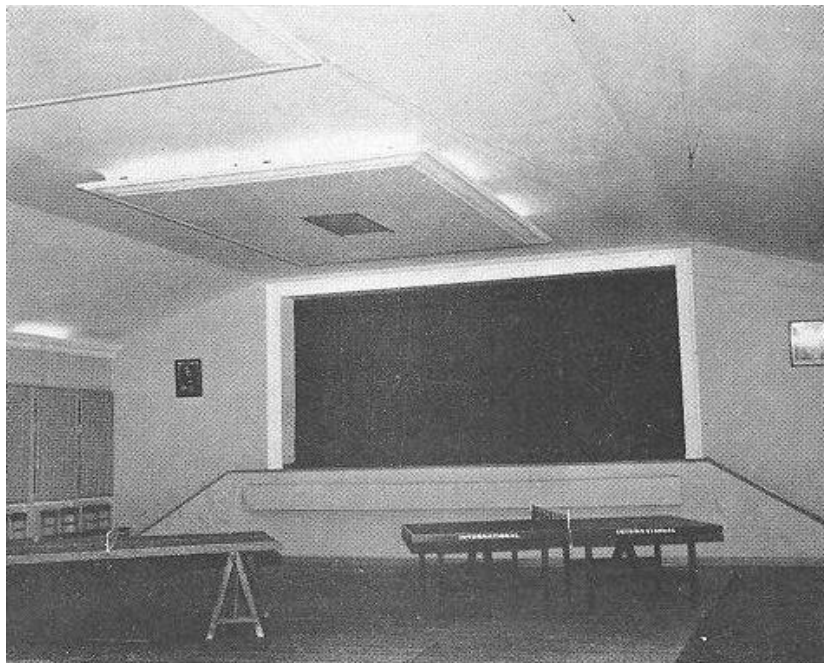


Figura 2.12 – Salão de festas da segunda sede da Casa do Povo de Almeirim (1968).

Fonte – Vermelho, José (1968) *Um Museu – uma realidade*. Edição do Autor.

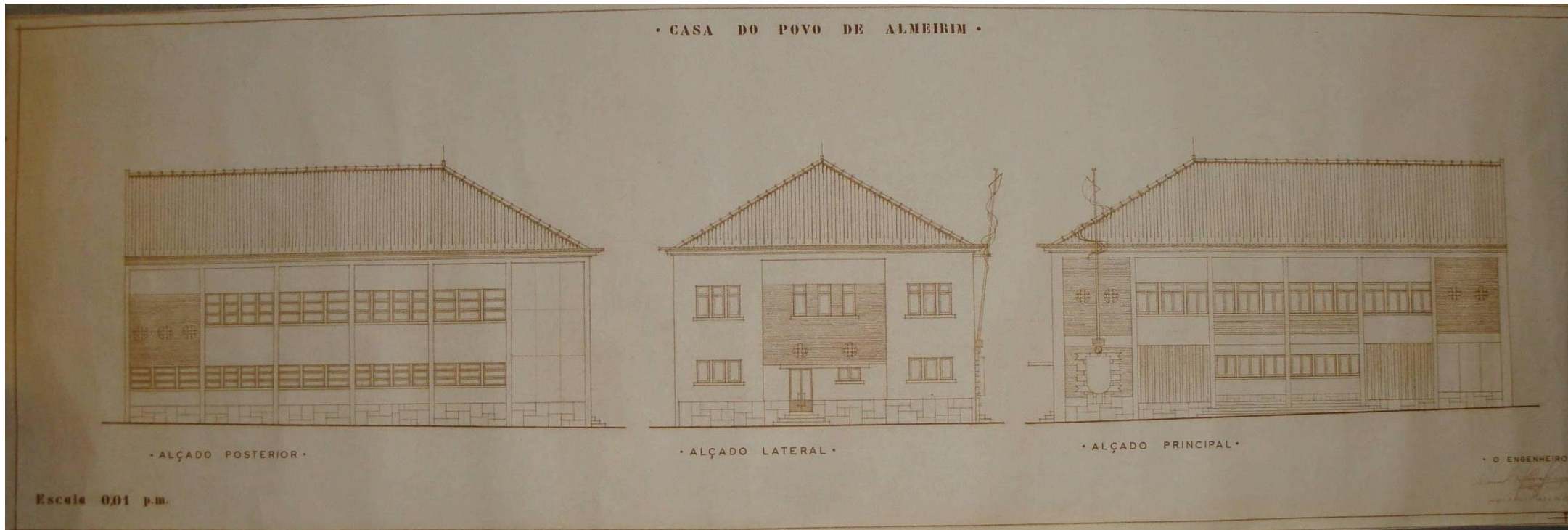


Figura 2.13 – Alçados do edifício da sede da Casa do Povo de Almeirim inaugurado em 1967, segundo projecto de Arquitecto Samuel Quininha, de 1959. Caracteriza-se como um edifício de fachadas simples, robusto e equilibrado. A sua traça exterior traduz a ideia de ordem e simplicidade pretendidas.

Fonte - Museu Municipal de Almeirim.

© Marta Milheiro.

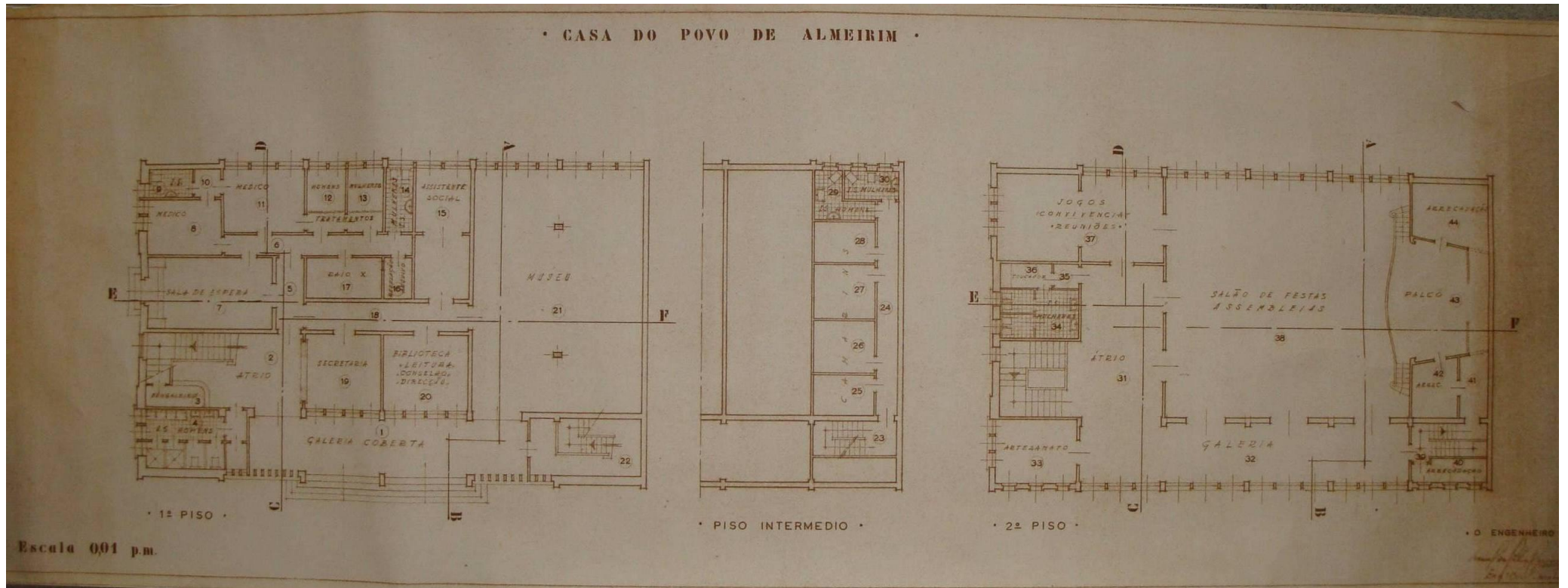


Figura 2.14 – Planta do edifício da sede da Casa do Povo de Almeirim, inaugurado em 1967, segundo projecto do Arquitecto Samuel Quinha, de 1959. Edifício composto por dois pisos por onde se distribuía os diversos serviços da Casa do Povo. Caracteriza-se por um forte sentido de organização traduzido na compartimentação interior que pretende satisfazer as necessidades do organismo, no serviço prestado à comunidade. É durante os anos 50 que se revelam as novas premissas que definem o funcionalismo em que a forma segue a função.

Fonte - Museu Municipal de Almeirim.

© Marta Milheiro.



Figura 2.15 – Vista da sala de exposição do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, nas instalações de 1968. As paredes eram totalmente preenchidas com objectos, no sentido de “encher” o espaço. Mais uma vez se atesta a diversidade das colecções. Por outro lado, a luz solar entra indiscriminadamente através das janelas, atingindo os objectos, nomeadamente os têxteis.

Fonte – Vermelho, José (1968) *Um Museu – uma realidade*. Edição do Autor.



Figura 2.16 – Ministro das Corporações e Previdência Social, admirando um objecto do Museu Etnográfico de Almeirim, por altura da inauguração da sede em 1968.

Fonte – Vermelho, José (1968) *Um Museu – uma realidade*. Edição do Autor.



Figura 2.17 – Outro aspecto da sala de exposição do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim.

Fonte – Vermelho, José (1968) *Um Museu – uma realidade*. Edição do Autor.

conhecido

MUSEU ETNOGRÁFICO

Número de registo 127

Nome do objecto na região Antiga Ponte
sobre a Vala

Nome mais conhecido Fotografia

Proveniência

Data em que foi feito ou encontrado

Entrada em 11 de Outubro 1950 Estante

Figura 2.18 – Cartão identificação dos objectos do Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim. (Museu Municipal de Almeirim)

© Marta Milheiro (2011).

ANEXOS AO CAPÍTULO 4



Figura 4.1 - Localização do Centro Coordenador de Transportes Terrestres de Almeirim.

Fonte: <http://maps.google.pt/>

1 - Sala multifunções
(65,8 m²);

2 e 3 - WCs (área
total: 18,9 m²);

4 – Secretaria
Universidade Sénior
de Almeirim (área
7,05 m²);

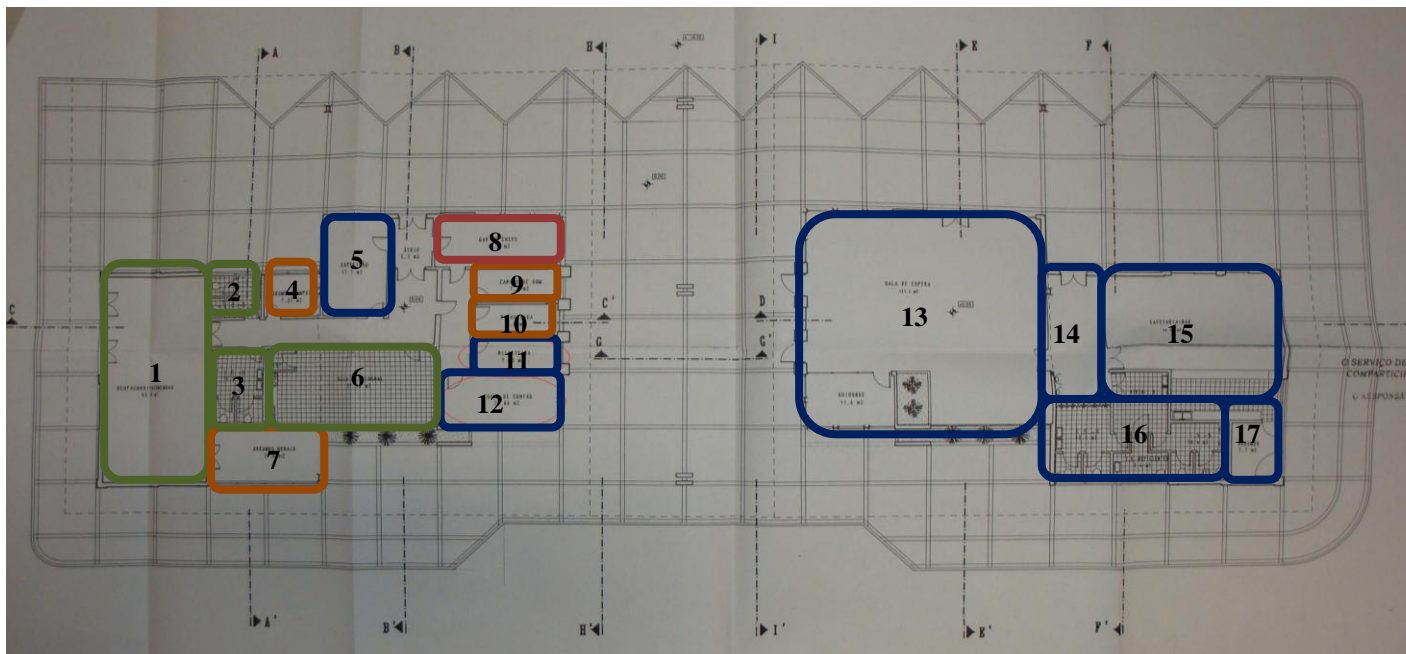
5 – Gabinete de
apoio ao Museu
(área: 17,1 m²);

6 -Cozinha/refeitório
(área: 37,8 m²);

7 - Sala de arrumos
Universidade Sénior
de Almeirim (área:
17,4 m²);

8 – Sala de
expedições da
Rodoviária do Tejo
(área: 16,8 m²);

9 e 10 – Gabinetes
de apoio à
Universidade Sénior
de Almeirim (área:
15,2 m²);



11 – Sala de
Conservação
Preventiva do Museu
(área: 7,62 m²);

12 – Sala de reserva
do Museu (área: 15,66
m²);

13- Sala de exposição
de longa duração do
Museu (área: 133,10
m²);

14 - Recepção e loja
do Museu (área: 17
m²);





15 - Cafeteria do
Museu (área: 65 m²);

16 - WCs do Museu
(área 38,10 m²);

17 - Sala de arrumos
do Museu (área: 7,7
m²).

Figura 4.2 - Planta do Centro Coordenador de Transportes de Almeirim (projecto da autarquia).

1:100

-  Zonas ocupadas exclusivamente pelo Museu.
-  Espaços partilhados pelo Museu, Universidade Sénior de Almeirim e Rodoviária do Tejo.
-  Zonas ocupadas exclusivamente pela Universidade Sénior de Almeirim.
-  Espaço ocupado exclusivamente pela Rodoviária do Tejo.

Fonte - Serviço de obras participadas da CMA.

@ Marta Milheiro.



Figura 4.3 – Vista geral do exterior do edifício do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.4 – Construção de paredes falsas para controlo da entrada de luz natural na sala de exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.5 – Entrada controlada de luz natural na sala de exposição longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.6 – Vitrina fixa da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.7 – Vitrina móvel da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.8 – Bases móveis da exposição de longa duração do Museu, com destaque para a iluminação destacada dos objectos, através de filtros dicróicos amarelos.

© Marta Milheiro.



Figura 4.9 – Vitrina fixa da exposição de longa duração do Museu com sistema de vidro deslizante na calha para manuseamento dos objectos e acções de limpeza da vitrina.

© Marta Milheiro.



Figura 4.10 – Bases com estrutura em ferro para objectos mais pesados da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.11 – Base com estrutura em madeira para objectos da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.12- Bases em acrílico para os objectos no interior das vitrinas da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.13 – Ânfora romana, com o suporte em acrílico, mapa alusivo aos itinerários romanos no centro e sul de Portugal e frase alusiva à temática da olaria, da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.14 – Pormenor das calhas com os projectores de iluminação da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.15 – Pormenor da forma de iluminação das vitrinas fixas da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.16 – Vista geral da exposição de longa duração do Museu, que se organiza em *open-space*.

© Marta Milheiro.



Figura 4.17 - Vista geral da exposição de longa duração do Museu, tipo *open-space*.

© Marta Milheiro.

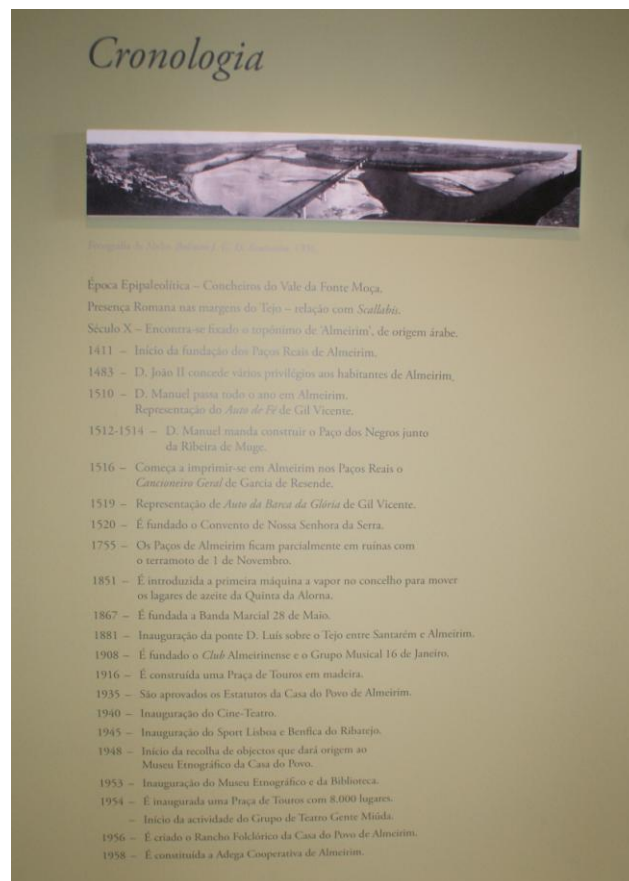


Figura 4.18 – Cronologia exposta na recepção do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.19 – Mapa ilustrado colocado na parede da recepção do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.20 – Mapa de enquadramento geográfico do concelho de Almeirim, da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.

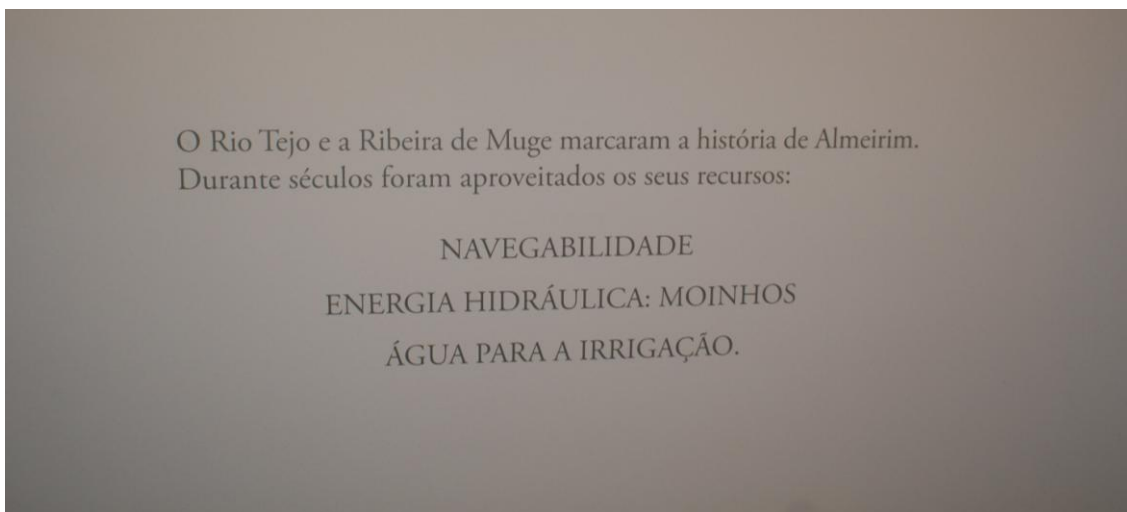


Figura 4.21 – Frases de sala da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.22 – Vitrine alusiva à presença pré-histórica no Concelho, da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.23- Secção referente à ocupação romana do território, com referência aos itinerários romanos da Península Ibérica através do mapa e exposição da ânfora romana na exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.24 – Exposição mural de seis azulejos hispano-árabes que evocam a presença árabe no território, na exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.25 – Elementos arquitectónicos pertencentes às cavaliças do Paço Real de Almeirim presentes na exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.

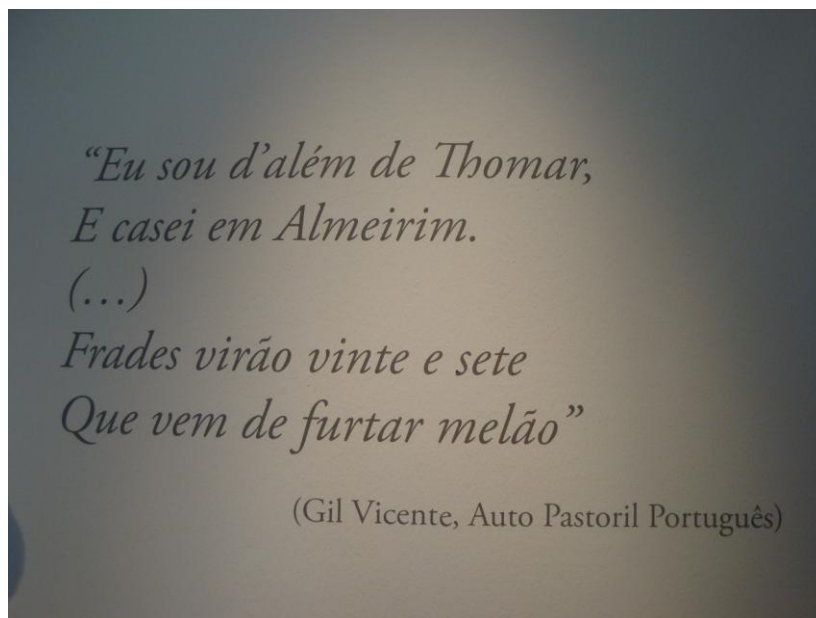


Figura 4.26 – Frase do *Auto Pastoril* de Gil Vicente, inscrita numa das paredes da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.27 – Reprodução da capa do *Cancioneiro Geral*, de Garcia de Resende, na exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.28- Secção alusiva à agricultura, na exposição de longa duração do Museu.

@ Marta Milheiro.



Figura 4.29 - Vitrina referente ao vinho, na exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.30 – Reprodução de cartaz de 1948 de divulgação da Casa do Povo de Almeirim e dos seus apoios sociais, exposto na exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.31 – Vitrina de brinquedos antigos, da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.32 – Vitrina com objectos de culto/religiosos, da exposição longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.33 – Vitrina de numismática e de outros objectos ligados ao comércio (balança e peso), da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.



Figura 4.34 – Vitrina dedicada à tauromaquia, da exposição de longa duração do Museu.


© Marta Milheiro.



Figura 4.35- Reproduções de fotografias, da exposição de longa duração do Museu.

© Marta Milheiro.

espaço da memória local



MUSEU MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Em Almeirim foi criado o Museu Etnográfico da Casa do Povo, no âmbito do tipo de museus promovidos em Portugal nos anos quarenta do século XX, à semelhança do Museu de Arte Popular (Lisboa) e do Museu de Etnografia e História (Porto).


O processo de criação do Museu em Almeirim, iniciou-se em 1948 com a recolha de objetos. Em 1953, abriu uma sala de exposição com 300 objetos, de natureza diversa, na sua maioria oferecidos pela população local: numismática, arqueologia, traje, miniaturas, artesanato, alfaias agrícolas e fotografia.

Em 1967, com a inauguração das novas instalações da Casa do Povo, foi reinstalado o Museu numa sala única com 120m² e os pedidos de colaboração à comunidade, para a oferta de objetos, repetiu-se por várias vezes.

Quatro décadas depois a sala é desativada e a Câmara Municipal de Almeirim ficou responsável pelo seu espólio, incorporando-o no projeto do Museu Municipal.

É esse percurso, pelos objetos e artefactos, que constituem o retrato das nossas gentes, que ora lhe mostramos.

www.cm-almeirim.pt




MUSEU MUNICIPAL DE ALMEIRIM

info

Museu Municipal de Almeirim
Rua de Coruche | C.C. Transportes - 2080 Almeirim
reservas: 243 596 366

Informações:
(geral) 243 594 100 . (turismo) 243 594 107

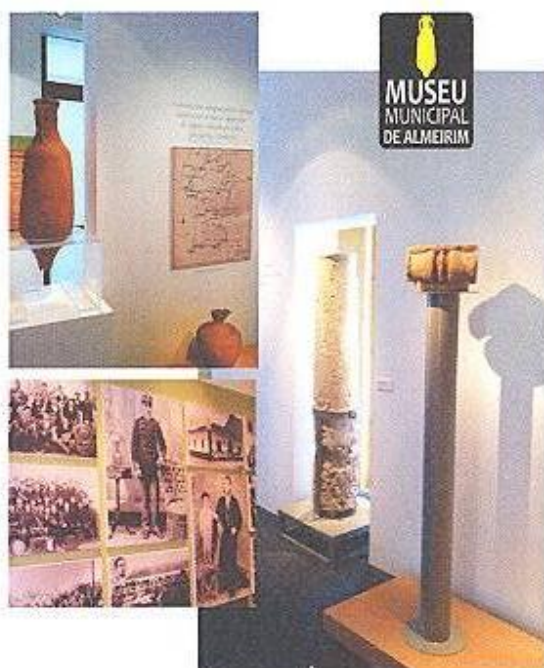


Almeirim
Câmara Municipal

desde 24 de março de 2012

Figura 4.36 – Folheto de apoio à exposição de longa duração do Museu (frente).

© Marta Milheiro.



O Museu Municipal de Almeirim inaugura uma nova etapa na história e na valorização do Concelho de Almeirim.

No que é a sua história passada, importa referir que na sua origem está o acervo do extinto Museu Etnográfico da Casa do Povo de Almeirim, que foi assim incorporado neste Museu Municipal, protagonizando uma nova abordagem museológica numa exposição de síntese, que apresenta elementos expositivos de diversas tipologias que caracterizam o Concelho.



espaço da memória local

Aqui se encontram espaços destinados às exposições temporárias e à exposição permanente. Toda a exposição se apoia na apresentação de elementos geográficos, gráficos e cartográficos. Uma cronologia e frases sobre aspectos históricos do concelho oferecem uma introdução geral ao território, destacando-se a importância do Tejo pela fertilidade que oferece aos campos, pela navegabilidade permanente e pela intensa actividade piscatória.

A ocupação destas terras foi traçada pelo homem da pré-história como documentam os objectos líticos e as cerâmicas arqueológicas - que testemunham a presença humana desde o Epipaleolítico.

Relativamente à presença romana esta tem sido comprovada através das estações arqueológicas de Vale de Tijolos e do Alto dos Cacos, onde têm sido encontrados diversos achados. Esta importância é reforçada pelo facto do território que é hoje o concelho de Almeirim ser atravessado pela via que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Emerita Augusta* (Mérida). Da mesma forma, a presença árabe que perdurou desde 711 até à conquista de D. Afonso Henriques no século XII deixou marcas nomeadamente nas técnicas agrícolas (picotas, noras).

A partir do século XV, Almeirim passa a ter uma importância assinalável pela predilecção da Corte em permanecer nestas terras. No ano de 1411, inicia-se a fundação dos Paços Reais em Almeirim, sendo em 1483 que D. João II concede a Carta de Privilégios aos habitantes do Concelho. Este período áureo da história está representado através de imagens do património edificado, nomeadamente da ruína do Paço que acaba por desaparecer e de outros elementos arquitectónicos

No percurso expositivo destacam-se elementos ligados à agricultura, sobretudo à sua mecanização, com a introdução da primeira máquina a vapor no concelho, em 1851. O percurso é também marcado por testemunhos da produção de vinho, actividade absolutamente fundamental no desenvolvimento económico do Concelho.

O percurso museológico desenvolvendo-se a partir de diferentes temáticas, coloca em evidência a etnografia com alguns brinquedos e objectos religiosos; os elementos ligados ao comércio também estão representados. O homem e o touro como personagens importantes na história do concelho autonomizam-se nesta narrativa.

Figura 4.37 - Folheto de apoio à exposição de longa duração do Museu (interior).



Figura 4.3 8 – Pormenor de uma vitrina do Museu, com a numeração dos objectos e as respectivas legendas organizadas numa tabela.

@ Marta Milheiro.



Figura 4.39 – Pormenor da exposição de longa duração do Museu, em que se pretendem evidenciar os elementos textuais.

© Marta Milheiro.

**4.40 - FICHA DE INVENTÁRIO UTILIZADA NO MUSEU, SEGUNDO AS
NORMAS GERAIS ESTABELECIDAS PELO INSTITUTO DOS MUSEUS E
DA CONSERVAÇÃO.**

Instituição/Proprietário: Câmara Municipal de Almeirim

Super-Categoria: Etnologia

Categoria / Subcategoria:

Actividades Lúdicas / Brinquedos

Denominação Habitual: Barco (miniatura)



Tipo: Positivo a cores.

Nº Inv. Fotográfico: B10.

Localização: Arquivo CD.

Autor: Marta Milheiro.

Denominação: Miniatura de Barco.

Identificação

Nº (s) de Inventário: 231

Descrição: Miniatura de barco, constituído por um segmento de cortiça com formato elipsoidal representando o casco, escavado no interior onde encaixa outra peça da mesma forma de madeira. A metade do seu comprimento é disposto perpendicularmente, encontra-se um segmento rectangular de madeira, que representa o mastro, e cuja extremidade inferior é de secção circular. No mastro encontra-se fixo um pedaço de pano de forma triangular que simula a vela. A um terço do seu comprimento para um dos lados temos um pedaço de cortiça de forma

cúbica com um pequeno canudo de ferro que simula um canhão; no outro terço do seu comprimento para o outro lado, temos outra peça de cortiça, com ameias e um prego com parte circular na extremidade que simulam o volante do barco. Na proa do barco temos um pequeno parafuso de argola que servirá para a passagem de um cordel.

Elemento de um conjunto: Não

Identificação Técnica:

Matéria: madeira; cortiça; ferro; pano.

Técnica: talhe.

Dimensões:

Altura: (cm) 13

Largura: (cm) 7

Comprimento: (cm) 18

Bibliografia:

- Autor/Título: RODRIGUES, A. Pina, - Brinquedos Populares do Concelho de Almeirim, Publicação da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, Almeirim: 1983.
- Elementos para o estudo da etnografia do concelho de Almeirim, Publicação da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, Almeirim: 1989.

Conservação:

Estado: Razoável

Data: 14/01/2011

Intervenções de Conservação e Restauro: Não teve.

Validação:

Preenchido por: Marta Milheiro

Data: 14/01/2011

Datação:

Época/Período Cronológico: Século XX d. C.

Localização:

Localização: Reservas.

Data: 14/01/2011

4.41 - REGULAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL DE ALMEIRIM

PREÂMBULO

O presente regulamento estabelece as normas e procedimentos de organização interna e funcionamento do Museu Municipal de Almeirim, de acordo com a Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Acervo

O Museu Municipal de Almeirim possui bens culturais heterogéneos relacionados com o património Cultural do Concelho de Almeirim que definem a actual vocação multidisciplinar da instituição.

Artigo 2.º

Localização

Morada: Rua de Coruche, 2080-092 Almeirim

Telefone: 243 596 366

Correio electrónico: museumunicipal.almeirim@gmail.com

Blogue: www.museualmeirim.blogspot.com/

Artigo 3.º

Vocação

O Museu Municipal de Almeirim, propriedade da Câmara Municipal de Almeirim, é uma instituição de natureza permanente, com fins não lucrativos, criado para o interesse colectivo, com acesso regular ao público, que reúne bens culturais e a informação que lhe está associada, tendo como vocação o estudo e a investigação, a recolha, a documentação, a conservação, a interpretação, a exposição e a divulgação do património cultural que integra o seu acervo, com objectivos científicos, culturais, educativos e lúdicos e com finalidades de democratização da cultura, de promoção da cidadania e de desenvolvimento da sociedade como instrumentos de concretização daquilo que é a sua missão. Conceptualmente é um espaço socialmente activo, culturalmente interessante, pedagogicamente útil, que evoca histórias e memórias, contribuindo dessa forma para aprofundar e divulgar o conhecimento da identidade e cultura almeirinses, não é uma instituição isolada. Desenvolve um conjunto diversificado de iniciativas dirigidas a um público o mais vasto possível, visando a divulgação do acervo, a sensibilização para o património local e regional e o respeito pela diversidade cultural.

2. O Museu Municipal de Almeirim tem nos seus públicos e nas suas necessidades o principal foco da sua actividade, evidenciando a sua Missão de serviço público.

Artigo 4.º

Objectivos

São objectivos do Museu Municipal de Almeirim:

- a preservação e divulgação do património cultural e natural do concelho de Almeirim;
- a promoção da investigação histórica e cultural do Concelho;
- a preservação e divulgação da cultura rural ribatejana;

- a valorização dos recursos culturais locais e regionais;
- o desenvolvimento de actividades pedagógico-didácticas através da produção, conservação curativa e do restauro dos bens culturais;
- a promoção da formação profissional na região onde o Museu está instalado, para desenvolver novas fileiras de produção;
- a concretização de uma ligação estreita com os estabelecimentos de actividades produtivas da região com a finalidade de promover a aprendizagem de profissões e saberes ligados às artes tradicionais associadas às actividades económicas locais;
- a promoção de parcerias, nomeadamente com outros organismos do mesmo tipo e com estabelecimentos de ensino;
- a recuperação da identidade do Concelho através da sua importância na história nacional;
- a criação de uma âncora para o turismo.

CAPÍTULO II

Orgânica do serviço

Artigo 5.º

Instrumentos de gestão

1. Os instrumentos de gestão do Museu, entre os quais se incluem o plano anual de actividades, o orçamento anual, o relatório de actividades, a avaliação interna, as informações estatísticas sobre visitantes e utilizadores do Museu, são anualmente preparados pelo responsável do Museu.

Artigo 6.º

Enquadramento e orgânica dos serviços do Museu

O Museu Municipal de Almeirim enquadra-se na Divisão Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Almeirim.

Artigo 7.º

Orgânica dos serviços

A direcção técnica do Museu Municipal de Almeirim é assegurada por um técnico superior com formação na área da museologia, a quem cabe para além do disposto no artigo seguinte, dirigir e assegurar o bom funcionamento dos seguintes Serviços:

- a) Serviço de Museografia;
- b) Serviço de Conservação e Restauro;
- c) Serviço de Inventário;
- d) Serviço Educativo;
- e) Serviço Administrativo.

Artigo 8.º

Competências

1. Aos diversos Serviços que integram o Museu Municipal de Almeirim cabe a prossecução dos objectivos da instituição dentro das suas respectivas competências, nos termos do disposto no presente artigo.

2. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, cabe ao responsável do Museu Municipal de Almeirim:

- a) Representar tecnicamente o Museu Municipal de Almeirim em reuniões científicas e congressos;

- b) Assegurar o cumprimento das funções museológicas;
- c) Promover o rigor científico e a qualidade das exposições e de outras acções de divulgação e promoção do Museu Municipal de Almeirim;
- d) Promover e apoiar iniciativas de estudo, valorização e divulgação do acervo do Museu;
- e) Formular e aplicar a Política de Incorporações, o Plano de Conservação Preventiva e o Plano de Segurança do Museu Municipal de Almeirim;
- f) Elaborar pareceres sobre novas incorporações ou abate de bens culturais nos espólios do Museu Municipal de Almeirim;
- g) Coordenar a programação museológica ou requalificação do Museu Municipal de Almeirim;
- h) Propor e coordenar a execução do Plano e do Relatório Anual de Actividades do Museu Municipal de Almeirim;
- i) Promover, organizar e editar catálogos, folhetos e outro material de promoção do Museu Municipal de Almeirim;
- j) Autorizar a realização de visitas orientadas e outras actividades regulares do Museu Municipal de Almeirim;
- k) Pronunciar-se sobre pedidos de cedência temporária de bens culturais do acervo do Museu Municipal de Almeirim, bem como sobre a realização de filmagens e/ou sobre o registo fotográfico dos mesmos;
- l) Fazer cumprir as condições de cedência quanto a bens culturais expostos no exterior;
- m) Propôr valores para a realização de contratos de seguros para os objectos do acervo museológico.

3. Cabe ao serviço de Museografia:

- a) Propôr o programa das Exposições de Longa Duração, bem como, o Plano de Exposições Temporárias e Itinerantes;
- b) Coordenar a concepção e desenho, e proceder ao acompanhamento da montagem das exposições do Museu Municipal de Almeirim;
- c) Coordenar os trabalhos de *design* gráfico do material de divulgação de exposições e eventos a realizar pelo Museu Municipal de Almeirim;
- d) Coordenar os trabalhos de *design* gráfico de exposições e do respectivo catálogo;
- e) Estudar e propôr a adopção de novos métodos e técnicas aplicadas à concepção de exposições;
- f) Realizar um plano de redefinição funcional e organizacional dos bens culturais móveis em reserva;
- g) Determinar os meios gráficos e multimédia adequados para a promoção do Museu Municipal de Almeirim;
- h) Implementar um plano de sinalética adequada aos espaços museológicos.

4. Cabe ao serviço de Conservação e Restauro:

- a) Implementar a separação dos objectos do acervo de acordo com as suas características e problemas intrínsecos, nomeadamente ao nível de conservação preventiva, da segurança e do acondicionamento;
- b) Coordenar e acompanhar o restauro dos bens culturais incorporados no Museu com recurso a técnicos devidamente qualificados, dentro ou fora da instituição;
- c) Garantir as condições ambientais dos espaços museológicos e das Reservas Municipais através da monitorização regular dos níveis de iluminação, teor de ultravioletas, temperatura e humidade relativa;
- d) Definir as condições de embalagem e transporte das peças;

- e) Elaborar relatórios técnicos das peças intervencionadas e actualizá-los;
- f) Dar assistência ao património cultural da autarquia, mesmo que não esteja integrado no acervo do Museu;
- g) Propôr parcerias e consultorias técnicas nas áreas do restauro e conservação preventiva;
- h) Garantir o respeito e a execução dos Planos de Conservação Preventiva e Plano de Segurança.

5. Cabe ao serviço de Inventário:

- a) Proceder à marcação dos objectos e sua classificação;
- b) Implementar o levantamento fotográfico digital de todo o espólio para integrar no formato de ficha informática;
- c) Dar continuidade à informatização do registo geral de inventário;
- d) Actualizar o inventário geral e a base de dados do Museu;
- e) Garantir a coerente identificação e controlo dos bens culturais, bem como, o seu estudo e classificação e os respectivos direitos de propriedade;
- f) Garantir a protecção, salvaguarda e integridade do património móvel concelhio contra desastres naturais, vilipêndios, furtos ou intrusões.

6. Cabe ao serviço Educativo:

- a) Sensibilizar os diversos públicos, promovendo a educação para o património e o património na educação através da formação de uma consciência patrimonial colectiva;
- b) Desenvolver a sensibilidade artística dos diversos públicos, mais especificamente, a comunidade educativa;
- c) Criar o hábito de frequência do Museu por parte das escolas;

- d) Desenvolver acções e estratégias angariadoras de novos públicos;
- e) Propôr actividades a desenvolver no âmbito dos Dias Comemorativos;
- f) Estabelecer parcerias com os vários agentes e instituições do concelho nas áreas educacional, social e cultural;
- g) Dinamizar as relações do Museu com o público promovendo visitas orientadas;
- h) Promover actividades culturais e educativas que potenciem o acesso aos bens culturais conservados no Museu.

7. Cabe ao serviço Administrativo:

- a) Organizar administrativamente os processos inerentes ao funcionamento dos serviços do Museu;
- b) Elaborar e organizar os mapas estatísticos dos visitantes do Museu;
- c) Controlar os *stocks* das publicações e objectos vendidos nos espaços museológicos;
- d) Dar apoio administrativo à realização de exposições e visitas orientadas;
- e) Preparar ofícios, *faxes* ou mensagens electrónicas para divulgação das acções do Museu.

CAPÍTULO III

Gestão do acervo

Artigo 9.º

Política de incorporações

A presente Política de Incorporações tem como objectivo enriquecer o acervo existente, bem como satisfazer necessidades nomeadamente na narrativa da exposição de longa duração.

1 - Critérios de Incorporação

A incorporação de novos exemplares obedece aos seguintes critérios:

- a) Importância científica;
- b) Preenchimento de lacunas;
- c) Relevância para a compreensão, ensino e divulgação da história, usos, costumes, memórias, valores culturais, sociais e económicos da cidade de Almeirim;
- d) Potenciar o estudo e investigação de bens relacionados com a temática do Museu.

2 - Modos de Incorporação

2.1 - A incorporação de exemplares para o acervo pode ser efectuada através de:

- a) Compra;
- b) Doação;
- c) Herança;
- d) Recolha;
- e) Achado;
- f) Transferência;
- g) Permuta;
- h) Espécies depositadas pelas autarquias locais e por pessoas singulares ou colectivas.

2.2 - Todas as doações devem ser incondicionais e perpétuas, mas as partes poderão acordar condições especiais de consulta e empréstimo, válidas por um período de cinco anos.

2.3 – O Museu poderá aceitar, nos termos da alínea h) do número 2.1, o depósito de bens culturais que os possuidores queiram confiar-lhe para serem expostos, podendo a todo o tempo os depositantes levantar os objectos depositados, devendo, para esse efeito, fazer a devida comunicação com pelo menos 48 horas de antecedência ao director, caso não se tenha estabelecido nenhuma cláusula especial.

3 - Requisitos de Incorporação

- a) Que a incorporação de novas peças dependa da capacidade do Museu para assegurar a sua conservação, documentação e uso apropriado. Assim, o programa anual de incorporações deverá ter em linha de conta limitações orçamentais, tanto no que respeita à aquisição, à conservação e à existência de condições de armazenamento adequadas.
- b) O Museu Municipal de Almeirim não adquirirá objectos:
 - 1º) Que não consiga adquirir, conservar, documentar, armazenar e usar apropriadamente, tendo em conta as limitações orçamentais;
 - 2º) Se não houver prova da sua existência legal;
 - 3º) Estejam em mau estado de conservação;
 - 4º) Possuam condicionantes de depósito, contrárias ao interesse do Museu e do seu público.

4 - Fases prévias do processo de incorporação

- a) As negociações relativas à política de incorporação devem ser assumidas com honestidade escrupulosa face ao vendedor ou doador. Nenhum objecto deve ser identificado com a intenção de enganar, em benefício do Museu e em detrimento do doador ou vendedor.
- b) Os profissionais do Museu devem respeitar o princípio de que o Museu representa uma responsabilidade pública em que o valor para a comunidade está em proporção directa com a qualidade dos serviços prestados.

- c) A incorporação faz-se mediante uma das modalidades referenciadas no ponto 2, devendo sempre verificarem-se os seguintes procedimentos prévios:

Compra: Apresentação de proposta de venda ao Museu, com o vendedor devidamente identificado e com a descrição dos objectos e seu valor, para o caso de aquisição;

Doação: Apresentação de proposta de doação ao Museu com o doador devidamente identificado e com a descrição dos objectos e condições específicas a cumprir por parte do Museu;

Recolha: Apresentação de bens provenientes de recolha ou achados, com a descrição dos bens, referindo sempre a sua proveniência, quanto ao local, à data da recolha ou achado, bem como do seu proprietário;

- a) Verificação de condições espaciais e ambientais adequadas à preservação do bem;
- b) Aprovação da tutela para a incorporação do bem.

5 - Procedimentos de incorporação

A incorporação dos bens deverá efectuar-se da seguinte forma:

- a) Elaboração de Auto de Recepção e entrega do duplicado às partes envolvidas no processo, conforme os casos;
- b) Constituição de uma relação com fotografias dos bens a incorporar, com atribuição de número de inventário, de forma a identificar na íntegra o bem;
- c) Constituição de processo completo respeitante aos bens incorporados;
- d) No caso se compra, envio para a Secção de Contabilidade da tutela de documentação referente à aquisição do bem, necessária à constituição de processo de despesa e respectiva ordem de pagamento;
- e) Envio para a Secção do Património da tutela, cópias dos documentos necessários para efeitos de procedimentos definidos no âmbito da competência deste Serviço, para este tipo de bens.

6 – Inventário dos bens incorporados

1. Os bens culturais incorporados são obrigatoriamente objecto de elaboração do correspondente inventário museológico;
2. O registo correcto da documentação apropriada das novas aquisições deve incluir todos os detalhes sobre a proveniência de cada peça e sobre as condições da sua incorporação;
3. Após o acto formal e documental da incorporação, antes do seu acondicionamento em reserva, todas as peças são numeradas;
4. Efectua-se então o preenchimento manual da ficha técnica em Livro de Inventário ou Livro de Tombo.

O método de preenchimento das fichas de inventário informatizado deve seguir as normas de inventário definidas pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC).

7 – Abatimento

O abatimento de um bem cultural ou museológico é o processo de retirar definitivamente o objecto do acervo do Museu. As situações susceptíveis de originarem abates são:

- a. Alienação;
- b. Deterioração natural ou accidental;
- c. Destruição;
- d. Furto;
- e. Roubo;
- f. Transferência;
- g. Troca/permuta;
- h. Doação.

Só se pode abater um objecto museológico, mediante um parecer detalhado do técnico responsável pelo Museu (podendo sempre que necessário recorrer a especialistas e juristas) apresentado à tutela, informando-a dos inconvenientes e vantagens que o mesmo acarreta para o Museu.

O abate exige o acordo de todas as partes que tenham contribuído para a aquisição inicial. Se a aquisição inicial estiver sujeita a restrições obrigatórias, estas devem ser respeitadas.

O abate é sempre a última medida a tomar. Este procedimento obriga a relatórios detalhados de todas as decisões e devem ser conservados junto da documentação que a ela diz respeito, incluindo dossiês fotográficos sempre que possível.

Artigo 10.º

Inventário

1. São seguidas as normas de inventário definidas pelo Instituto Português de Museus e constantes nas “Normas de Inventário” publicadas pelo IPM. O inventário é registado em livro manuscrito, fichas manuscritas e em suporte informático.

Artigo 11.º

Investigação e estudo do acervo

1. Entende-se que as principais linhas de investigação a desenvolver pelo técnico do Museu devem ser as que directamente se prendem:
2. Com os objectos culturais constituintes do acervo;
3. Com a investigação que seja necessário produzir para apoiar o estudo, a salvaguarda e a divulgação do património cultural que se encontra na sua área geográfica de influência;
4. Com a investigação necessária para apoiar a criação e consolidação de museus, públicos ou privados, existentes na sua área de actuação.

Artigo 12.º

Conservação

1. O Museu regula-se pelas normas e procedimentos de conservação preventiva efectuadas com base nas orientações emanadas pelo Instituto de Museus e da Conservação (IMC), abrangendo todo o acervo de bens culturais independentemente da sua localização no Museu.
2. O funcionário do Museu ao lidar com as diferentes tipologias de acervo deve ter conhecimento das normas e procedimentos de conservação preventiva existentes.
3. A política de conservação do Museu Municipal de Almeirim consta em documento próprio: “Plano de Conservação Preventiva do Museu Municipal de Almeirim”.

Artigo 13.º

Segurança

1. O Museu elaborará um plano de segurança segundo a legislação em vigor.
2. O plano de segurança é um documento confidencial e dele têm conhecimento apenas os funcionários do Museu.

CAPÍTULO IV

Normas de acesso aos espaços do Museu

Artigo 14.º

Horário

Horário do Museu:

De Terça-feira a Domingo das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00 (sendo a última entrada 15 minutos antes da hora de encerramento)

Encerrado às Segundas-feiras, Domingo de Páscoa, 1 de Maio, 25 de Dezembro e 1 de Janeiro.

Horário da Loja:

De Terça-feira a Domingo das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

Horário dos Serviços Técnicos e Administrativos:

Segunda a Sexta-feira das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30.

Os horários são estipulados de acordo com as regras da administração pública e da legislação em vigor e adaptados às necessidades e ao funcionamento do Museu, sendo acordados com a Direcção do Museu.

Artigo 15.º

Restrições à entrada

1. É proibido entrar com equipamento vídeo ou fotográfico profissional, sem prévia autorização do responsável.
2. É interdita a entrada de pessoas com malas ou objectos de grandes dimensões. Estes devem ser deixados à entrada.
3. Caso o visitante pretenda guardar na recepção objectos que repute de elevado valor, estes devem ser declarados e identificados pelo visitante.
4. A responsabilidade civil do Museu pela guarda de objectos de valor elevado implica por parte deste visitante a respectiva declaração e identificação.
5. Na recepção, pode-se recusar guardar objectos pessoais do visitante, caso se verifique que estes não podem ser guardados com segurança na área de acolhimento.

Artigo 16.º

Ingresso

1. O ingresso é pago, excepto aos Domingos.
2. A fixação do valor do ingresso é da responsabilidade da tutela.
3. A tabela com os valores de ingresso no Museu e respectivos descontos e isenções é obrigatoriamente afixada na recepção do Museu Municipal de Almeirim, em local de visibilidade pública.

Artigo 17.º

Acolhimento ao público

1. Na recepção está em permanência o livro de sugestões e o livro de reclamações do Museu e sempre acessível ao visitante que pretenda fazer a sua reclamação.
2. O diálogo entre o visitante que pretenda reclamar deve ser, numa primeira fase, estabelecido com o responsável do Museu.
3. No caso de ser necessária a intervenção superior, deve chamar-se o superior hierárquico responsável pelos Serviços de Museologia da autarquia.

Artigo 18.º

Normas de visita

Durante a visita ao Museu **não é permitido:**

1. Entrada de animais dentro dos espaços do Museu;

2. Comer ou beber nas diferentes salas do Museu (sala de exposição de longa duração, sala de reserva e sala de conservação preventiva, no caso de visitas por pessoal exterior ao Museu, de acordo com a linha b) do artigo n.º 20);
4. Tocar nas objectos museológicos;
5. Fumar;
6. Usar telemóvel para manter conversação.

Artigo 19.º

Apoio a pessoas com deficiência

1. O Museu Municipal de Almeirim pelas características do seu edifício não possui constrangimentos graves em termos de acessibilidades, todavia, será norma do Museu esforçar-se para que sejam satisfeitas todas as necessidades especiais de quem pretenda visitar o Museu.

Artigo 20.º

Acesso às reservas

1. O acesso às reservas faz-se mediante os critérios abaixo definidos:
 - a) O acesso às reservas é permitido ao técnico do Museu que trabalha directamente na gestão do acervo;
 - b) O acesso dos investigadores aos objectos em contexto de reserva pode ser autorizado, mediante solicitação fundamentada, apresentada ao responsável do Museu Municipal de Almeirim.

c) Quando concedido aos investigadores o acesso aos objectos museológicos, a sua consulta será efectuada nos espaços da instituição, previamente definido pelo responsável do Museu.

2. Há no entanto alguns factores que podem causar a interdição de acesso à consulta de objectos:

- a) A indisponibilidade temporária do técnico do Museu para acompanhar os investigadores que solicitem autorização de acesso aos objectos em reserva;
- b) Causas inerentes à necessidade de cuidados especiais na conservação dos objectos;
- c) O mau estado de conservação dos objectos;
- d) Outros factores considerados relevantes pelo técnico.

3. No caso de não ser permitido ao investigador o acesso aos objectos deve dar-se conhecimento do motivo ou motivos que levaram à não autorização de acesso.

4. O técnico do Museu e os investigadores a quem seja facultado o acesso aos objectos têm obrigatoriamente de as manusear com os devidos cuidados, usando sempre luvas de algodão.

5. O horário de acesso às peças em reserva é de segunda a sexta-feira das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

Artigo 21.º

Acesso à documentação

1. Um Museu é um espaço público pelo que a informação inerente aos objectos é considerada de uso público.

2. O Museu faculta, mediante solicitação escrita fundamentada, o acesso dos dados constantes na ficha do objecto, existente em formato digital e dos elementos

constantes no dossiê técnico, quando existir, exceptuando-se os dados considerados restritos por razões de segurança.

3. A informação sobre os objectos depositados não é pública nem pode ser disponibilizada, a não ser nos casos em que os depositários concedam a necessária autorização por escrito para que a informação possa ser facultada.

4. O horário de consulta da documentação é o seguinte: de segunda a sexta-feira, das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Porém, Este horário poderá estar condicionado à disponibilidade do técnico do Museu.

Artigo 22.º

Normas para a utilização dos objectos museológicos e documentos por investigadores

1. O Museu Municipal de Almeirim facultará sempre que possível aos investigadores que o solicitem as informações que possua e que os investigadores desejem utilizar nas suas apresentações públicas ou nas suas publicações.

2. É necessário que o investigador que deseje utilizar informação cedida pelo Museu Municipal de Almeirim, bem como imagens de peças e de documentação pertencentes a esta instituição, faça o respectivo pedido por escrito.

3. O investigador ou instituição deve sempre mencionar a autoria da informação disponibilizada pelo Museu Municipal de Almeirim.

4. Se acontecer uso indevido e não autorizado de dados pertencentes ao Museu, serão accionados os direitos legais segundo o estipulado no Código do direito de autor e dos direitos conexos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março, e alterado pelas Leis n.ºs 45/85, de 17 de Setembro, e 114/91, de 3 de Setembro, e Decretos-Lei n.º 332/97 e 334/97, ambos de 27 de Novembro, e pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto.

5. Os direitos de autor de textos produzidos pelo técnico do Museu Municipal de Almeirim no âmbito das suas funções enquanto técnico do Museu, pertencem à própria instituição. O técnico do Museu que produza textos que venham a ser publicados pelo Museu Municipal de Almeirim tem direito a um exemplar da referida obra (a não ser que factores inerentes à índole da publicação, obriguem a Câmara Municipal de Almeirim a limitar a sua oferta).

CAPÍTULO V

Instrumentos de divulgação

Artigo 23.º

Exposição

1. **Exposição de Longa Duração:** O Museu está instalado no edifício do Centro Coordenador de Transportes Terrestres de Almeirim existindo uma Exposição de Longa Duração.

Artigo 24.º

Difusão de acervos

A difusão da informação faz-se com recurso aos seguintes meios:

1) **Documentação impressa:** Toda a documentação gráfica emanada pelo Museu Municipal de Almeirim deve conter o logótipo da Câmara Municipal de Almeirim e do Museu de acordo com o respectivo guia de identidade visual, bem como outros dados relevantes para o conhecimento e identificação do Museu. O mesmo deve suceder com as publicações feitas em co-edição. Quando o Museu estiver a tratar de uma nova edição deve solicitar o respectivo ISBN para que seja inserido na ficha técnica da publicação.

2) **Internet:** O Museu deve divulgar na Internet no seu próprio sítio, neste caso em formato de blogue, o que vai sucedendo no seu dia-a-dia, designadamente as actividades de divulgação do seu acervo. O sítio web deve ser actualizado com a regularidade mensal e sempre que a programação de iniciativas o justifique.

3) **Documentação fotográfica e audiovisual:** A execução e utilização dos registos fotográficos e audiovisuais dos objectos integrados no acervo do Museu Municipal de Almeirim estão sujeitas ao conjunto de regras abaixo discriminadas:

- a. Todas as fotografias do espólio do Museu Municipal de Almeirim são propriedade da autarquia;
- b. O pedido para a cedência das imagens fotográficas é sempre solicitado por escrito, endereçado ao responsável técnico do museu que pressupõe o estabelecimento de um compromisso aceite pelo requerente definindo as condições de cedência;
- c. Em todas as imagens destinadas a fins comerciais, ou outros, com divulgação pública, serão obrigatoriamente referenciados nos créditos fotográficos o nome do proprietário da imagem (Museu Municipal de Almeirim - MMA), o nome do fotógrafo e, se possível, a data da fotografia;
- d. A execução de fotografias de inaugurações, exposições, comemorações diversas, colóquios ou outros eventos, apenas poderão ser utilizadas como instrumentos de divulgação das actividades do Museu;
- e. A cedência de imagens fotográficas do acervo do Museu Municipal de Almeirim é feita através dos serviços de documentação e gestão do acervo e serão fornecidas em formato digital;
- f. As imagens cedidas destinam-se apenas aos fins para os quais foram solicitadas e conseqüentemente autorizadas, sendo que a utilização efectuada fora do que foi autorizado incorre em sanções previstas na legislação aplicável a este propósito;

- g. As imagens cedidas para efeitos de produção multimédia em suporte óptico ou magnético seguem as regras previstas para a cedência de imagens para publicações em suportes tradicionais;
- h. O requerente fica obrigado, quando pretender utilizar as imagens para publicação, a mencionar na obra a designação da entidade que facultou as imagens – MMA ou CMA (Câmara Municipal de Almeirim) – e a enviar-lhe duas cópias do produto;
- i. As imagens recolhidas não poderão ser utilizadas para outros fins que não os autorizados pelo Museu;
- j. A realização de filmagens ou de gravações em vídeo, do Museu, das suas exposições ou outras actividades, com o objectivo de promover a sua divulgação, poderá ser realizada mediante autorização prévia da CMA.

4) **Comunicação social:** Tendo consciência da importância da comunicação social para a divulgação das actividades desenvolvidas nos museus, procurar-se-á por todos os meios ao alcance do Museu, dar a conhecer as iniciativas e os projectos que desenvolve. Nesse sentido é função do Museu o contacto regular com a comunicação social de modo a divulgar o que se realiza.

5) **Divulgação interna:** No balcão da recepção existirá informação inerente às actividades do Museu.

Artigo 25.º

Educação

1. Sector Educativo:

1. Os programas educativos de um Museu são, em conjunto com a Exposição de Longa Duração e eventualmente temporárias, a sua face visível, o seu modo de comunicar com o público, seja ele sénior, escolar, venha só ou em grupo, seja um simples amante do património ou um investigador especializado.

2. O Serviço de Educação do Museu Municipal de Almeirim organiza actividades especialmente dedicadas às escolas, ao público jovem fora do contexto escolar, às famílias e para públicos adulto e sénior, visando explorar e divulgar a exposição de longa duração e as exposições temporárias.

3. Horário de marcação do Serviço de Educação: de segunda a sexta-feira das 9.30 às 12.30 e das 14.00 às 17.00, por telefone (243 596 366) ou email (museumunicipal.almeirim@gmail.com).

2. Visitas Guiadas: As visitas guiadas realizam-se mediante marcação prévia e a disponibilidade do serviço.

Artigo 26.º

Actividades comerciais

1. A venda de produtos está aberta dentro do horário de funcionamento do Museu ao público.

2. Os produtos comerciais expostos são da responsabilidade da Câmara Municipal de Almeirim.

3. A título excepcional admite-se a venda de produtos em regime de consignação, a acordar previamente com a direcção do Museu.

4. Os produtos em regime de consignação têm de estar relacionados com o património cultural nacional e possuírem inequívoca qualidade.

CAPÍTULO VI

Colaborações

Artigo 27.º

Voluntariado

O Museu Municipal de Almeirim aceita voluntários maiores de idade, que aceitem participar, de forma desinteressada e não remunerada, em actividades superiormente definidas pela Direcção do Museu, em horário a combinar e integradas no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção, sempre desenvolvidas sem fins lucrativos.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 28.º

Revisão do Regulamento

O presente Regulamento poderá ser revisto e actualizado sempre que sejam criados novos núcleos museológicos ou quando exista matéria que o justifique.

Artigo 29.º

Omissões

Os casos omissos no presente Regulamento serão decididos por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 30.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor após a sua publicação.

**4.42 - REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM,
PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, DE 9 DE
FEVEREIRO DE 2011.**

7364

Diário da República, 2.ª série — N.º 28 — 9 de Fevereiro de 2011

Artigo 5

Características do trabalho

- a)
- b)
- c)
- d)

Artigo 6

Calendário

1 — O “Concurso” realiza-se por decisão do executivo municipal em função da disponibilidade orçamental da Câmara Municipal, nos seguintes calendários:

- a)
 - b)
 - c)
 - d)
 - e)
- 2 —
- 3 —

Artigo 7

Prémios

- a)
- 1.º Lugar — 1.000 €;
2.º Lugar — 500 €;
3.º Lugar — 250 €;
- b) Dependentes de decisão do executivo municipal, podem ser atribuídas Menções honrosas no valor de 100 € cada;
- c)

Artigo 8

Júri

A designação, constituição e funcionamento do Júri será efectuada nos seguintes termos:

1 — O Júri é constituído pela Presidente da Câmara Municipal, ou quem delegar, que presidirá e terá voto de qualidade, por um elemento a designar pela Direcção do Agrupamento de Escolas do Concelho de Alfândega da Fé e por um elemento da Sociedade Civil a designar pela Câmara Municipal.

Artigo 9

CrITÉrios de avaliação

- 1 —
- a)
 - b)
 - c)
- 2 —
- 3 —
- 4 —

304285098

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Despacho n.º 2889/2011

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 10.º e no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, torna-se público que a Assembleia Municipal de Almeirim, em sessão ordinária realizada no dia 30 de Dezembro de 2010, aprovou o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Almeirim, com o modelo de estrutura hierarquizada, fixando em seis o número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis e em seis o número máximo de subunidades orgânicas, sob proposta da Câmara Municipal de Almeirim aprovada em reunião ordinária realizada no dia 20 de Dezembro de 2010.

21 de Janeiro de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes.

Regulamento dos Serviços do Município de Almeirim

PARTE I

Modelo de estrutura orgânica

Artigo 1.º

Modelo de estrutura orgânica

1 — A organização dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada constituído da seguinte forma:

- a) Estrutura flexível — composta por unidades orgânicas flexíveis, correspondendo a divisões municipais a criar por deliberação da Câmara Municipal e tendo em conta o número máximo de 6;
- b) Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas subunidades orgânicas, por despacho do Presidente da Câmara, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, até ao limite máximo que se fixa em 6.

Artigo 2.º

Estrutura flexível

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e na alínea n) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o órgão deliberativo aprovou sob proposta da Câmara o modelo de estrutura orgânica e fixou igualmente em 6 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis.

2 — O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro estipula que compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, deliberar sobre a criação de unidades orgânicas flexíveis bem como a definição das respectivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados.

3 — Estabelece ainda o artigo 73.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro a possibilidade de constituição de um gabinete de apoio pessoal.

4 — A Câmara Municipal de Almeirim estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Divisão Apoio à Gestão;
- Divisão Ambiente e Obras;
- Divisão Habitação e Urbanismo;
- Divisão Sócio-Cultural.

5 — É criado igualmente o Serviço Municipal de Protecção Civil, não sendo considerado como uma unidade orgânica flexível, em virtude da legislação específica que regula este serviço.

PARTE II

Competências comuns

Artigo 3.º

Competências comuns de todos os serviços municipais

1 — É competência comum de todos os serviços municipais:

- a) Assegurar a execução das deliberações e dos despachos municipais, assim como das directrizes emanadas dos seus dirigentes, nas respectivas áreas funcionais;
- b) Colaborar activamente na elaboração do plano e do relatório de actividades do Município;
- c) Adoptar os procedimentos necessários à permanente qualificação e actualização dos respectivos trabalhadores, nomeadamente pela frequência de acções de formação;
- d) Introduzir mecanismos de avaliação tendentes a valorizar o mérito e a dedicação funcionais;
- e) Assegurar o rigoroso respeito pelos e dos princípios da ética pública, designadamente pelo cumprimento dos deveres de imparcialidade, de isenção e defesa do interesse público na sua relação com os cidadãos e as empresas, participando imediatamente ao presidente da Câmara quaisquer violações desses deveres;
- f) Zelar pelo cumprimento do dever de assiduidade dos respectivos trabalhadores, participando as ausências, em conformidade com as normas aplicáveis;

g) Manter a disciplina do pessoal e informar os seus requerimentos e petições;

h) Assegurar a eficácia e a eficiência dos métodos e processos de trabalho, visando a rentabilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

i) Promover as medidas necessárias à redução das despesas com bens consumíveis;

j) Elaborar e submeter à aprovação superior as normas, iniciativas e acções julgadas necessárias ao correcto exercício da respectiva actividade;

l) Formular propostas tendentes à melhoria do seu funcionamento;

m) Recolher, fornecer e tratar informação, designadamente de natureza estatística, sobre o desenvolvimento das suas actividades;

n) Assegurar a circulação e permuta, em tempo útil, da informação sobre os vários serviços;

o) Participar em estudos e trabalhos de âmbito plurissectorial, sempre que tal seja do interesse do Município;

p) Remeter ao arquivo geral os processos e outra documentação, de acordo com as normas estabelecidas;

q) Garantir o adequado atendimento ao público, quer pela via do esclarecimento directo e imediato, quer pelo encaminhamento para o serviço competente;

r) Prestar, a quem mostrar interesse legítimo, todas as informações não confidenciais que lhes sejam solicitadas e respeitem a assuntos do respectivo serviço.

2 — Sem prejuízo dos deveres legais de cada trabalhador, os titulares dos cargos de direcção e chefia são directa e pessoalmente responsáveis pelo desempenho da competência de cada serviço, dispondo para o efeito dos poderes hierárquicos que a lei lhes confere.

PARTE III

Competências específicas

SECÇÃO I

Competências das divisões

Artigo 4.º

Divisão de apoio à gestão

Compete à divisão de apoio à gestão:

Recursos Humanos:

a) Executar as acções administrativas relativas ao recrutamento, provimento, transferência, promoção, progressão e cessação de funções do pessoal ao serviço do município;

b) Organizar e manter actualizados os processos individuais do pessoal ao serviço da autarquia;

c) Lavrar os contratos de pessoal, assegurando toda a tramitação legalmente exigida à sua realização;

d) Instruir todos os processos relativos a prestações sociais dos trabalhadores, nomeadamente os relativos a abono de família e prestações complementares, assistência na doença e aposentações;

e) Assegurar e manter organizado o cadastro de pessoal, bem como o registo e controlo da respectiva assiduidade;

f) Promover a verificação de faltas ou licenças por doença;

g) Processar os vencimentos, abonos e descontos dos ceitos locais, dos trabalhadores ao serviço da autarquia;

h) Proceder à elaboração das listas de antiguidade;

i) Assegurar o processo de avaliação de desempenho de todos os trabalhadores ao serviço do município;

j) Identificar as necessidades de formação e actualização profissional, propor o conseqüente plano anual de formação e proceder à respectiva avaliação;

k) Assegurar as demais funções que lhe forem cometidas por lei, regulamento ou deliberação do órgão executivo ou decisão do respectivo presidente;

l) Coordenar a realização anual de exames médicos aos trabalhadores do município, com vista a assegurar as suas condições de saúde face às exigências do respectivo posto de trabalho;

m) Implementar medidas de sensibilização e prevenção de acidentes de trabalho em obras municipais;

Financeira:

a) Preparar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, as suas revisões e alterações bem como acompanhar a sua execução;

b) Elaborar análises e informações de âmbito financeiro bem como relatórios de gestão e relatórios periódicos da actividade financeira;

c) Desenvolver um sistema de contabilidade de custos;

d) Acompanhar a evolução dos limites da capacidade de endividamento;

e) Acompanhar as informações financeiras a prestar às diversas entidades de tutela;

f) Organizar e informar os processos relativos à contratação de empréstimos;

g) Assegurar a liquidação de taxas e preços nos termos da legislação em vigor e respectivos regulamentos municipais;

h) Coordenar e acompanhar a elaboração dos documentos de prestação de contas;

i) Assegurar a gestão da tesouraria;

j) Coordenar e acompanhar todos os procedimentos de aquisição de bens destinados aos diferentes serviços municipais e gestão de gestão de stocks;

k) Promover, organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens móveis e imóveis;

l) Colaborar na preparação e elaboração dos documentos previsionais, nomeadamente no Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento Anual;

m) Elaborar os documentos de prestação de contas de acordo com o POCAL e demais legislação em vigor;

n) Fornecer os elementos necessários à elaboração dos documentos de gestão;

o) Organizar os documentos previsionais e prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas e outras entidades, nos termos legais, em vigor;

p) Proceder à cabimentação e compromissos de verbas disponíveis em matéria de realização das despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e de empreitadas e obras públicas;

q) Assegurar o registo contabilístico de todas as variações patrimoniais;

r) Assegurar os registos inerentes à execução do orçamento e do plano plurianual de investimentos;

s) Emitir os documentos de receita e os de processamento da despesa, nos termos legais;

t) Manter actualizadas as contas correntes das entidades — clientes, fornecedores, empreiteiros, instituições públicas e privadas;

u) Elaborar balancetes mensais;

v) Verificar diariamente as folhas diárias de caixa e os resumos diários de tesouraria;

w) Verificar o estado da responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, conforme regulamento em vigor;

x) Efectuar as demais funções que se enquadrem no seu âmbito;

y) Desencadear as acções relativas à realização de consultas e ao lançamento de concursos para locação e aquisição de bens e serviços, nas modalidades e procedimentos legalmente impostos, e acompanhar os respectivos processos nas diferentes fases do seu desenvolvimento;

z) Manter actualizados os ficheiros dos fornecedores de bens e serviços, bem como dos respectivos preços e restantes condições de venda, designadamente no que concerne aos materiais de consumo corrente;

aa) Efectuar previsões de aquisição de materiais com vista a uma correcta gestão de stocks;

bb) Manter registos das entradas/saídas e das quantidades existentes em armazém de cada material;

cc) Proceder periodicamente ao controlo físico das existências e ao apuramento de responsabilidades quando se detectem anomalias ou discrepâncias nos stocks;

dd) Administrar o material de expediente e propor medidas de racionalização de aquisições e consumos;

ee) Proceder à inventariação de todos os registos de bens móveis e imóveis integrados no património municipal, de acordo com o POCAL e o regulamento e cadastro do património municipal;

ff) Acompanhar os processos de transferência, abate, permuta e venda de bens mantendo actualizadas as respectivas fichas de inventário;

gg) Elaborar o inventário anual e às inventariações periódicas devidas;

hh) Executar outras tarefas que, no âmbito das suas atribuições, lhe sejam superiormente solicitadas;

ii) Liquidar taxas e licenças e outras receitas;

jj) Prestar a colaboração e apoio necessários aos agentes da fiscalização municipal;

kk) Manter organizados os processos relativos à concessão de alvarás sanitários;

ll) Executar o expediente relativo aos licenciamentos da competência da Câmara Municipal;

mm) Assegurar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei, regulamento, deliberação da Câmara Municipal ou despacho do seu presidente.

nn) Proceder à arrecadação de receitas;

oo) Efectuar o pagamento das despesas, nos termos legais e regulamentares;

pp) Elaborar as folhas de caixa e os resumos de diários de tesouraria, remetendo-os diariamente à contabilidade, com os respectivos documentos de receita e despesa;

qq) Manter à sua guarda, fundos, valores e documentos pertencentes ao município;

rr) Manter actualizadas as contas correntes com as instituições de crédito;

ss) Promover a entrada e saída de fundos de operações não orçamentais;

tt) Colaborar na verificação do estado da responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues e à sua guarda;

Informática:

a) Implementar os serviços informáticos necessários ao bom funcionamento dos serviços municipais;

b) Aplicar e desenvolver os serviços informáticos adequados à actividade dos serviços, promovendo a simplificação e agilização de procedimentos;

c) Administrar o equipamento informático municipal;

d) Desenvolver os programas informáticos ao nível operativo, nos diversos serviços municipais;

e) Coordenar os processos de aquisição de serviços e equipamentos informáticos municipais;

Jurídica:

a) Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos do município em matérias relacionadas com o direito das autarquias locais, mediante a elaboração de informações e pareceres jurídicos;

b) Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos do município no estudo e elaboração de projecto de regulamentos autárquicos;

c) Assegurar a coordenação dos processos contenciosos do município e colaborar com mandatários judiciais do município no estudo e preparação dos processos contenciosos em que intervenha o município;

d) Prestar apoio técnico-jurídico aos órgãos e serviços do município em matéria de direito disciplinar, nomeadamente assegurando, de forma preferencial, a condução de processos e inquéritos disciplinares;

e) Prestar apoio técnico-jurídico aos diversos serviços camarários, em especial em matérias relacionadas com os regimes jurídicos das empreitadas e fornecimentos de obras públicas, aquisição de serviços e urbanismo e construção;

f) Assegurar a aplicação, no âmbito do município, do direito de mera ordenação social, coordenando a actividade do serviço de contra-ordenações;

g) Assumir a responsabilidade da execução do serviço de execuções fiscais, coordenando a respectiva actividade;

h) Coordenar a manutenção e actualização da legislação, doutrina e jurisprudência.

i) Receber, registar, classificar, distribuir e expedir, em tempo útil, a correspondência geral;

j) Assegurar o normal funcionamento das comunicações postais;

k) Organizar e dar seguimento a todos os processos administrativos que não sejam da competência de outros serviços;

l) Registar e arquivar avisos, editais, anúncios, posturas, regulamentos, ordens de serviço e normas internas;

m) Assegurar o expediente relativo à realização dos actos eleitorais;

n) Assegurar o expediente relativo ao recenseamento militar;

o) Executar os serviços administrativos de carácter geral, não específicos de outras secções, e assegurar a realização das tarefas para as quais não existam unidades orgânicas expressamente competentes;

p) Arquivar, depois de devidamente catalogados, todos os documentos, nomeadamente livros, jornais e processos que lhe sejam remetidos pelos restantes serviços.

Artigo 5.º

Divisão ambiente e obras

Compete à divisão ambiente e obras:

a) Executar ou coordenar a execução de estudos e projectos que sejam necessários à realização das obras determinadas pelos órgãos competentes;

b) Executar os procedimentos administrativos relativos a concursos de empreitadas;

c) Elaborar os autos de medição de trabalhos e de revisão de preços;

d) Fiscalizar as obras realizadas por empreitada;

e) Elaborar as contas finais das empreitadas;

f) Instruir os processos de recepção provisória e definitiva, emitindo os respectivos autos;

g) Organizar e manter actualizado um ficheiro de empreiteiros de obras públicas que trabalhem para a Câmara.

h) Realizar todos os trabalhos próprios da sua especialidade, nomeadamente levantamentos topográficos, medições de áreas, planos de alinhamento;

i) Registar e cartografar qualquer alteração a projectos, planos e à cartografia base com implicações para o futuro;

j) Organizar o Serviço de Informação Geográfica e promover as acções de coordenação com o SNIG e restantes departamentos intervenientes relativamente à instalação local do SNIG;

k) Efectuar as ligações domiciliárias de esgotos pluviais.

l) Promover acções de defesa do meio ambiente;

m) Promover a construção, conservação e protecção dos espaços verdes públicos bem como a sua arborização;

n) Organizar e manter em condições de operacionalidade os viveiros municipais;

o) Proceder ao levantamento dos recursos naturais existentes no município, propor e promover o seu aproveitamento e ou reabilitação;

p) Promover a limpeza, arborização e manutenção da salubridade pública na dependência dos cemitérios;

q) Colaborar com os serviços de fiscalização, coordenação económica e salubridade pública em matéria de abastecimento público.

r) Executar as obras de beneficiação, manutenção e reparação que se mostrem necessárias;

s) Propor alterações em matéria de trânsito urbano e estacionamento;

t) Organizar e manter actualizado um cadastro das rodovias municipais ou sob responsabilidade do município;

u) Promover as acções necessárias à conservação e reparação da sinalização de trânsito, vertical e horizontal, bem como das obras de arte situadas em arruamentos, estradas e caminhos municipais;

v) Executar obras e promover as acções necessárias à conservação e reparação dos arranjos exteriores e edifícios municipais ou sob a responsabilidade do município;

x) Organizar e manter actualizado um cadastrado de prédios municipais ou sob responsabilidade do município;

y) Garantir o funcionamento e operacionalidade das máquinas e viaturas do município;

z) Coordenar o serviço das oficinas;

aa) Gerir as máquinas e viaturas municipais distribuindo-as pelos diversos serviços;

bb) Propor medidas tendentes a uma melhor rentabilização do parque existente;

cc) Organizar e manter actualizado um cadastro das máquinas e veículos e respectiva documentação;

dd) Assegurar o funcionamento das comunicações telefónicas e das instalações eléctricas.

Artigo 6.º

Divisão Habitação e Urbanismo

Compete à divisão habitação e urbanismo:

a) Promover a execução e actualização dos diversos planos municipais de ordenamento do território;

b) Elaborar pareceres, estudos, projectos e planos no âmbito do planeamento e do urbanismo;

- c) Emitir parecer sobre a adequação dos pedidos de licenciamento de obras particulares e loteamentos relativamente aos instrumentos de planeamento em vigor à face da lei;
- d) Fornecer as plantas topográficas para instrução obrigatória dos pedidos de licenciamento de obras particulares e loteamentos;
- e) Colaborar na elaboração e actualização do cadastro da propriedade municipal e dos prédios rústicos e urbanos;
- f) Promover análise estatística, estudos de prospectiva e estudos de avaliação do desenvolvimento económico e social;
- g) Executar ou coordenar a execução de projectos de paisagismo;
- h) Promover estudos e medidas que favoreçam a mobilidade urbana.
- i) Emitir parecer sobre os projectos de obras de urbanização em consequência dos processos de loteamento particulares ou das obras da iniciativa do Estado, de empresas públicas, institutos públicos ou da autarquia;
- j) Dar pareceres sobre todos os pedidos de informação e construção no espaço físico do concelho;
- k) Registrar e cartografar os elementos constantes dos pedidos apresentados a fim de fundamentar os respectivos pareceres;
- l) Por em prática e fazer respeitar todos os instrumentos de planeamento, nomeadamente o Plano Director Municipal;
- m) Propor medidas e elaborar propostas de regulamentos que se mostrem necessários ao cumprimento dos seus objectivos;
- n) Propor e implementar medidas tendentes à simplificação de procedimentos e celeridade de processos, sem prejuízo do respeito pela legalidade.
- o) Vistoriar toda e qualquer alteração do espaço físico, quer por construção, reconstrução, conservação ou reparação em prédios urbanos, quer por urbanização do espaço;
- p) Propor medidas para a manutenção e conservação desse mesmo espaço, nomeadamente no que se refere a reabilitação urbana e habitação degradada, no sentido de verificar e assegurar a qualidade do espaço construído e não construído;
- q) Verificar *in loco* as premissas expostas nos diversos pedidos em apreciação;
- r) Fazer cumprir alinhamentos e cotas de soleira fixados;
- s) Fiscalizar o cumprimento das deliberações camarárias;

Artigo 7.º

Divisão Sócio-Cultural

À Divisão Sócio-Cultural compete:

- a) Propor e implementar a política de programação cultural e de animação para o Município, coordenando, designadamente, as actividades museológicas, Culturais e da Biblioteca Municipal na qual se integra o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares;
- b) Promover as artes plásticas, as artes do espectáculo e a leitura pública;
- c) Cooperar com as escolas e com todas as instituições de carácter cultural e recreativo na promoção de acções que estas pretendam levar a efeito;
- d) Promover a gestão, salvaguarda e conservação, estudo e publicação do património documental do Município;
- e) Proceder ao levantamento do património natural, arquitectónico e artístico, propondo as medidas necessárias à sua gestão, salvaguarda e conservação;
- f) Promover todas as acções relativas a gestão, salvaguarda e conservação, estudo e apresentação do património museológico local;
- g) Implementar acções ligadas ao turismo, que visem o seu desenvolvimento, integradas nas políticas definidas superiormente;
- h) Promover a qualificação e desenvolvimento das infra-estruturas turísticas e a coordenação da promoção interna e externa do Município como destino turístico;
- i) Planear, coordenar e executar a política de promoção do Município e suas marcas, como destino turístico e assegurar a recolha, tratamento e divulgação da informação turística;
- j) Garantir equidade e acesso universal à Educação a todas as crianças e jovens do Município;
- k) Acompanhar o funcionamento das acções no âmbito da educação de adultos e de formação ao longo da vida;
- l) Propor apoios aos planos de actividades das escolas no âmbito de acções sócio-educativas, projectos educadores específicos e de intercâmbio escolar;

- m) Preparar e implementar programas, medidas e acções de educação artística, ambiental, físico-motor, de conhecimento do meio, entre outros, no âmbito do Projecto Educativo Municipal;
- n) Proceder aos estudos que se tornem necessários para a implantação e construção de novos edifícios escolares;
- o) Assegurar o apetrechamento e manutenção do parque escolar;
- p) Apoiar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação;
- q) Garantir o cumprimento das atribuições do Município em matéria de Educação.
- r) Organizar e coordenar actividades desportivas, em estrita ligação com os clubes desportivos da cidade;
- s) Gerir as instalações desportivas municipais;
- t) Organizar actividades de ocupação de tempos livres;
- u) Propor o plano de apoio à juventude e garantir a respectiva execução;
- v) Preparar os contratos de desenvolvimento desportivo com os clubes desportivos e acompanhar a respectiva execução;
- y) Coordenar as acções de apoio aos clubes e agentes desportivos;
- z) Desenvolver programas de difusão da prática desportiva.
- aa) Assegurar os serviços de acção social escolar;
- bb) Coordenar as relações com os estabelecimentos assistenciais;
- cc) Organizar o processo de atribuição de bolsas de estudo;
- dd) Efectuar estudos que detectem as carências sociais da comunidade;
- ee) Efectuar, inquéritos sócio-económicos ou outros solicitados ao município;
- ff) Colaborar com as instituições vocacionadas para intervir na área da acção social;
- gg) Apoiar socialmente as instituições de assistência, educativas e outras, existentes na área do município;
- hh) Coordenar e dinamizar a Rede Social do Município;
- ii) Representar o Município na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e no que respeita ao Rendimento Social de Inserção;
- jj) Coordenar e participar em projectos de prevenção primária das dependências;

PARTE IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 8.º

Organograma dos serviços

O organograma que representa a estrutura dos serviços municipais da Câmara Municipal de Almeirim consta do Anexo I deste Regulamento.

Artigo 9.º

Integração de lacunas

- 1 — As lacunas e omissões do presente Regulamento serão supridas por despacho do Presidente da Câmara.
- 2 — As competências atribuídas a cada uma das unidades orgânicas estabelecidas no presente Regulamento podem ser transitivamente afectas a outro serviço, mediante despacho do Presidente da Câmara, sempre que a boa gestão dos recursos humanos e a eficiente prestação de serviços públicos assim justifiquem.

Artigo 10.º

Revogação

Fica revogado o regulamento dos serviços do Município de Almeirim, publicado no *Diário da República*, n.º 12, 2.ª série, de 15/11/87 e subsequentes alterações.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.